

**UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA  
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E  
REGIONAL**

**DORIVAL CESARE JUNIOR**

**CIDADANIA E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ESPORTIVOS E DE  
LAZER EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP (1990-2023)**

**CITIZENSHIP AND APPROPRIATION OF PUBLIC SPORTS AND LEISURE  
SPACES IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP (1990-2023)**

São José dos Campos/SP  
2024

**DORIVAL CESARE JUNIOR**

**CIDADANIA E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ESPORTIVOS E DE LAZER EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP (1990-2023)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale Paraíba, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

**Orientadora:** Profa. Dra. Lidiane Maria Maciel

**Coorientadora:** Profa. Dra. Adriane Aparecida Moreira de Souza

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA**

**Ficha catalográfica**

Cesare Junior, Dorival  
Cidadania e apropriação dos espaços públicos esportivos e de  
lazer em São José dos Campos/SP (1990-2023) / Dorival Cesare  
Junior; orientadora, Lidiane Maria Maciel; co-orientadora Adriane  
Aparecida Moreira de Souza. - São José dos Campos, SP, 2024.  
1 CD-ROM, 152 p.

Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José  
dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e  
Regional.

**Inclui referências**

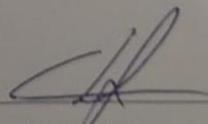
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Centros esportivos  
públicos. 3. Esportes. 4. Lazer. 5. Política pública. I. Maciel,  
Lidiane Maria, orient. II. Souza, Adriane Aparecida Moreira de,  
co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de  
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Dorival Cesare Junior, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em  
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o  
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado  
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de  
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e  
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 12 de Setembro de 2024.



---

Autor(a) da Obra

Data da defesa:

24, 06, 2024

---

**DORIVAL CESARE JÚNIOR**

**“CIDADANIA E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ESPORTIVOS E DE LAZER EM SÃO JOSÉ  
DOS CAMPOS/SP (1990 – 2020).”**

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba - Univap, pela seguinte banca examinadora:

Lidiane M. Maciel	<i>Lidiane M. Maciel</i>
Adriane A. M. de Souza	<i>Adriane A. M. de Souza</i>
Sandra M. F. da Costa	<i>Sandra M. F. da Costa</i>
Marcel Fantin	<i>Marcel Fantin</i>
Zuleika S. S. Roque	<i>Zuleika Stefânia Salino Roque</i>

Prof.ª Dr.ª Juliana Ferreira Strixino

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 24 de junho 2024.

Dedico este trabalho.

À **Aline**, minha esposa e companheira, apoio nos momentos difíceis, que retribuiu com amor, cumplicidade e compreensão.

Aos meus filhos **Júlia, Alice e Rafael**, minha razão ser melhor a cada dia.

Aos meus queridos Pais, **Dorival e Lázara**, por tudo o que significam em minha vida e pelos princípios que ensinaram.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus que apesar de todos os meus erros tem me abençoado com várias conquistas, esta é uma delas, e agradeço a todas as pessoas que tornaram esta tese possível.

À minha família, pelo amor incondicional, incentivo constante e por serem minha fonte de inspiração em especial ao meu Pai que viveu a sua vida para deixar a minha vida e dos meus irmãos melhores e minha mãe que sempre serena foi o meu porto seguro e aos meus irmãos que serão sempre meus melhores amigos.

A minha esposa Aline que realmente me tornou uma pessoa melhor, trazendo o amor e a segurança que eu precisava, além de me abençoar com 3 filhos maravilhosos Júlia, Alice e Rafael que são a razão da minha vida. Eu te amo Aline.

Ao Professor Osvaldo Cimaschi que me incentivou a fazer o mestrado e foi a minha inspiração para o doutorado. (Saudades do meu Mestre).

A todos os professores do programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Univap, por terem contribuído na minha formação do Mestrado até o Doutorado.

Aos professores e amigos da Faculdade de Educação e Artes que tornam a minha vivência na universidade melhor e a Profa. Ana Enedi Prince por acreditar na minha capacidade e competência.

À instituição Univap, por fornecer o ambiente propício para o desenvolvimento da pesquisa, acesso a recursos e a bolsa do programa e oportunidades de crescimento acadêmico e profissional.

Ao Magnífico Reitor Prof. Dr. Milton Beltrame Junior por incentivar o crescimento profissional e acadêmico dos funcionários na Instituição Univap, além de ser uma pessoa justa e correta.

À minha comissão examinadora, por dedicarem seu tempo e experiência para avaliar a minha tese.

Um agradecimento especial a Profa. Adriane Aparecida Moreira de Souza, por me coorientar e ter me incentivado a iniciar o doutorado.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Profa. Dra. Lidiane Maria Maciel, pela orientação, apoio e confiança em meu potencial desde o início deste doutorado. Minha gratidão não apenas pela conquista do título de doutor, mas também pela amizade e parceria que construímos ao longo dessa jornada. Agradeço também por sua paciência e compreensão durante os momentos mais desafiadores deste percurso, onde você demonstrou um compromisso incansável em me orientar.

Este doutorado não teria sido possível sem sua orientação e seu compromisso com minha jornada acadêmica. Serei sempre grato por ter você como minha orientadora e mentora.

Obrigado a todos/as que fizeram parte desta jornada.

## APRESENTAÇÃO

Quando ingressei na graduação em 1999 na UNIVAP a Educação Física começava a se firmar como uma profissão reconhecida e legalizada. Durante a minha graduação estagiei em alguns centros públicos esportivos, onde consegui vivenciar a realidade e as dificuldades que estes espaços se encontravam, e sofriam uma série de questionamentos quanto ao seu papel sociopolítico-pedagógico.

Depois de formado continuei trabalhando nos centros esportivos entre os quais o Centro Comunitário do Alto da Ponte, o Centro Esportivo do Alto de Santana, o Centro Esportivo do Interlagos e o Centro Esportivo do João do Pulo e como professor, durante 9 anos, continuei vivenciando a realidade destes equipamentos públicos, que apesar de todas as dificuldades sempre buscavam alternativas para atender a comunidade. Nesse período comecei a entender a diferença de qualidade de vida que a população mais carente tinha em relação às práticas esportivas e de lazer.

Em 2009 iniciei a minha carreira de docência universitária na UNIVAP onde em 2011, tive a oportunidade de iniciar um mestrado em Planejamento Urbano e Regional, no qual a minha dissertação tinha como objetivo entender a localização e a função das escolinhas de futebol públicas e particulares da cidade de São José dos Campos, onde muitas das escolinhas públicas estavam localizadas dentro dos espaços esportivos públicos da cidade.

O estudo revelou que uma das características principais das escolinhas de futebol era a condução de adolescentes aos esportes de alto rendimento, que para os dias de hoje revela uma preferência pelo esporte competitivo em detrimento do esporte como lazer.

A partir deste estudo foi possível entender a necessidade de uma atenção maior aos espaços esportivos públicos, pois pensar a cidadania de maneira igualitária e inclusiva, deve fazer parte da política pública da cidade, para que toda a população possa ter a oportunidade de melhorar a qualidade de vida por meio do esporte e lazer e da interação social.

O entendimento de que a população deve se apropriar dos espaços esportivos públicos e que as práticas de atividades físicas esportivas devem estar disponíveis para todos, não importando a sua condição socioeconômica, um olhar mais abrangente em torno de suas características, sentidos e significados, deve ser construído. Em 2020 ingressei no curso de Doutorado de Planejamento Urbano e Regional da Univap, no qual passei a ter a possibilidade de entender melhor a dinâmica dos espaços esportivos públicos e a sua apropriação. A pergunta que surgiu na época era como as políticas públicas do município têm sido efetivadas e se conseguem contribuir para uma maior igualdade de direito às práticas esportivas para toda a população e não apenas para parte da população que possui um poder aquisitivo melhor.

Espero que esta tese contribua para o entendimento sobre como a apropriação dos espaços esportivos públicos está sendo realizada pela população e de que maneira pode contribuir para a consolidação da cidadania, a fim, de que seja a cidade seja construída coletivamente como um espaço de liberdade política e de democracia.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir as possibilidades do planejamento urbano e regional a partir de equipamentos esportivos e lazer públicos da cidade de São José dos Campos (1990-2020). Verifica-se que são espaços públicos alvo de diferentes políticas, capacitados para contribuir com a formação cidadã. Para isso foram selecionados quatro equipamentos públicos em regiões estratégicas para uma análise mais efetiva, sendo eles localizados na Região Sul (Centro Poliesportivo do João do Pulo); na Região Leste (Centro Poliesportivo do Jardim das Cerejeiras); na Região Norte (Centro Esportivo do Altos de Santana) e na Região Oeste (Parque Ribeirão Vermelho). A metodologia utilizada no trabalho foi a realização de pesquisa de opinião pública com 50 usuários de cada equipamento, e análise documental. O município de São José dos Campos possui vários espaços esportivos públicos de esporte e lazer para a população, os equipamentos esportivos pesquisados possuem formas de gestão na área do esporte e lazer, em que o esporte é utilizado como uma das formas de inserção social e oportunidades de qualidade de vida. Conclui-se que apesar dos equipamentos esportivos públicos disponibilizarem espaços e estrutura para a população, é necessária a ampliação do número desses espaços para o conjunto da sociedade, para que o direito à cidade seja garantido e a cidadania seja assegurada.

**Palavras-chave:** Centros esportivos públicos; cidadania, políticas públicas. apropriação; esporte e lazer.

## ABSTRACT

This study aims to discuss the possibilities of urban and regional planning based on public sports centers in the city of São José dos Campos (1990-2020). These are public spaces capable of contributing to civic education. For this, 4 public sports centers were selected in strategic regions for a more effective analysis, being located in the South Region the João do Pulo multi-sports center, in the East Region the Jardim das Cerejeiras multi-sports center, in the North Region the Altos sports center de Santana and in the western region, Parque Ribeirão Vermelho. The methodology used in the work was to carry out a public opinion survey with 50 users of each sports center, and documentary. The municipality of São José dos Campos has several public sporting and leisure spaces for the population, the sports centers researched have forms of management in the area of sport and leisure, where sport is used as one of the forms of social inclusion and quality opportunities of life. It is concluded that although public sports centers provide spaces and equipment for the population, it is necessary to expand them to society as a whole, so that the right to the city is guaranteed.

**KEYWORDS:** Public sports centers; citizenship, public policies. appropriation; sports and leisure.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de São José dos Campos.....	19
Figura 2: Gráfico 1 - Brasil - população rural e urbana .....	34
Figura 3: Organograma Lei n. 9.615/98.....	57
Figura 4: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) .....	58
Figura 5: Gráfico Legislações e Leis complementares (1948-2023) .....	62
Figura 6: Mapa de equipamentos de Esporte (2018) .....	81
Figura 7: Gráfico Equipamentos Públicos Esportivos.....	86
Figura 8: Organograma da Política de Esporte em São José dos Campos (2020). .	90
Figura 9: Centro Poliesportivo Altos de Santana. 2023. ....	99
Figura 10: Centro Poliesportivo Altos de Santana. 2023.....	102
Figura 11: Centro poliesportivo Jardim das Cerejeiras. 2023. ....	105
Figura 12: Centro Poliesportivo Jardim das Cerejeiras, 2023. ....	108
Figura 13: Centro Poliesportivo João do Pulo. 2023 .....	111
Figura 14: Centro Poliesportivo do João do Pulo. 2023.....	113
Figura 15: Portaria lado A e Equipamentos Esportivos e Lazer. 2023. ....	117
Figura 16: Portaria lado B e Equipamentos Esportivos e Lazer.....	117
Figura 17: Gráfico Motivação pelo uso .....	125
Figura 18: Gráfico Região onde morava o usuário .....	127
Figura 19: Gráfico Acesso ao Centro Esportivo.....	128
Figura 20:Gráfico nível de satisfação com o Espaço.....	131
Figura 21: Gráfico: Qualidade do Centro Esportivo .....	132

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: evolução histórica da legislação (1948-1987).....	63
Quadro 2: Evolução histórica da legislação do esporte (1990-1992 ).....	67
Quadro 3: Evolução histórica da legislação do esporte (1993-1996).....	68
Quadro 4: Evolução histórica da legislação do esporte 1997-2000 .....	69
Quadro 5: 2001 - 2004 - Evolução histórica da legislação do esporte .....	70
Quadro 6: Evolução histórica da legislação do esporte (2005 - 2008).....	71
Quadro 7: 2009 - 2012 Evolução histórica da legislação do esporte .....	72
Quadro 8: Evolução histórica da legislação do esporte ( 2013 - 2016).....	73
Quadro 9: Evolução histórica da legislação do esporte (2017-2020).....	75
Quadro 10: Evolução histórica da legislação do esporte (2021-2023).....	77
Quadro 11: Equipamentos área Central.....	82
Quadro 12: Equipamentos Zona Leste.....	82
Quadro 13: Equipamentos Zona Norte.....	84
Quadro 14: Equipamentos Zona Oeste.....	85
Quadro 15: Equipamentos Zona Sul .....	85

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Espaços esportivos e de lazer - resultado C.E. Altos de Santana (Região Norte), C.P. do Jardim das Cerejeiras, (Região Leste), C.P. João do Pulo, (Região Sul), P. Ribeirão Vermelho (Região Oeste) .....	123
--	-----

## Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	METODOLOGIA .....	22
3	CIDADANIA NO BRASIL: O DEBATE DO DIREITO À CIDADE E DO ESPAÇO-CIDADÃO .....	27
4	ESPAÇOS PÚBLICOS-ESPORTIVOS E DE LAZER/ESPORTE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: O CASO BRASILEIRO.....	41
4.1	O ESPAÇO POLÍTICO DO ESPORTE E LAZER NO BRASIL .....	46
4.2	O LAZER NO FIM DA ERA VARGAS E NO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHKE.....	51
4.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988).....	52
5	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS A PARTIR DE UMA VISÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL .....	58
6	A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E DE LAZER EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS À PARTIR DA VISÃO DOS USUÁRIOS.....	95
6.1	PESQUISA DE CAMPO NOS ESPAÇOS POLIESPORTIVOS PÚBLICOS ...	95
6.2	PESQUISA DE CAMPO NO PARQUE RIBEIRÃO VERMELHO .....	97
6.3	BAIRRO DO ALTOS DE SANTANA .....	98
6.3.1	Centro Poliesportivo José Adailson Vieira Pinto (Altos de Santana) .....	98
6.4	BAIRRO JARDIM DAS CEREJEIRAS.....	104
6.4.1	Centro Poliesportivo Policial Militar José Carlos Das Neves (Jardim Das Cerejeiras) .....	104
6.5	BAIRRO DO JARDIM SATÉLITE .....	110
6.6	BAIRRO DO URBANOVA.....	116
6.7	COMPARANDO AS REALIDADES DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS E LAZER . .....	120

7	CONCLUSÃO .....	138
	REFERÊNCIAS.....	142
	ANEXO A: Questionário pesquisa de opinião Centros Esportivos e Parque.	152

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese nasce no contexto da afirmação da cidadania no Brasil, em que o esporte e o lazer se tornaram direitos sociais afirmados na Constituição Federal de 1988. Verifica-se que as cidades têm sofrido profundas mudanças em função das novas tecnologias de comunicação e novos valores culturais centrados no individualismo. Na realidade brasileira a ausência do Estado em determinada área faz com que as desigualdades se aprofundam, os espaços públicos e as suas potencialidades são fundamentais para a construção de uma cidade democrática, com possibilidades transformadoras e fuga dos moldes individualistas da sociedade contemporânea. Julga-se que o Planejamento Urbano pode colaborar para a melhoria da sociabilidade na cidade.

Em muitas cidades brasileiras é notada a insegurança e a privatização dos espaços de lazer e esporte. A gestão pública apresenta dificuldades em disponibilizar espaços públicos que ofereçam a possibilidade de convivência inclusiva. Aumentam-se no tecido urbano espaços privados, na forma de *shopping centers* e condomínios residenciais fechados, os quais reproduzem certas características de espaço coletivo de convivência, mas que projetam muito mais uma convivência entre iguais, seriados em classe social (Dupas, 2003, *apud* Silva, 2009).

De modo geral, uma política pública efetiva se visualiza no espaço público, tomado em um sentido mais amplo, altera a vida em coletividade, e constrói um mundo comum. Na fase neoliberal o conceito de política é substituído por ações e estratégias de cunho privatista. Desta forma, como afirma Dupas (2003) estamos no reinado dos particularismos e no fim da política. (Dupas, 2003, *apud* Silva, 2009).

Logo, considerando essas reflexões iniciais, esta tese busca entender a apropriação dos espaços esportivos e de lazer públicos na cidade de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, e sua potencialidade transformadora, especialmente em uma sociedade desigual como a brasileira. Os espaços esportivos e lazer públicos são considerados como espaço político, o qual na fase neoliberal por meio da vontade de uma minoria privatista se sobrepõe a sua função de espaço público coletivo. Dessa forma, esta tese entrelaça a temática do direito à cidade com a formação dos espaços esportivos e de lazer públicos. Seleciona-se como estudo de caso a cidade de São José dos Campos no estado de São Paulo. Considera-se que:

No intuito de garantirmos a participação e a construção coletiva da comunidade, temos a ação comunitária como alternativa indispensável para dar ao esporte e ao lazer um tratamento especial, que priorize a participação ativa da população e valorize as manifestações esportivas, buscando aumentá-las quantitativamente e garantir a sua prática (Barbosa, 2008, p.186).

O crescimento das cidades, aumento da população urbana no Brasil, não foi acompanhado pelo desenvolvimento da infraestrutura urbana, uma má ocupação do solo dividiu as áreas centrais, com certo privilégio, e da periferia onde certo abandono se faz presente. Em relação ao lazer e esporte, nota-se uma série de dificuldades, mesmo quando nestes espaços existem as áreas apropriadas para as atividades muitas vezes são de difícil acesso à população e com baixa zeladoria (Marcellino, 2008).

Segundo estudo de Marcellino (2008), a centralização das áreas apropriadas às atividades esportivas dificulta a utilização da mesma pela população mais carente, que é “expulsa” para a periferia e, conseqüentemente, afasta-se dos serviços e equipamentos de lazer. Ainda, seguindo o raciocínio do autor a apropriação desses espaços de lazer e esporte deve estar associada à distribuição espacial:

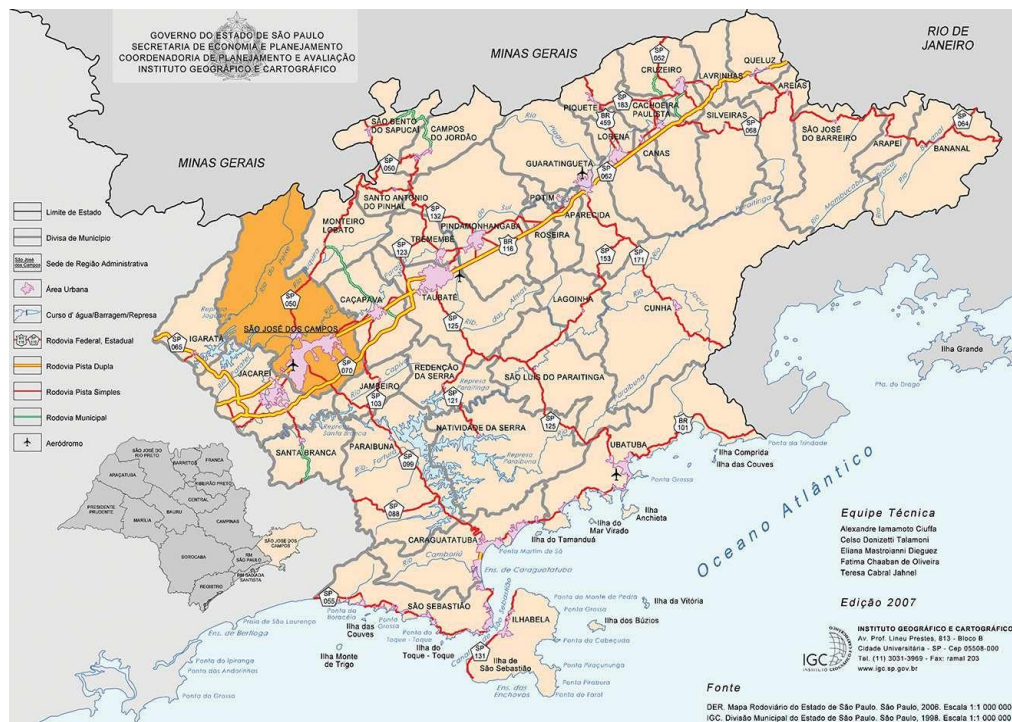
Uma política pública de esporte e lazer é feita por diversos atores que, no dia a dia, desenvolvem inúmeras ações voltadas ao público diretamente ligado a elas. Cada uma dessas iniciativas tem seu mérito e precisa ser valorizada, respeitando-se o papel, a ideologia e o espaço (Marcellino, 2008, p. 186).

A partir da redemocratização, as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil têm-se mostrado, como uma prática transformadora, promovendo por meio de atividades de esporte e lazer a convivência social e desenvolvimento humano nas cidades no que se refere à qualidade de vida. Logo, a pergunta de partida da tese é como se estrutura a política pública de lazer e esporte nas cidades brasileiras, em especial São José dos Campos, e se é desigual ou não, no cenário após a Constituição Federal de 1988.

São José dos Campos é considerada a maior cidade da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), tendo um grande potencial industrial e no setor de serviços. Segundo Souza, Zanetti, Papali (2015), da década de 1920 a

2000, São José dos Campos teve transformações, na sua estrutura no âmbito social, espacial e econômico. No início do século XX, a cidade priorizava a prestação de serviços hospitalares destinados para doenças pulmonares, e começou a ter um crescimento populacional e uma expansão de sua área urbana em conjunto com a industrialização.

Figura 1: Localização do município de São José dos Campos.



Fonte: Governo do Estado de São Paulo. Instituto Cartográfico.

A atividade industrial levou ao desenvolvimento do setor terciário, o que ampliou o número de empregos na cidade. Segundo o IBGE, no período de 1950 a 1970, ocorreu um aumento de 237% da população total, passando de 44.804 habitantes para 150.884. Em 2010, a população total do município aproximava-se dos 630 mil habitantes. (Souza, Zanetti, Papali, 2015). Em 2022, a população, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2022), chegava a mais de 697 mil habitantes.

Atualmente, o município de São José dos Campos possui uma política pública de esporte e lazer que busca incentivar a prática de várias modalidades esportivas, no território joseense há diferentes equipamentos distribuídos pela cidade. A Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida de São José dos Campos busca levar a

prática de esportes e lazer para toda a população, incentivando desde o esporte profissional ao esporte amador promovendo integração da população.

Os equipamentos públicos esportivos e de lazer presentes no município são em parte administrados pela Secretaria de “Esporte e Qualidade de Vida” (2017-2020), tais como os centros esportivos, as academias ao ar livre e os parques municipais, em parte apresentam livre utilização pela comunidade, tais como algumas quadras esportivas, campos de futebol.

Compreende-se então que para que se entenda a função, localização dos espaços esportivos públicos é necessária uma coleta de dados e o mapeamento, onde se possam estabelecer quais as necessidades de cada Região do município de São José dos Campos, em relação aos espaços esportivos públicos municipais e a sua contribuição para a comunidade. Dessa constatação, e experiência como educador esportivo na cidade há mais de 30 anos, segue a pergunta de partida: Como foi o processo de distribuição dos espaços públicos esportivos e de lazer na cidade de São José dos Campos nos últimos trinta anos e se ela cumpre os princípios da cidadania expressos no texto constitucional de 1988, garantindo o esporte e lazer como direito?

Toma-se como hipótese que os espaços esportivos públicos estão distribuídos de maneira desigual no município, considerando seu planejamento e população. Parece-nos que eles não atendem à demanda social de cada Região, mesmo quando há uma diversidade de estruturas nos bairros, as desigualdades são percebidas quando considerado a qualidade do próprio equipamento e oferta de atividades. Dessa maneira, o direito à cidade, visto pelo viés do esporte e lazer, pensado como uma condição para cidadania, não é atingido no município de São José dos Campos em sua plenitude.

Considerando a pergunta e hipótese da pesquisa, o objetivo geral é estudar a infraestrutura e atendimento dos espaços públicos esportivo/lazer em São José dos Campos e a apropriação deles pela população com o foco no debate do direito à cidade e acesso à cidadania.

Os objetivos específicos são:

- a) Estudar as políticas públicas de lazer e esporte de São José dos Campos no período (1990-2020);
- b) Estudar o processo político do período selecionado (1990-2020);

- c) Verificar as opiniões dos usuários dos equipamentos esportivos em diferentes regiões por meio de uma pesquisa de opinião;
- d) Compreender o papel desses espaços como instrumento de inclusão social, esporte e lazer para a população de São José dos Campos e acesso à cidadania.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa trata de um estudo de caso descritivo exploratório, com um componente qualitativo, que conta com a realização de pesquisa de campo; levantamento de informações acerca dos Planos Diretores do município de São José dos Campos e descrição de políticas públicas por meio de suas leis aprovadas nos últimos quarenta anos. Realizou-se um levantamento categorizando-as em duas dimensões: a comunitária e a competitiva, utilizando a base da municipal disponível on-line<sup>1</sup>.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige um encontro mais direto, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. No trabalho de campo, é necessário que o pesquisador seja inserido na comunidade, para que ele possa acompanhar, observar e participar das rotinas que serão estudadas.

O objetivo de uma pesquisa de campo é entender a diferença entre um indivíduo e outro, a partir da análise da interação entre as pessoas de um grupo ou comunidade, extraindo dados diretamente por meio da realidade dos indivíduos (Gil, 2002).

Uma pesquisa é um relato de um sujeito cujo olhar observa lugares muitas vezes já visitados. É uma maneira de olhar a realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são pessoais. O objeto de pesquisa é um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que ele elabora ao final (Gil, 2002).

De acordo com Brandão (2000), a construção do objeto é a capacidade de optar pela alternativa metodológica mais adequada à análise daquele objeto. Se nossas conclusões somente são possíveis em razão dos instrumentos que utilizamos e da interpretação dos resultados, relatar procedimentos de pesquisa, oferece a possibilidade de refazer o caminho e avaliar com mais segurança as afirmações da pesquisa.

Neste sentido, em um primeiro momento, se adotou a estratégia de Opinião Pública (Duarte, 2002) para capturar as visões dos usuários dosespaços

---

<sup>1</sup> Disponível em: Legislação acesso em 15 de maio de 2024.

esportivos e de lazer não identificados, no sentido de monitorar a qualidade do serviço disponível no equipamento público.

Esclarece-se que segundo o CEP-UNIVAP há a dispensa da apreciação:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; A Resolução CNS n.º 510, de 2016, em seu artigo 2º, XIV, adota a definição de pesquisa de opinião pública como: Art. 2.º, XIV [...] consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante, é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante. As pesquisas aqui enquadradas têm como único propósito descrever a valoração que o participante atribui ao objeto de consulta. Como exemplos, pode-se citar pesquisas eleitorais, de mercado e de monitoramento de um serviço, para fins de sua melhoria ou implementação, sem que haja qualquer possibilidade de identificação de participantes pelo/a pesquisador/a, desde o momento da coleta de dados. O entendimento desta Comissão é de que as pesquisas de opinião pública, sem possibilidade de identificação do participante, não devem ser submetidas à apreciação pelo Sistema CEP/Conep.

A pesquisa foi realizada ainda em 2023, durante os meses de junho e agosto, com o objetivo de conhecer a opinião do público frequentador dos equipamentos selecionados. As perguntas foram modeladas conforme a indicação de um questionário estruturado, realizadas por meio de um formulário de *GoogleForms*.

Considerou que faz sentido chamar de opinião pública, segundo o raciocínio que está sendo desenvolvido, pois todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública, esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais em situações diversas, seja em manifestações coletivas (Figueiredo; Cervellini, 1995).

Acredita-se que os resultados das pesquisas de opinião podem ser usados para tomar decisões informadas, ajustar estratégias e políticas, prever tendências e compreender a percepção pública sobre determinados assuntos.

Destaca-se ainda que na primeira etapa da pesquisa se compreendeu uma análise demográfica por Região, com dados disponíveis na Secretaria de Planejamento da PMSJC; seguida do mapeamento dos espaços esportivos e de lazer públicos com o uso de dados disponibilizados pela Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida da Prefeitura, que possui o registro com o endereço dos espaços esportivos públicos do município, possibilitando identificar a quantidade de

equipamentos esportivos localizados em cada Região. Os espaços esportivos e de lazer públicos municipais, ou equipamentos, serão categorizados em Centro Poliesportivo (realizou-se o estudo em três espaços dessa categoria) e parque (realizou-se o estudo em um espaço dessa categoria).

A pesquisa de campo foi desenvolvida considerando apenas uma categoria de espaço esportivo e lazer por Região. A escolha é devido a iniciativa de verificar a questão das desigualdades sócio territoriais no acesso ao esporte e lazer em São José dos Campos.

Os dados coletados por meio do questionário aplicado na pesquisa foram tabulados e apresentados em forma de gráficos sobre o uso dos espaços esportivos públicos; da expectativa dos participantes destes equipamentos esportivos e do interesse dos indivíduos residentes no entorno das áreas onde os equipamentos esportivos estão localizados. Dos parques que estão presentes em vários bairros da cidade de São José dos Campos, mas não se vê atividades organizadas pela prefeitura para a comunidade. Os centros poliesportivos estão presentes em todas as regiões da cidade de São José dos Campos e não se tem informações disponíveis, acessível publicamente, sobre o número de pessoas que fazem uso dos equipamentos esportivos públicos.

No entanto, para se chegar à descrição das políticas públicas esportivas do município de São José dos Campos, outra estratégia de pesquisa foi lançada. Durante o ano de 2023, foi realizada uma série de atividades extensionistas<sup>2</sup>, na Faculdade de Educação e Artes da Univap, enquanto ministrava as disciplinas e produzia esta tese. Saber as visões dos secretários de esporte sobre a política pública no município foi importante para aprimorar as reflexões da tese, neste cenário o trabalho passou a avaliar os materiais

disponíveis pelo poder municipal com o conjunto de leis aprovadas e relacionadas diretamente às políticas de esporte e lazer.

Considerando os aspectos metodológicos a tese esta encontra-se estruturada em quatro seções:

A seção 1 intitulada Cidadania no Brasil: o debate do direito à cidade e do espaço-cidadão tem como principais autores e orientadores da discussão o sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre e o geógrafo brasileiro Milton Santos.

Por meio da obra desses autores verifica-se que a industrialização e o

crescimento urbano realizaram transformações urbanas em quase todas as cidades e contribuíram para o desaparecimento da vida comunitária. A cultura na sociedade capitalista passou a se orientar pelo consumo e, neste contexto, a exclusão social se fez presente. Os indivíduos com um nível social melhor têm maiores oportunidades e as classes menos favorecidas, acabam perdendo espaço dentro das cidades e sem direitos, são obrigados a se afastar dos centros indo para as periferias. Neste contexto, pretende-se entender se nestas periferias existem espaços esportivos públicos, e como estes espaços podem colaborar para uma diminuição das desigualdades sociais quando se pensa em qualidade de vida e Lazer para a população.

O argumento central de Henri Lefebvre, sobre o direito à cidade é muito mais que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a si mesmos por mudar a cidade, ele propõe discutir a construção social do espaço urbano, a partir da percepção de que o desenvolvimento urbano pode se estruturar de forma diferente da que se estabelece nas sociedades capitalistas.

Trazendo para o debate nacional, compreende-se que a obra de Milton Santos apresenta uma importante contribuição nos estudos da realidade social brasileira. O autor analisa os desafios da cidadania diante da organização e produção do espaço brasileiro no modelo capitalista. Para Santos um problema estrutural no país de dependência no qual os modelos políticos e cívicos são passivos ao modelo econômico, definido internacionalmente, num processo de manipulação das massas onde estas são despertadas para a necessidade, o interesse, a vantagem de ampliação do consumo, mas não para o exercício da cidadania.

Na seção 2 intitulada “Espaços públicos-esportivos e de lazer/esporte e desenvolvimento social: o caso brasileiro”, considera que os espaços esportivos públicos são edificados por meio de uma política pública que tende a suprir a demanda de esporte e lazer da população, e, principalmente, contribuir para a sociabilização das pessoas que os frequentam.

O espaço público na América Latina por meio de uma abordagem histórica-social, do caso brasileiro são exemplos da dicotomia do mundo atual: a pequena parcela dos “incluídos” – sujeitos de toda a sorte que moram nos bairros de melhor infraestrutura, possuem a melhor renda e, por conseguinte, melhor poder aquisitivo e de consumo, se deslocam com veículos próprios e possuem as facilidades de

acesso ao mundo da informação (via celular, internet, TV a cabo, etc.) – dividem o espaço com o mar de “excluídos” de todo o sistema, vivendo a parte da sociedade e à mercê da sorte (Del Rio; Gallo, 2000). As desigualdades entre as populações das cidades da América Latina e o quanto esse fato pode ser comparado às cidades Brasileiras e ao seu planejamento urbano, quando nos referimos aos espaços esportivos públicos, e como a Constituição de 1988, contribuiu para a melhoria e expansão das políticas públicas de esporte no Brasil e, conseqüentemente, dos equipamentos esportivos públicos nas cidades Brasileiras.

Na seção 3 “São José dos Campos: políticas públicas e planejamento dos espaços públicos a partir da visão política institucional” valoriza como se desenvolveram as políticas públicas esportivas e de lazer em São José dos Campos considerando o período de 1988-2020 a fim de se verificar o processo de estruturação do esporte e do lazer a partir da implementação de políticas públicas. Os conteúdos a serem analisados serão: Análise dos Planos Diretores (2018), Site da Câmara, Prefeitura Municipal de São José dos Campos e sobretudo os movimentos no nível da criação de leis de incentivos à prática esportiva, em que podemos visualizar certos interesses. Foi analisado o processo político da cidade de São José dos Campos entre 1990 e 2020, considerando as deliberações do segmento de esportes e lazer na cidade por três partidos políticos diferentes. Nesse período se alternam vários secretários de esporte, cada um com a sua política pública de esporte e lazer, de acordo com a ideologia política do partido e interesses particulares.

Na seção 4 discute-se a apropriação dos espaços público e de lazer em São José dos Campos – do Centro a periferia – visões dos usuários foi analisada a importância dos espaços esportivos públicos como instrumentos de políticas públicas, que buscam estimular os processos de reestruturação urbana, principalmente as das periferias com toda a sua carência, quando se pensa em educação, saúde e lazer.

Julga-se que é importante conhecer as políticas públicas do município, para entendermos que tipo de projeto político está em andamento, e para verificar se a população tem participado efetivamente das decisões do poder público frente às demandas das respectivas comunidades no que se refere a melhorias de infraestrutura ou mesmo instalação nos novos equipamentos voltados ao esporte e ao lazer.

### 3 CIDADANIA NO BRASIL: O DEBATE DO DIREITO À CIDADE E DO ESPAÇO-CIDADÃO

O modo de produção capitalista e suas diferentes fases da acumulação do capital, impõem dificuldades ao processo de efetivação da cidadania, seja nos momentos de abundância, quando o consumo se torna um fim em si mesmo e o cidadão se torna um consumidor ou nos momentos de crise, quando surgem retrocessos e cortes em áreas de conquistas sociais e políticas a fim de se ajustar a economia nacional (Raposo; Senhoras, 2015). Assim, no eixo ocidental, com o contexto estrutural de perdas direitos civis e políticos, aprofundadas após os anos 1970, os indivíduos se transformaram em cidadãos imperfeitos, e são imperfeitos porque o espaço urbano é marcado por enormes desigualdades e injustiças, constituindo-se em um cenário sem cidadãos (Raposo; Senhoras, 2015).

É necessário estudar então o processo atual de conversão do cidadão em consumidor, e os impactos nos usos da cidade. Esta seção é composta pela reflexão dos autores Thomas Marshall, José Murilo de Carvalho, Henri Lefebvre, Milton Santos, entre outros, que discutem o direito à cidade e a cidadania plena em um cenário neoliberal.

O debate sobre o direito à cidade e a cidadania pode ser caracterizado inicialmente na obra de Lefebvre, (2008). Para o autor, a industrialização caracteriza a sociedade moderna, a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. A cidade impulsionou o desenvolvimento da indústria. “As concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais, e a indústria devia produzir seus próprios centros urbanos” (Lefebvre, 2008, p.11).

Entende-se que onde as indústrias se estabelecem, carregam a urbanização, transformando o território no seu entorno. “Pois a industrialização não produz apenas empresas, mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos” (Lefebvre, 2008, p.16).

Segundo Lefebvre, (2008), as periferias surgiram, devido ao crescimento da industrialização, porque a população do campo se deslocou para os centros urbanos em busca de oportunidades. Este aumento da população nas cidades e os novos habitantes que chegavam com pouco recursos, se viam obrigados a buscar moradias em locais mais afastados, ou seja, nas periferias, que surgiram com a sua urbanização desorganizada. “Para conquistar o direito à cidade são necessárias

classes sociais com iniciativas revolucionárias, para buscar soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade poderá ser renovada” (Lefebvre, 2008, p.113).

A realização da sociedade urbana deve ser centrada para as necessidades sociais, ou seja, para a classe operária, que foi rejeitada dos centros para as periferias, sendo negado as melhores políticas públicas e privadas (Lefebvre, 2008, p.139). A classe operária pode exercer um papel importante na reconstrução do direito à cidade, mas é preciso união entre a classe trabalhadora para que possam ser ouvidas suas reivindicações e direitos, pois são elas que sofrem com a falta do direito à cidade.

Sabendo que o direito à cidade está relacionado com o direito da cidadania e todos os benefícios que ela pode gerar, é imprescindível que as classes menos favorecidas tenham as suas oportunidades asseguradas em todas as instâncias, mesmo que seja pelo Estado por meio de suas políticas públicas. Segundo Harvey (2008):

O direito à cidade é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito à liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos, onde os direitos humanos acabam sendo negligenciados” (Harvey, 2008, p.74).

O direito à cidade deve contribuir para que as mudanças que ocorrem na cidade, que beneficie e transforme a vida dos indivíduos, independentemente de sua localização e classe social. Segundo Harvey (2008), Haussmann, em Paris, “ao destruir os velhos bairros em nome do melhoramento e da renovação cívicos, planejou a remoção da classe trabalhadora do centro da cidade, pois se tornaram uma ameaça à ordem pública e ao poder político” (Harvey, 2008, p.82).

Na realidade, a burguesia tem apenas um método para resolver o problema habitacional à sua maneira – isto é, resolve de tal modo que a solução reproduz continuamente a questão. Este é o denominado método “Hausmann” ... Não importa quão diferentes sejam as razões, o resultado é sempre o mesmo: escandalosas alamedas e ruelas desaparecem para exaltação e desperdício da burguesia por causa de seu extraordinário sucesso, mas elas aparecem imediatamente em outro lugar... A mesma necessidade econômica que as produz num primeiro lugar, as produz em outro lugar (Engels, 1935, p.74-77 *Apud* Harvey, 2008).

A reforma urbanística promovida em Paris entre 1853 e 1870 pelo Barão Georges Haussmann, reforma esta que remodelou radicalmente o espaço urbano e

expulsou para os subúrbios os trabalhadores, destituindo-os da urbanidade e da vida urbana, isto é, da possibilidade de vivenciar e experimentar à cidade.

O fato é que o conceito de “direito à cidade” de Henri Lefebvre foi muito mais uma plataforma político-filosófica e não explorava diretamente como, ou em que medida, a ordem legal determinava o padrão excludente de desenvolvimento urbano. Aos argumentos sociopolíticos de Lefebvre, deve ser acrescentada uma outra linha, ou seja, argumentos jurídicos que nos permitam construir uma crítica à ordem legal não apenas na perspectiva de valores sociopolíticos ou humanitários, mas desde dentro da própria ordem legal (Fernandes, 2007, p. 208).

A urbanização desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as classes menos favorecidas de qualquer direito à cidade (Harvey, 2008, p.85). Com o crescimento dos centros urbanos, ocorreu uma valorização dos territórios centrais, onde os indivíduos menos favorecidos tiveram seus direitos a cidade negados, sendo obrigados a se estabelecer nas periferias, com seus serviços públicos e privados negligenciados.

O neoliberalismo estabeleceu um novo sistema de governo que integra o Estado e os interesses corporativos, ele assegurou a disposição do excedente através do aparato estatal, beneficiando o capital corporativo e as classes dominantes no processo urbano (Harvey, 2008, p.87)

Assim, transformou o direito à cidade em um produto, em que os detentores do capital direcionam a cidade para os seus benefícios, em que a maioria da população urbana é excluída dos frutos do desenvolvimento. Como forma de enfrentamento dessa condição: “Os movimentos sociais urbanos buscam sair do isolamento e transformar a cidade, em uma versão diferente da idealizada pelos empreendedores, que são apoiados pelo capital corporativo e um aparato local do Estado progressista a seu lado” (Harvey, p. 88, 2008). Deve-se por meio dos movimentos sociais defender o direito à cidade, mesmo entendendo que é uma disputa desleal, mas somente por meio da busca por direitos iguais é que teremos uma cidade urbanizada mais justa e menos exclusiva.

Entende-se por meio da literatura especializada que a construção da democracia no Brasil ganhou força após o fim da ditadura civil militar, em 1985. Chamou-se a nova Constituição de (1988) de “Constituição Cidadã”.

No entanto, sabe-se que havia ingenuidade no processo, acreditou-se que a democratização das instituições traria a “felicidade” e o bem-estar a nível nacional. Pensava-se que o fato de termos conquistado o direito de eleger nossos governantes, seria garantia de liberdade, justiça social, do pensamento livre, da ação política e sindical livre. De fato, o processo político avançou significativamente, mas não caminhou tão bem em outras áreas” (Carvalho, 2002, p.7). Verifica-se que os problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento” (Carvalho, 2002, p. 8).

Logo, o acesso aos direitos que propunha solucionar a desigualdade entre as classes sociais, chocou-se com a lentidão de como eles foram sendo implementados, dificultando uma maior inclusão social. As desigualdades sociais, seja no campo ou nas cidades, continuaram mesmo em um cenário democrático devido ao controle político e econômico por uma elite, que busca acessar os recursos econômicos despreocupados com uma ordem igualitária.

No Brasil, o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e voto, algo conquistado após a Ditadura Civil Militar, não gerou automaticamente o acesso a outros direitos, como a moradia, saneamento básico, esporte lazer, bem como o emprego. No jogo da cidadania, que inclui diferentes dimensões, verifica-se que algumas podem estar presentes sem as outras. “Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal que parece distante aos brasileiros” (Carvalho, 2002, p. 9).

No Brasil, após a Ditadura Civil Militar, alguns direitos passaram a ser exercidos de maneira efetiva. Os direitos sociais seguem sendo priorizados em relação aos direitos civis e políticos, que foram negligenciados principalmente no regime militar. O impacto disso é uma frágil construção de debate político público, mostrando que a cidadania no Brasil favoreceu a elite política dominante.

Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar e de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais (Carvalho, 2002, p.11).

No caso inglês a conquista dos direitos, são atribuídos à educação popular,

que foi responsável por aumentar o conhecimento da população, dando condições para que os indivíduos se tornassem mais esclarecidos e, conseqüentemente, com possibilidades de reivindicar outros direitos. Segundo Carvalho (2002), “A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política” (Carvalho, 2002, p.11). O Brasil não é exceção. Aqui não se aplica o modelo inglês, conforme interpretação do autor. No Brasil houve pelo menos duas diferenças importantes. Segundo Carvalho:

A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na seqüência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. Como havia lógica na seqüência inglesa, uma alteração dessa lógica afeta a natureza da cidadania (Carvalho, 2002, p. 11).

Em 1964, com a derrubada do presidente João Goulart e o advento do Regime Militar (1964-1985), um novo modelo de gestão foi implantado e os direitos dos cidadãos foram reprimidos, os "atos institucionais" realizados pelos presidentes militares suprimiu os direitos políticos, e muitas vezes, a liberdade, dos suspeitos de subversão ao Regime.

Os militares, sempre com o objetivo e as justificativas de que a nação estava sob o perigo do comunismo, oprimam os cidadãos.

A censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; a justiça militar julgava crimes civis; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito a vida era desrespeitado” (Carvalho, 2002, p.164).

Os direitos políticos quase em sua totalidade foram abolidos, a exemplo disso, verifica-se que as eleições diretas foram prejudicadas, dissolveu os partidos políticos, ocorreu a censura em jornais e nos meios de comunicação. O desrespeito à cidadania teve um impacto significativo na vida política do país (Carvalho, 2002,).

A melhora da economia, no governo Médici, um dos governos militares mais repressivos, trouxe transformações na demografia, a população rural foi obrigada a buscar novas oportunidades de trabalho nos centros urbanos, dado a reestruturação produtiva ligada à indústria. A época é marcada por grandes deslocamentos de população do campo para as cidades. “Em 1960 a população urbana era menor que a população do campo, o país ainda era majoritariamente rural, e em 1980 a

população urbana era maior que a rural” (Carvalho, 2002, p.169).

Ainda segundo Carvalho, (2002), ocorreram várias mudanças nos direitos sociais, os governos militares priorizaram os direitos sociais, como a unificação da previdência, por exemplo. “O primeiro-ministro do Trabalho dos governos militares era um técnico da previdência que colocou interventores nos institutos e preparou um plano de reforma com a ajuda de outros técnicos, muitos deles nomeados interventores” (Carvalho, 2002, p.170).

Para melhorar a imagem do governo militar e do ministro do trabalho Arnaldo Lopes Sússekind, que tinha experiência em previdência, investiu-se na melhoria dos direitos dos trabalhadores.

O primeiro governo militar, para atender a exigências dos empresários, acabou com a estabilidade no emprego. Para compensar, foi criado em 1966 um Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que funcionava como um seguro-desemprego. O fundo era pago pelos empresários e retirado pelos trabalhadores em caso de demissão (Carvalho, 2002, p.172).

Sem esta garantia, a classe empresarial foi beneficiada conseguindo maior controle sobre seus empregados. Os militares precisavam do apoio dos empresários, e a retirada de alguns benefícios tirou a estabilidade de emprego dos trabalhadores, reprimidos em sua organização.

Os direitos civis e políticos começaram a ser discutidos no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), disposto a promover um lento retorno à democracia dadas as condições econômicas e sociais que mostravam que o sistema ditatorial era insustentável. As restrições às campanhas eleitorais foram derrubadas, extinguiu os grupos militares de repressão, a censura foi perdendo espaço e conseqüentemente começou a ocorrer o retorno dos exilados por causa do regime militar. O contexto para Lei de Anistia surgia daí.

Em 1979, já no governo do general João Batista de Figueiredo, o Congresso votou uma lei de anistia, muito exigida pela oposição. Ela devolveu os direitos políticos aos que os tinham perdido e ajudou a renovar a luta política. O auge da mobilização popular foi a campanha pelas eleições diretas, em 1984 (Carvalho, 2002, p.176).

No governo do presidente João Batista de Figueiredo, conseguiu-se a anistia política. A lei de anistia, que era geral e irrestrita foi questionada, pois, ela anistiava tanto os exilados políticos que foram perseguidos na Ditadura Civil Militar, quanto

os seus perseguidores que ficariam impune de todas as crueldades cometidas no regime militar, mas, garantiu a volta de vários exilados e seus direitos políticos, começando a se desenhar campanhas para as eleições diretas.

A campanha das diretas foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história do país, se medida pelo número de pessoas que nas capitais e nas maiores cidades saíram às ruas. Tentativas esporádicas de impedir as manifestações, partidas de alguns militares inconformados com a abertura, não tiveram êxito (Carvalho, 2002, p.188).

Uma maior flexibilidade e abertura política do governo militar, e a campanha das Diretas, que começou com um pequeno comício e foi ganhando força nas principais cidades do Brasil, atraindo milhões de pessoas em prol das eleições diretas, fez com que a população saísse às ruas em todas as regiões do Brasil, na tentativa de uma mobilização popular para as eleições diretas.

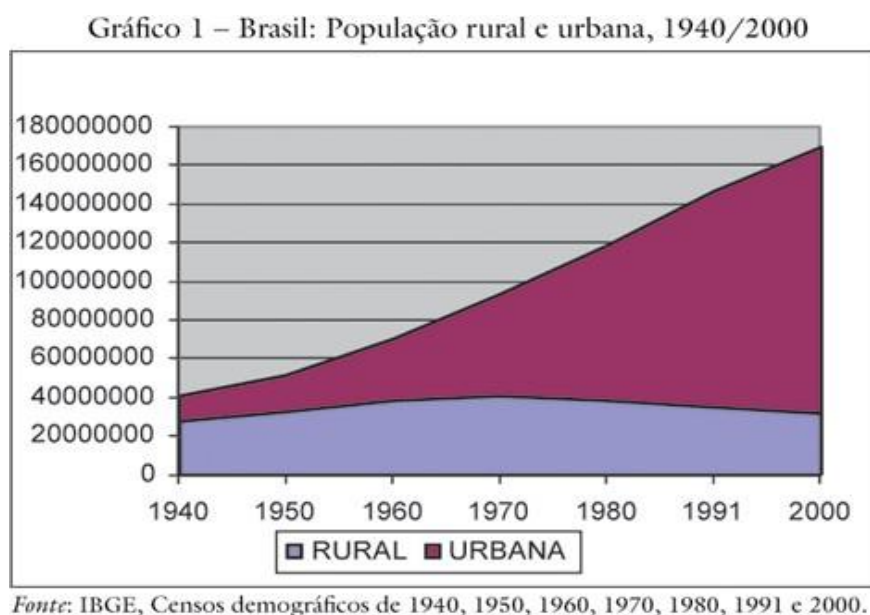
Compareciam os líderes dos partidos de oposição, os presidentes de associações influentes como a ABI e a OAB, e, sobretudo, os mais populares jogadores de futebol, cantores e artistas de televisão. Músicas populares de protesto eram cantadas com acompanhamento da multidão (Carvalho, 2002, p.189).

A urbanização favoreceu os direitos políticos, mas levou à formação de metrópoles com grande concentração de populações marginalizadas, que tinha algum tipo de manifestação atendida quando se tratava de assuntos sobre serviços urbanos, porque os direitos civis dessa população marginalizada continuavam sendo negados. “Essas populações eram privadas de serviços urbanos e também de serviços de segurança e de justiça” (Carvalho, 2002, p.194).

O crescimento das cidades deu um impulso para a cidadania, mas também trouxe o aumento das diferenças de classes, sendo que os menos favorecidos tinham os seus direitos ignorados e em certas situações alguns direitos eram contemplados para iludir a população.

O demógrafo Fausto Brito (2006) mostra-nos, na Figura 2 - Gráfico 1, a significância que a população urbana ganhou desde 1940.

Figura 2: Gráfico 1 - Brasil - população rural e urbana



Fonte: IBGE.

Segundo Brito (2006), na década de 1970, a metade da população urbana brasileira já era residente em aglomerados metropolitanos. É neste cenário que a nova constituição foi necessária, pois priorizou maior igualdade para a população Brasileira sob o signo da cidadania, aumentando as obrigações do estado com a sociedade. “A constituinte de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã” (Carvalho, 2002, p.199).

A Constituição de 1988 ampliou os direitos sociais. Fixou em um salário-mínimo o limite inferior para as aposentadorias e pensões e ordenou o pagamento de pensão de um salário-mínimo a todos os deficientes físicos e a todos os maiores de 65 anos, independentemente de terem contribuído para a previdência (Carvalho, 2002, p. 206).

As pessoas com vulnerabilidade, como os deficientes, os negros e as populações menos favorecidos economicamente, tiveram os seus direitos reconhecidos, que faz parte de um país democrático. “Uma lei ordinária de 1989 definiu os crimes resultantes de preconceito de cor ou raça” (Carvalho, 2002, p.209).

A urbanização trouxe benefícios para a população urbana, mas veio acompanhada de injustiças, como a falta de emprego e o aumento da violência,

trazendo o medo e insegurança para a sociedade.

A taxa nacional de homicídios por 100 mil habitantes passou de 13 em 1980 para 23 em 1995, quando é de 8,2 nos Estados Unidos. Nas capitais e outras grandes cidades, ela é muito mais alta: 56 no Rio de Janeiro, 59 em São Paulo e 70 em Vitória. Roubos, assaltos, balas perdidas, sequestros, assassinatos, massacres passaram a fazer parte do cotidiano das grandes cidades, trazendo a sensação de insegurança à população, sobretudo nas favelas e bairros pobres” (Carvalho, 2002, p. 212).

Segundo Carvalho (2002), no Brasil, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de repressão aos direitos políticos e de redução dos direitos civis, depois vieram os direitos políticos. A inversão dos direitos do cidadão só aumentou o poder do Estado frente à sociedade.

No entanto, na década de 1980, os movimentos sociais se fortaleceram com o advento do discurso democrático. Com o objetivo de reivindicar melhores condições de vida e trabalho no campo e na cidade, à classe trabalhadora e aos menos favorecidas pela política e economicamente, se aglutinaram em torno do Partido dos trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Destaca-se também o crescimento das ONGs.

O surgimento das organizações não-governamentais (ONGs) que, sem serem parte do governo, desenvolvem atividades de interesse público. Essas organizações se multiplicaram a partir dos anos finais da ditadura, substituindo aos poucos os movimentos sociais urbanos” (Carvalho, 2002, p. 227).

Segundo Landim (1993), já existiam grupos assistenciais e educacionais nos anos de 1960 e 1970 que tinham características parecidas com as das ONGs, mas nos anos de 1980 e 1990, as ONGs tiveram um aumento considerável no número de organizações, e as parcerias com governo, colaborou para uma melhora nas relações entre o governo e a sociedade, que se viu com mais poder de participação na governança do Brasil. A colaboração entre elas e os governos, têm resultado na solução de problemas sociais, principalmente no quesito direitos sociais<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Segundo estudos do (IPEA ,2018), 62% das organizações foram criadas na década de 1990. E, entre 1996 e 2002, essas entidades cresceram 175 por cento - foram de 105 para 276 mil.

Neste cenário de debate histórico sobre a conquista e retrocessos de direitos na história social brasileira, torna-se interessante o argumento de Santos (2007), em que a cidadania se apresenta como "uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado, e não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções" (Santos, 2007, p. 20). Neste sentido, a cidadania deve estar à frente de todo cronograma político de uma nação, pois por meio dela se consegue transformar a sociedade de maneira que ela se torne mais justa e igualitária.

Em vários países do Terceiro Mundo a presença de regimes autoritários reпреendeu os direitos dos cidadãos. Foram fatores importantes que contribuíram para que se deixassem de ser permitidos: a defesa do direito ao trabalho e a uma remuneração digna, os bens vitais mínimos, o direito à informação, ao voto e à cultura (Santos, 2007, p.23).

Apesar das conquistas sociais na onda democrática da década de 1980, a cidadania ainda não está integralmente estabelecida no Brasil e as classes menos favorecidas são as que sentem o maior impacto. Porque a desigualdade social entre as classes se torna visível, principalmente nas oportunidades de ganho de capital, no qual um pequeno grupo da elite dominante tem o controle do capital excedente. "Devido a urbanização rápida, o consumo em grande escala, o crescimento econômico excludente, que privilegia os meios materiais, onde se busca a ascensão social. O cidadão tornou-se um consumidor" (Santos, 2007, p.25).

Para o cidadão consumidor, a realização da vida se encontra no mercado, o apoio do estado na construção do bem-estar social é negado. O poder do consumo, e sua capacidade de alienação é forte, pois o desejo em consumir trouxe a satisfação para a classe mais favorecida, que buscam consumir a todo custo e trouxe dificuldades aos menos favorecidos que sem recursos financeiros para o consumismo não participam desta prática social. "A vocação ao consumo é parcialmente saciada para alguns, enquanto para os pobres não contemplados" (Santos, 2007, p.53)

Consumir se tornou uma obsessão, principalmente para os indivíduos com o poder aquisitivo mais elevado, enquanto o indivíduo pobre tem dificuldades de se inserir nesta sociedade consumista, principalmente porque não teve oportunidade de educação e conhecimento, e conseqüentemente as melhores oportunidades de empregos serão negadas a eles. O cidadão é deixado ao quase exclusivo jogo do

mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser um espaço sem cidadãos.

O espaço impõe a cada indivíduo, um determinado tipo de relações, porque cada indivíduo ocupa um lugar dado. Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território (Santos, 2007, p.139).

Alguns locais não têm os serviços adequados para o consumidor saciar o seu desejo de compra, sendo necessário o deslocamento. Ao contrário do mais rico que devido ao fator financeiro, ao local de moradia consegue se deslocar com maior facilidade, o pobre que vive na periferia, distante do trabalho, do estudo e de serviços se vê sem as mesmas condições de deslocamento. Verifica-se, segundo Santos (2007), que a população se vê desfavorecida em razão da fragilidade dos instrumentos administrativos, crescendo-se a isso a menor possibilidade, na periferia, de exercer uma pressão sobre o governo central (SANTOS, 2007, p.143).

Na periferia, a população não tem o atendimento adequado quanto às suas necessidades básicas, isto tem relação com o abandonado estado desta população periférica, quando se fala de recursos públicos para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas.

A Constituição deverá estabelecer as condições para que cada pessoa venha a ser um cidadão integral e completo, seja qual for o lugar em que se encontre. Para isso, deverá traçar normas para que os bens públicos deixem de ser exclusividade dos mais bem localizados (SANTOS, 2007, p.151).

Ainda considerando a obra de Santos (2007), sabe-se que o debate da cidadania não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. Uma nação será realmente democrática quando considerar que todos os cidadãos devem ter reconhecidos todos os seus direitos civis, políticos e sociais, independentemente da sua classe social e do lugar onde estejam.

Segundo Santos (2007), o espaço sem cidadão existe devido ao pouco espaço de cidadania, pois os menos favorecidos têm a sua cidadania restrita a equipamentos essenciais e em péssimo estado de conservação e com dificuldades de atendimento. O espaço cidadão não pode ser o lugar de desigualdades, onde o atendimento acaba sendo direcionado às classes mais favorecidas e menos à população do entorno (Santos, 2007).

É necessário recuperar o espaço da cidadania em detrimento da condição

individualista consumista. Santos (2007) demonstra vários momentos em que se visualiza a não-cidadania dos brasileiros. Com a individualização crescente, decorrente da competição, do egoísmo, do medo da violência, aumenta a insatisfação individual e coletiva.

É uma distorção da realidade, fundada numa ideologia malsã do trabalho? Já que a vida termina por ensinar que a prosperidade material não depende do esforço puro e simples: de outra forma, a prosperidade seria generalizada. O chamado ao consumo busca retardar a tomada de consciência, mergulhando o consumidor numa atmosfera irreal, onde o futuro aparece como miragem" (Santos, 1998, p.39).

Para Santos (2007), o indivíduo se transforma de um não cidadão para um consumidor, sendo um fator negativo na formação do caráter do indivíduo, sendo que o espaço vivido passa a ser marcado por enormes desigualdades, constituindo-se em um espaço sem cidadãos.

No Capitalismo, segundo Lefebvre (2008), a cidade foi se transformando em um espaço onde as diferenças de classes são bastante visíveis, pois muitos não possuem o direito a uma moradia digna. As cidades industriais ao aumentar a sua população, criam a chamada "questão social" ou problemas sociais. As pessoas pobres ou os trabalhadores são alijados de condições adequadas de vida.

Lefebvre (2006), explica que ao mesmo tempo, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Os escritórios substituem a habitação em centros urbanos. Isso é o preço da destruição criativa da população e da perda de qualquer direito à cidade, boa parte da população é excluída das decisões públicas. Os trabalhadores são remanejados para a periferia ou deslocados para grandes conjuntos habitacionais.

As análises de Santos (2007) e de Lefebvre (2008) demonstram quanto o capitalismo, em conjunto com o poder público e seus interesses, favoreceu as classes dominantes, em detrimento o cidadão, que se viu diante de uma enorme desigualdade social, econômica e cultural, devido ao interesse de um sistema capitalista, que reproduz a segregação, valorizando a apropriação do espaço urbano de forma desigual. Segundo Lefebvre (2008), o direito à cidade é uma utopia, uma plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares contra a lógica capitalista de produção da cidade, que mercantiliza o espaço urbano e o

transforma em uma engrenagem a serviço do capital.

Na América Latina, é visível a desigualdade devido à concentração de renda estar em poder de uma minoria elitista e excludente, que sempre busca o interesse próprio, não se importando com as camadas menos favorecidas da sociedade.

As desigualdades sociais na América Latina, incluindo-se aí o padrão excludente e concentrador de riqueza da urbanização na Região, cujos efeitos gerais são bem conhecidos: segregação socioespacial, exclusão territorial e degradação urbanístico-ambiental, punindo em especial as camadas empobrecidas da sociedade” (Trindade, 2012, p.144).

Segundo a visão de vários autores citados no trabalho do cientista político Thiago Trindade, "as grandes cidades brasileiras e latino-americanas cresceram e se expandiram seguindo a lógica dos interesses privados, ao prevalecer uma política de deixar fazer a relação entre Estado e mercado” (Quinto Júnior, 2003; Ribeiro, 2003; Fernandes, 2007, *apud* Trindade, 2012, p.146). O Estado é omissos e beneficia as classes dominantes, fortalecendo uma parceria com o empresariado, renegando as classes menos favorecidas o direito à cidade e seus benefícios.

As áreas mais urbanizadas e melhor localizadas sempre foram reservadas para as classes médias e altas, aqueles segmentos cujo poder de consumo é alto, facilitando a compra da terra urbanizada. Onde a população pobre não teve a possibilidade de participar do mercado formal de habitação, ocupando as áreas mais precárias em infraestrutura urbana e mais distantes das melhores localizações da cidade” (Maricato, 1996, 2000, 2010; Kowarick, 1980, 2009; Rodrigues, 1988; Fernandes, 2007, *apud* Trindade, 2012, p.147).

As melhores localizações acabam ficando com as pessoas com melhores condições financeiras, devido ao alto custo das melhores áreas, enquanto a classe menos favorecida se vê obrigada a buscar moradias nas áreas mais distantes dos centros urbanos, com todas as dificuldades que estas regiões proporcionam através de uma política pública. Segundo Trindade (2012), ao estudar a obra de Maricato, considera que:

O preço a ser pago por essa opção, inclui também uma intensa degradação ambiental, uma vez que grande parte das moradias informais da população pobre é edificada em beiras de córregos, margens de mananciais de abastecimento público e encostas de morros, contribuindo para a ocorrência de desastre (Maricato, 2011,

*apud* Trindade, 2012, p.148).

A expansão desorganizada dos centros urbanos traz consequências desastrosas para o meio ambiente, pois as periferias acabam se expandindo e ocupando áreas que devem ser protegidas e acabam sendo degradadas.

É impossível garantir o direito à cidade para as camadas mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico sem a adoção, por parte do Estado, de uma política urbana direcionada para a defesa dos interesses coletivos em detrimento dos interesses individuais de propriedade (Trindade, 2012, p.152).

A participação da sociedade na construção de uma política urbana deve ser efetiva. A mudança do nosso excludente método de desenvolvimento urbano não passa apenas pela aprovação de boas leis, mas também por uma profunda transformação sociocultural e política, o que só pode ser construído a longo prazo, com a intensificação gradual das lutas sociais, importantes para o controle das políticas públicas que visam ao aprimoramento das práticas cidadãs. Neste cenário, o esporte se apresenta como um direito social, que deve ser afirmado constitucionalmente para que se possa exigir uma nova estrutura.

#### **4 ESPAÇOS PÚBLICOS-ESPORTIVOS E DE LAZER/ESPORTE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: O CASO BRASILEIRO**

No Brasil, observa-se que programas de esporte e lazer foram melhor discutidos a partir da implementação dos direitos sociais expressos na Constituição Federal, de 1988. Em um cenário democrático e cidadão os espaços esportivos públicos são edificados por meio de novas políticas públicas que tendem a suprir a demanda da população, visando contribuir para o desenvolvimento humano, neste cenário é recorrente a ligação entre esporte, recreação/lazer e educação.

No plano do desenvolvimento urbano, o processo brasileiro de discussão sobre o lazer é derivado de um longo percurso histórico, em que a urbanização foi fundamental. O debate foi inaugurado pela "Carta de Atenas" (Le Corbusier, 1993). Ela traz elementos do "Urbanismo Racionalista e Funcionalista." Esta perspectiva trabalha com uma ideia de planejamento interurbano, em que a propriedade privada está submetida aos interesses coletivos, limitando o tamanho a densidade das cidades, com a edificação concentrada, porém adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação.

A Carta de Atenas tinha como objetivo expressar a necessidade de uma interação do espaço urbano de forma a privilegiar os espaços verdes e recreativos em harmonia. A Carta de Atenas é o manifesto datado de 1933, redigido e assinado por grandes arquitetos e urbanistas internacionais do início do século XX. Resultou do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) e foi realizado em Atenas, na Grécia, em outubro 1933 (Braga, 2010).

A Carta, que trata da chamada Cidade Funcional, separa as áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo substituir as áreas de adensamento tradicionais pela Cidade Jardim, na qual os edifícios se localizam em áreas verdes pouco densas, conforme comentado por Silva (2006).

A análise aí contida supunha a elaboração de um modelo de cidade infinitamente reprodutível, uma vez que seria baseado em estudos exaustivos das necessidades básicas dos seres humanos e que seriam as mesmas em todas as partes do mundo. A cidade deveria organizar-se para satisfazer quatro necessidades básicas, as chaves do urbanismo estão nas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres), circular" (Le Corbusier, 1993).

No caso europeu, o crescimento das cidades se sobrepôs às áreas naturais,

aumentando proporcionalmente a desordem criada pela urbanização.

Segundo a Carta de Atenas, os subúrbios estavam organizados sem planos e sem ligação com a cidade, eram uma aglomeração de “barracos” pouco rentável. Os bairros habitacionais deveriam ocupar no espaço urbano as melhores localizações, aproveitando-se da topografia, observando-se o clima, dispondo-se da insolação mais favorável e de superfícies verdes adequadas (Le Corbusier, 1993).

Neste período do século XX, as poucas instalações esportivas, para serem colocadas nas proximidades dos usuários, eram em geral instaladas provisoriamente em terrenos destinados a receber futuros bairros residenciais ou industriais. Os terrenos que poderiam ser destinados ao lazer semanal estavam frequentemente mal articulados à cidade (Le Corbusier, 1993).

Neste contexto, ainda segundo Corrêa (1989), o processo de urbanização diferencia-se para cada classe, havendo, dois tipos de urbanização: de status e popular. A urbanização de status, ligada à classe dominante, que recebe melhor infraestrutura, derivando assim os chamados bairros ricos, mesmo que sejam distantes do centro, socialmente não são considerados como periféricos.

Nos bairros dos trabalhadores, o sujeitos que lá residem são pauperizados e não encontraram em seu bairro uma infraestrutura necessária para a reprodução da vida, sendo consideradas periféricos. A qualidade dos espaços livres de uso público destinados ao lazer será um desafio para as políticas voltadas para as periferias das cidades, considerando não só a quantidade de espaços criados diante do acelerado processo de urbanização, que se intensificou nos últimos 50 anos, como também as novas demandas da sociedade em sua relação com os espaços públicos. Segundo Queiroga (2001), em diversos cenários urbanos, de pequenos núcleos a megalópoles, o espaço livre de uso público pode estar condicionado por realidades específicas. No Brasil, a realidade encontrada nas áreas periféricas de nossas cidades parece refletir o contrário do planejamento para bem estar humano, focado na construção de áreas livres e de lazer.

Segundo Villaça (2001), é possível entender a expansão periférica como a resolução de dois objetivos das elites “desafogar o espaço urbano e segregar determinadas classes sociais” (Villaça, 2001).

Nas discussões do século XX, a partir da Carta de Atenas, verifica-se que todo bairro residencial planejado deveria ter uma superfície verde necessária à

organização de jogos e esportes para a população. No entanto, quando se observa a cidade, as superfícies livres são, em geral, insuficientes, quando as superfícies livres têm uma extensão suficiente, estão em mau estado de conservação e, por isso, são pouco utilizadas pelos habitantes dos bairros periféricos.

As características apontadas na Carta influenciaram o desenvolvimento de cidades europeias pós Segunda Guerra Mundial, e não somente, segundo Braga (2010), a criação do Plano Piloto de Brasília por Lúcio Costa aparece nesse contexto. Brasília foi criada do zero, no centro do país, em 1956. Marco do Planejamento urbano no Brasil com características modernistas por influência de Le Corbusier. Segundo Silva (1999), o Novo Urbanismo considera uma maior densidade urbana e acessibilidade, incluindo ciclistas e pedestres. E ainda deve-se considerar os regramentos da divisão territorial.

Os Planos Diretores e as leis de zoneamento promovem a divisão do território urbanizado, ou a ser urbanizado, para aplicação de parâmetros de uso e ocupação específicos. Uma das primeiras experiências brasileiras na linha do planejamento se vinculam ao Plano Agache, feito em 1930 para a cidade do Rio de Janeiro. Desde então, os Planos Diretores, Plano de Avenidas, Plano Urbanístico Básico, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, etc. (Capacidades, 2014), foram desenvolvidos em várias cidades brasileiras.

A partir da instituição dos artigos da Política Urbana na Constituição Federal de 1988 (Artigo 182 e 183), o Plano Diretor estabeleceu o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Os municípios, então, passaram a se responsabilizar pela ordenação, o uso e a ocupação do solo, que são vistos como ferramentas de regulação, baseado principalmente em modelos ideais de distribuição de densidades e compatibilidade (Capacidades, 2014). Nesse contexto, o desenvolvimento econômico e social passa a fazer parte do debate.

O desenvolvimento econômico vai além do crescimento econômico e corresponde ao impacto na qualidade de vida da população (SINGER, 1968). Portanto, os indicadores de cunho econômico, social e tecnológico são importantes por trazer informações relacionadas ao crescimento econômico e à melhoria da qualidade de vida da população (Mattedi *et al.*, 2015).

A questão do desenvolvimento econômico tornou-se tema central na agenda dos governos e das instituições de coordenação econômica e política do mundo

ocidental (Diniz, 2001). Nesse contexto, nos países capitalistas, através de uma atenção dada às “regiões estagnadas no interior de países como a Itália e a França, foram criadas instituições, bem como programas de desenvolvimento regional a fim de minimizarem estas discrepâncias na organização territorial” (Campos, 2015).

Uma significativa iniciativa com esse propósito para os países subdesenvolvidos se deu com a instituição da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 25 de fevereiro de 1948, como informa a ONU (2015).

Esta última foi instituída, segundo Haffner (2002), com a finalidade principal de auxiliar os países latino-americanos na tarefa de promover um melhor desenvolvimento econômico. Ainda para a CEPAL, a industrialização seria uma forma de reduzir as diferenças entre a América Latina e os países ricos, atingindo-se a independência política e econômica através de um crescimento auto sustentado (Haffner, 2002).

O órgão, como apontou Bresser-Pereira (2005), contava com dois expoentes do pensamento econômico do século XX: seu segundo diretor-executivo e principal dirigente Raul Prebisch, logo a ele se associando Celso Furtado. Ainda como aponta Bresser-Pereira (2005), outros economistas significativos da CEPAL foram: Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares.

No Brasil, a atuação da CEPAL aconteceu em um período consoante a mudança na política de comércio exterior, com o fim do mercado livre de câmbio e a adoção do sistema de contingenciamento às importações, entre meados de 1947 e o início de 1948 (Vianna; Villela, 2011). A política de substituição de importação tinha a finalidade de fazer frente ao desequilíbrio externo e promover a racionalização das divisas estrangeiras existentes no país. Porém, como aponta Vianna (1990), terminou por ter grande importância para o crescimento da indústria no pós-guerra.

A concepção da qual descreve um sistema de inter-relações propõe que o verdadeiro desenvolvimento deve prover dos efeitos positivos entre os organismos sociais e econômicos, priorizando fundamentalmente o desenvolvimento humano na condição de seu bem-estar e não de suas necessidades materiais (Oliveira, 2006).

Segundo Oliveira (2006), o desenvolvimento precisa ir além da simples progressão material, devendo promover a justiça, o acesso à informação, à educação e dando poder a toda a sociedade envolvida no processo, considerando

uma metodologia de amadurecimento cultural e social.

Conforme Dowbor (2002), o problema econômico não passa pela forma de organização dos recursos escassos, mas pela melhoria da vida dos cidadãos comuns. O Brasil deve considerar suas heranças e identidade cultural e a unidade nacional, e que possam efetivamente definir o que é desenvolvimento, definição relevante para nosso propósito, no entanto, não se trata de algo trivial.

A Organização Mundial de Lazer (OML) foi estabelecida em 1952 como uma organização voluntária não-governamental, operada mundialmente e que se dedica a descobrir e fomentar condições que permitam que o lazer sirva como força para otimizar o bem-estar coletivo e individual (WLO, 2005). Na OML se acredita que o lazer é fundamental para o desenvolvimento social, cultural e econômico.

Entre os fóruns promovidos pela World Leisure Organization (WLO), ressalta-se o World Leisure's 2006 High Level Forum, a Organização Mundial do Lazer é uma associação mundial não governamental de pessoas e organizações dedicada a descobrir e promover as condições que melhor permitem que o lazer sirva como uma força para o crescimento, desenvolvimento e bem-estar humano. A *World Leisure LOrganization* *persegue* esses objetivos por meio da educação, pesquisa e advocacia informada.

A missão do *World Leisure* é promover o lazer como parte integrante do desenvolvimento social, cultural e econômico. Para avançar nessa causa, a Organização concede prêmios que reconhecem exemplares extraordinários de esforços inovadores e sustentáveis para alcançar esses objetivos. O Prêmio Inovação é uma das várias atividades realizadas pela *World Leisure* em conjunto com a *World Leisure EXPO*, incluindo o 9º Congresso Mundial de Lazer, que em 2006 atraiu 3.000 delegados.

Na ocasião do evento, Wu Yi, vice-primeira ministra da China, enfatizou a importância do lazer e da produção cultural para a economia, sugerindo que estes dois elementos seriam os que teriam maior representação naquele país num futuro próximo. A mencionada reflexão foi apoiada nos gastos com os serviços e produtos associados ao lazer em países em desenvolvimento, algo em torno de 20 a 25% ao ano (Yi, 2006).

Os gastos na Função Desporto e Lazer compõem o gasto social; cabe pensar em que medida as políticas de esporte e de lazer atuam nessa complexa estrutura e

ajudam a promover níveis mais elevados de bem-estar social. Sendo assim, é importante avaliar se os níveis estabelecidos impactam na oferta de políticas públicas de esporte e de lazer, seja no sentido de afetarem a distribuição das políticas como também de serem afetados por elas (Santos; Hirata, 2017).

A importância da prática esportiva em nossa sociedade vai além dos benefícios na saúde física da população. É possível perceber o desenvolvimento das relações socioafetivas, a comunicabilidade, a sociabilidade, ajustando socialmente esse homem ao meio que vive (Buriti, 2001).

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) e fornecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no site brasileiro do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), revelam que para cada dólar investido no esporte, são economizados cerca de três dólares nas ações de saúde (CONFEF, 2022). Desse modo, pensando no desenvolvimento das cidades, investir no esporte e Lazer, traz benefícios maiores do que os gastos. O Esporte e Lazer são estratégicos para o desenvolvimento social e para tanto devem estar articulados ao planejamento urbano.

#### 4.1 O ESPAÇO POLÍTICO DO ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Segundo a literatura especializada, a transferência do modelo liberal de administração, constituído até o fim da década de 1920, para o modelo centralizador, a partir do Estado Novo (1937-1945), interferiu diretamente no cotidiano da população. Neste contexto, o Estado tornou-se um agente ativo na organização política, social e econômica da sociedade (Mezzadri, 2000).

Segundo Mezzadri (2000), nesse novo momento, verifica-se a existência de um Estado corporativista, intervindo na dinâmica e no funcionamento das entidades civis. Esse projeto político-ideológico usou o esporte para alcançar seus objetivos, principalmente para a formação da identidade nacional. Para Mazo (2005), o projeto nacionalista varguista buscava a homogeneização cultural, era contrário a qualquer “manifestação pluralista e diversificada”. Nesse período acentuou-se a preocupação com a formação da identidade cultural brasileira.

Para Ortiz (1994), o Brasil não tinha uma identidade, portanto, não sendo uma nação propriamente dita. Não havia uma imagem de povo brasileiro, mas sim um Estado composto de governo e território, se necessário dar cara ao povo brasileiro.

Frente a essa situação, o Estado brasileiro assumiu características intervencionistas, como promotor de políticas culturais e educacionais destinadas a construir a nação brasileira, dentre elas aquelas voltadas para o esporte.

É interessante notar que vários estudos apontam a necessidade política da construção dos estádios, por exemplo, para um processo de fixação de identidade nacional. Segundo Santos e Silveira (2001), nas décadas de 1960 e 1970, especialmente durante a ditadura civil-militar, houve uma intensa construção de estádios de futebol e de outras grandes obras de infraestrutura que buscavam simbolizar o progresso do país e legitimar o regime autoritário. Esses estádios não apenas promoviam o entretenimento, mas também serviam como ferramentas de propaganda política, reforçando a imagem positiva do governo.

A incorporação do campo esportivo pelo campo político, sob a justificativa da prevalência da lógica do Estado (pública), rapidamente passa a ser pautada também por interesses individuais daqueles agentes envolvidos com o esporte no âmbito estatal. Esse movimento deixou um grande lastro na política esportiva brasileira, que até hoje convive com fenômenos tais como o clientelismo, o utilitarismo e o assistencialismo.

A ideia de racionalização das atividades de tempo livre, principalmente das camadas populares, foi uma das formas de manifestar o controle e de inserir na mente da nação os valores mais altos de civilidade projetados pelo governo de Vargas. O Estado Novo foi um período muito fértil no que se refere à produção cultural e lazer. Fatos que confirmam esta afirmativa, segundo Santos (2004), são o vertiginoso aumento de livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além do surgimento da radionovela, cinejornais e documentários cinematográficos.

Essas atividades que tratam diretamente do tempo de não-trabalho tiveram um papel ativo na formação do lazer do trabalhador, que conquistaria, nesse mesmo período, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e poderia desfrutar de novas práticas de lazer, como ouvir música, assistir a filmes e ir ao teatro. Segue trecho da CLT:

#### **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

Art. 1º - Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que,

assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assinala e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 desta Consolidação, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras: (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

I - práticas religiosas; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência) - descanso; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

**II - lazer; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)**

III - estudo; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

IV - alimentação; (Incluído pela Lei nº 13.467 de 2017) (Vigência)

V - atividades de relacionamento social; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

VI - higiene pessoal; (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

VII - troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência) (BRASIL, CLT, 1943<sup>3</sup>).

No Brasil, o fenômeno "populismo" tem na figura de Getúlio Dornelles Vargas o seu maior representante. Santos (2004) afirma que o populismo era a união do carisma com a estruturação de um aparato midiático. Particularmente, o presidente Getúlio Vargas desenvolveu toda uma estrutura ideológica política, a partir do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Cinejornal (curtas metragens que abordam as obras e feitos do presidente), para sustentar e construir sua figura de grande estadista.

Segundo Capelato (1999) as comemorações relativas ao Dia do Trabalho, à semana da pátria, aos aniversários do presidente e à instauração do Estado Novo foram momentos importantes no lazer do trabalhador que foram utilizados para construir a imagem do presidente.

O Cinejornal foi, particularmente, o veículo comunicativo mais importante do Estado Novo (Santos, 2004), porque atingia a classe urbana e registrava as ações do governo. Foi a primeira grande forma de propaganda política audiovisual.

É interessante notar que as festas, propagandas, comícios, paradas que ocorriam no momento de lazer do trabalhador, possuíam dupla função: a primeira de

---

<sup>3</sup> Disponível em: CLT - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm) - acesso em 09 de jun. de 2022.

construção da imagem do presidente e a segunda como atividades para afastar a ociosidade dos operários. Quanto a esta segunda função, não é demais lembrar que o Código Penal Brasileiro, de 1941, tratava de forma especial o crime contra a moral e os bons costumes. As ações do governo objetivavam a ordem por meio de atividades que mantivessem ativos os trabalhadores para não se envolverem com qualquer tipo de ação ilícita. Vargas foi o primeiro presidente que utilizou o tempo livre como propaganda e controle.

No Brasil, a intervenção oficial do Estado Novo sobre o esporte veio com a criação, em 1941, do Conselho Nacional de Desportos (CND), diretamente ligado ao gabinete do presidente, que passa a supervisionar todos os clubes e federações do país.

Com a posse oficial de Getúlio Vargas, governante de forte apelo populista, as propostas trabalhistas, sociais, políticas e econômicas prometidas por toda a década de 1930 foram melhor apresentadas. “Neste contexto emergiu o Estado intervencionista que fundou sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, da integração territorial, política e social da criação dos direitos sociais, da construção do progresso dentro da ordem” (Capelato, 1998).

Dentre os objetivos de Vargas, estava a formação de uma unidade nacional única, buscando a formação de uma Nação respeitada, dissolvendo por meio desta ideologia nacionalista o regionalismo e a diversidade cultural existente. Estas influências dificultavam a fixação do Brasil como Nação, sendo que no início dos anos 1930 o Brasil ainda não tinha conseguido se caracterizar, fortalecer e estruturar (Capelato, 1999).

A República até então não havia sido capaz de forjar uma verdadeira nação, já que, entre outros motivos, os particularismos regionais ainda eram dominantes. Isto levou Vargas a centralizar o poder para que esse processo fosse revertido, havendo assim “uma política para construção de uma nação e com isso elaborar uma identidade que se identifique ao Estado nacional” (Ortiz, 1994).

Com uma política de massas, que almejava atingir toda a população, o Estado Novo passou a apoiar as manifestações culturais brasileiras e intervir nelas, dando uma grande atenção às práticas físicas e esportivas, usando o esporte para alcançar tal objetivo, devido à grandiosidade e ao significativo progresso que estava atingindo nesta época (Capelato, 1999).

Para aproveitar o potencial do esporte como meio doutrinador, a ditadura

Vargas passou a organizar e controlar as atividades esportivas em todo o país, uma vez que era grande número de pessoas que participavam direta e indiretamente dos eventos esportivos (Gebara, 1995).

O governo passou a propagar seus ideais nacionalistas inserindo também dentro desta massa praticante as minorias e os menos afortunados, até então distantes das atividades esportivas, passando este governo ditatorial a adquirir uma imagem democrática, mesmo que falsa, se caracterizando como um governo populista, da massa e de todos os brasileiros.

Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais que tem massificado a prática esportiva, sem democratizar, no sentido de possibilitar às minorias uma efetiva participação.

A intervenção do estado no mundo esportivo tem sido, no sentido de, induzir a prática esportiva na direção dos projetos políticos nacionais, frequentemente voltados para a propaganda e doutrinação (Gebara, 1995).

Em 1937, o governo Vargas tinha pretensões de nacionalizar o país, e uma mudança na denominação de entidades e estabelecimentos de todos os tipos foi iniciada (Folha da Tarde, 1980). Para que essas mudanças ocorressem, em 1938, foi instituído o Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938, que vedava a estrangeiros a atividade política no Brasil. Este decreto consistia em limitar a ação de estrangeiros em território nacional e reverter esta superioridade no monopólio de poder, como poderemos ver, a seguir:

Art. 1º. Os estrangeiros fixados em território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º. É-lhes vedado especialmente: 1 – Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias. Clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda e a difusão, entre os seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos de país de origem.

A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes ou agentes da sociedade, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos desta natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou sua direção. A nacionalização dos clubes e

sociedades estrangeiras era necessária, já que esses clubes com raízes estrangeiras poderiam dificultar a inserção de um programa de governo que almejasse uma identidade única (Gebara, 1995).

O Estado Novo na era do governo do Presidente Getúlio Vargas, principalmente o esporte, tinha como objetivo doutrinar a população, desviando a atenção das pessoas dos problemas políticos e nacionais, dando liberdade para que o governo pudesse introduzir a sua política autoritária e ditatorial.

#### 4.2O LAZER NO FIM DA ERA VARGAS E NO GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK

No período posterior a Vargas, houve uma ampliação das atividades de lazer, devido ao crescimento do desenvolvimento industrial, da urbanização e do acesso aos bens culturais estrangeiros.

A década de 1950 e, particularmente, no governo JK constituem-se um período muito rico de nossa história. Viveu-se um momento significativo de mudanças em praticamente todos os aspectos: social, econômico, político e cultural (Skidmore, 1975).

Segundo o trabalho de Almeida e Gutierrez (2011), o desenvolvimento econômico e industrial impulsionou mudanças que alteraram a política de lazer, com ênfase nas artes e espetáculos. Foi o momento de valorização do lazer do trabalhador com a construção dos clubes operários, principalmente com a chegada de empresas estrangeiras que já estruturam em suas sedes as atividades operárias, construindo espaços de lazer para seus funcionários (Almeida; Gutierrez, 2011).

O esporte, como fenômeno social e político, se relaciona a múltiplas estruturas sociais e comporta interesses que envolvam o Estado, o mercado, bem como e as organizações sociais ou sociedade civil, estando por vezes no centro, como motivo ou como condutor, de determinados conflitos.

O uso governamental dos esportes, como meio de conquistar apoio popular para determinados regimes, foi uma prática durante todo o século XX. O Regime Civil-Militar fez do esporte uma ambiência política de massa.

Durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, o governo passou a investir na propagação do esporte, em especial, na escola pública, sendo que firmou como medida a formação de um grupo de estudos que fornecesse um estudo

detalhado sobre a situação da Educação Física e do Desporto no país.

Na nossa sociedade, o Estado promove a oferta de políticas sociais a fim de garantir os direitos a partir de uma série de elementos relacionados à correlação de forças entre essas classes. Sendo assim, a execução de políticas sociais funciona como um mecanismo regulador desses conflitos. Nesse sentido, o Estado atende, a partir da mesma ação, interesses antagônicos das classes sociais que compõe a sociedade - se por um lado ele atende às demandas de hegemonia da classe dominante, por outro a oferta de políticas sociais também responde às pressões dos movimentos sociais ligados a classe trabalhadora. Dentro desta perspectiva baseamos nossa concepção de Estado. (Gramsci, 2000).

Segundo Soares (2005), a ginástica e o exercício físico passaram a ser considerados ferramentas de obtenção de códigos civilizatórios, sendo cientificamente comprovado que sua prática proporciona a educação gestual que culmina na beleza e disciplina dos movimentos. Tudo isso era possível através da prática desportiva que constituía técnicas especiais do uso da força e habilidade física. Essa almejada beleza gestual revelava o caráter moral do indivíduo, que a partir do desenvolvimento do capitalismo e da burguesia ligava-se a questões de saúde e higiene. A prática desportiva desenvolvia o indivíduo para a sua atuação na própria sociedade.

#### 4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988)

Identificar as políticas públicas como uma possibilidade de inclusão dos cidadãos na participação da gestão social, enfatizando a importância do eleitor não apenas para o voto, mas também para a escolha dos serviços que serão oferecidos pelos gestores por meio da intersetorialidade (Silva; Santos; Ávila, 2013)

A intersetorialidade pode se apresentar, então, como uma das possibilidades de articulação entre os saberes e as ações, com vistas a construir resultados sinérgicos em situações complexas, alterando o impacto das políticas, tornando-as mais efetivas e ampliando sua capacidade de colaborar com a redução das desigualdades e com o bem-estar social. Além disso, pode contribuir com a construção de uma nova ação, que rompa as fronteiras das políticas isoladas (Bonalume, 2011, p.136)

Os estudos de políticas públicas, programa e projetos, devem focar de forma privilegiada o processo de implementação, já que este tem sido entendido como uma das dimensões cruciais, senão a variável central, para a explicação do insucesso dos governos em atingir os objetivos estabelecidos pelas políticas públicas (Silva; Melo, 2000).

Segundo Fleury (2003), as políticas públicas além do objetivo de melhorar a capacidade do poder público em dar respostas às demandas sociais, são muito mais que um simples instrumento para possibilitar o acesso a espaços ou serviços, devendo servir como poderoso instrumento para forjar a sociedade que queremos criar, definindo condições de inclusão de cidadãos na comunidade, ou seja, incentivando a cidadania.

Políticas Públicas podem ser consideradas como uma ação intencional do Governo com objetivos a serem alcançados, implicando na sua agenda, elaboração, implementação, execução e avaliação (Souza, 2003; Saraiva; Ferrarezi, 2006).

Dentre as diferentes formas de consolidação das Políticas Públicas, destacamos aquelas que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, visando a regulamentação e a construção do bem-estar de uma população, denominadas de Políticas Sociais, ou aquelas que atendem um setor específico da sociedade, como educação, saúde, transporte, esporte (Veronez, 2005).

Em suma, pensar sobre políticas públicas requer mapear o espaço social no qual essa é produzida, avançar no entendimento das relações entre os agentes, até finalmente compreender quais as políticas que foram efetivadas, aquelas que foram preteridas, as que obtiveram êxito e aquelas que não passaram de propostas.

A Constituição Federal, de 1988, institui o acesso ao esporte e lazer como direito social do cidadão e dever do Estado. Nesse período, a percepção sobre lazer mudou sinônimo de tempo livre para um espaço de além do descanso, próprio para a transmissão, transformação e reflexão cultural (Marcellino, 2007).

Segue o trecho constitucional:

#### **DO DESPORTO**

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

- I - A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II - A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto

de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).<sup>4</sup>

A Constituição Federal do Brasil (1988), o Brasil foi influenciado pelo impacto da adoção e propagação pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), da Carta Internacional de Educação Física e Esporte que estipulou o esporte como direito de todos. Assim, a Constituição Brasileira determina o esporte como direito social do cidadão, especificamente no artigo 217. Posteriormente, a garantia do direito foi regulamentada por leis de 1996 e subsequentes, como a Lei n. 9.615, 1998 (Lei Pelé) (Brasil,1998).

A Constituição Federal não solucionou as questões do campo esportivo, mas legalizou o esporte nacional que favoreceu a viabilização de políticas públicas para resolverem algumas demandas. A partir da legalidade do direito ao esporte, vislumbrou-se uma nova estrutura esportiva, entretanto, avanços efetivos para o campo esportivo e os cidadãos brasileiros ocorreram posteriormente, com o estreitamento da relação entre Estado e sociedade (Brasil,1998).

A Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelece ser dever do Estado o fomento de ações que garantam o acesso ao esporte e ao lazer para toda a população brasileira. Como marco legal, inaugura-se aí a noção de que o esporte e o lazer são "direitos sociais". Apesar dessa garantia constitucional, efetivamente esses direitos estão longe de adquirir materialidade, entre outras razões pela falta de valorização governamental dessas esferas da existência humana. Não é raro o lazer e o esporte serem valorizados quando se trata da sua relação com o mercado, quando ambos são tratados como mercadorias a serem consumidas por quem pode pagar pela sua dimensão "entretenimento" (Stigger; Myskiw, 2019).

Na contramão dessa perspectiva, as práticas e políticas públicas voltadas para o esporte praticado, no âmbito do lazer, são vistos como "direitos sociais".

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 09 jun. 2022.

Nesse contexto, a lógica é outra: reconhecendo que se trata de entretenimento, pensa-se agora no seu acesso universal e, também, entre outras, nas suas relações com sociabilidade, educação, cidadania, saúde e envelhecimento (Stigger; Myskiw, 2019).

As políticas públicas de esporte e lazer ganham importância, pois abarcam não somente a recuperação do sujeito para o trabalho, mas também oferecem um espaço de desenvolvimento humano. Ainda nesse período, nota-se certa transformação em relação às formas de aplicação dos processos de políticas públicas (Pinto, 2002).

Políticas públicas correspondem à interferência do poder público, na tentativa de destinar as verbas públicas para atendimento da população em um determinado campo social. Assim, todas as faixas de idade de população devem ter acesso às atividades esportivas e de lazer, portanto, disponibilizar à população o espaço patrimonial e natural existente é o objetivo de uma política pública de esporte e lazer (Marcellino, 2008).

Villalta (2004) acredita que para que uma gestão pública de lazer possa realmente atender aos anseios da população, incentivar a sociabilidade e permitir o desenvolvimento de uma plena cidadania de seus participantes, os gestores devem estar atentos não só à formulação das políticas públicas, mas também à sua implementação, ou seja, após a formulação de uma política coerente com as reais necessidades de cada comunidade, possam implementar com sucesso e alcançar o objetivo principal que é oferecer a todo cidadão a possibilidade de uma melhor qualidade de vida através de prática de atividades de lazer.

Nos posicionamos no sentido de pensar as políticas públicas de esporte e lazer para além da política pública em si, o programa esportivo ou a iniciativa pública voltada para atender o cidadão no seu direito ao lazer como fenômenos estanques ou isolados de um contexto social. A política pública muitas vezes é apenas a parte mais visível de todo um processo desenvolvido num espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas e não planejadas (Elias, 2005).

Como exemplo de política pública de esporte e lazer, caracterizada como de participação social, há o Sistema Nacional do Esporte e as Conferências Nacionais do Esporte. O Sistema agrega a participação de órgãos públicos e de representantes da população para elaboração e condução de políticas públicas para

o esporte no país. A Conferência Nacional do Esporte é um evento que já aconteceu em três oportunidades (2004, 2006 e 2010), sempre com organização do Ministério do Esporte (o poder público possibilitando a participação social), no qual acontece a discussão sobre políticas de gerência e oferta de ações ligadas ao esporte no país (Terra *et al.*, 2009).

As políticas públicas de esporte e lazer no Brasil têm ido na direção de considerar o lazer como uma prática transformadora, no sentido de promover a autonomia dos sujeitos através de atividades de convivência social e de renovação e transmissão cultural (Mariano; Marcellino, 2010).

Concluiu-se que o desenvolvimento econômico, e mais do que crescimento econômico, deve contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas. No Brasil, notam-se tendências de políticas públicas que colaboram para a diminuição de desigualdades ao acesso a atividades de esporte e lazer, assim como maior abertura, por parte de órgãos do governo, à participação social nas tomadas de decisão, diminuindo a ocorrência de políticas assistencialistas.

A Constituição Federal de 1988 colabora de certa forma, porque estipula o esporte e o lazer como direitos do cidadão e dever do Estado oferecer uma estrutura favorável ao atendimento. As políticas públicas encontram-se em constante transformação e por depender de abertura dos órgãos públicos para a participação social, essa forma de ação, se não for fortalecida, pode vir a abrir espaços para políticas assistencialistas e ações mercadológicas, podendo contribuir para o aumento da desigualdade de acesso a atividades de esporte e lazer por parte da população.

A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (conforme a Figura 3), estabelece as normas gerais sobre desporto. As políticas públicas de esporte e lazer e sua aplicação em nível nacional foram então criadas por meio do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e das Conferências Nacionais do Esporte podem ser consideradas avanços em termos políticos no país, pois facilitam o acesso da população e direcionam as atividades às reais necessidades e com significativo impacto na qualidade de vida da sociedade.

Figura 3: Organograma Lei n. 9.615/98



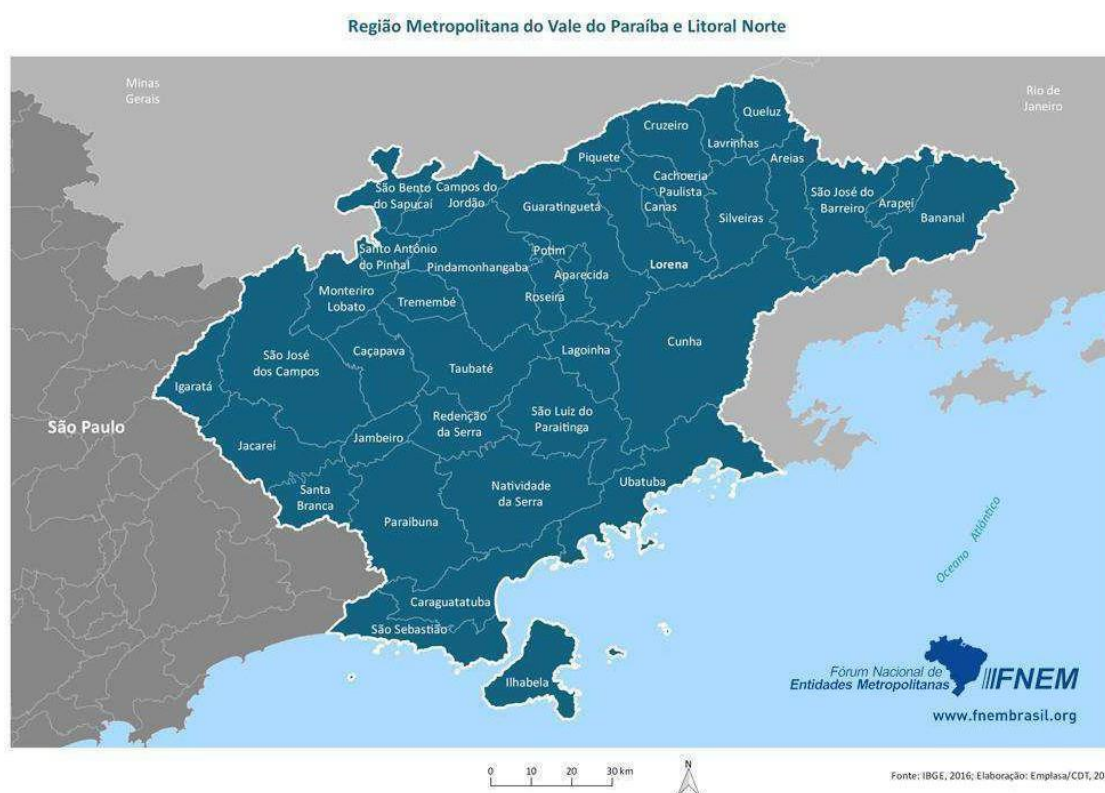
Fonte: Governo Federal.1988

## 5 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS A PARTIR DE UMA VISÃO POLÍTICA INSTITUCIONAL

São José dos Campos/SP tem 353 km<sup>2</sup> de área urbana e 745 km<sup>2</sup> de área rural, a maior parte localizada na Região Norte. De Santana ao Mirante do Buquirinha, parece ser outra cidade (São José dos Campos. Plano Diretor, 2018). O asfalto dá lugar à estrada de terra, é possível encontrar trabalhadores montados a cavalos, a circulação de veículos é bem menor.

O município de São José dos Campos pertence a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), criada pela lei complementar estadual 1166, de 09/01/2012, é uma das oito regiões metropolitanas do estado de São Paulo (Figura 4). É formada por 39 municípios agrupados em cinco sub-regiões. Compreende os municípios da Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista e tem São José dos Campos como sua cidade-sede.

Figura 4: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)



Fonte: IBGE, 2018.

A criação da RMVPLN visa o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico, com a redução das desigualdades regionais e a melhoria da qualidade de vida nas cidades que integram a Região. São José dos Campos, no Censo Demográfico de 2022, apresentou uma população de, aproximadamente 697 mil habitantes. A área urbana está dividida em seis regiões (Centro, Leste, Norte, Oeste, Sudeste e Sul), além dos distritos de Eugênio de Melo na Região Leste e de São Francisco Xavier.

Nos anos 1980, mesmo sentindo os reflexos da crise econômica São José dos Campos apresentou expansão industrial e urbana. Contribuíram para amenizar os efeitos da crise econômica o início das operações da Refinaria Henrique Lage (REVAP), da Petrobras em 1980, e o aumento das exportações do setor bélico. Nos anos de 1990, a cidade continuou a se verticalizar, processo acompanhado pela maturação de subcentros (Sapucahy; Braga, 2019).

A expansão industrial ao longo da Dutra atingiu na década de 1980, áreas próximas ao distrito de Eugênio de Melo e da divisa com Jacareí. O terceiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) foi aprovado em 1995. Apesar da ampla discussão com diversos setores da sociedade, o PDDI não foi implementado como previsto. "O executivo no poder desde 1993, realizava o planejamento a partir de um sistema em que foram concebidos planos de ação para cada área de ação e o PDDI resumiu-se a oferecer uma visão global dos problemas da cidade" (Bologna, 2000, p. 204-205).

Os espaços públicos esportivos e de lazer de São José dos Campos são definidos no âmbito político. De 1990 a 2020, várias tendências ocuparam este cenário na cidade. Entendendo a importância do esporte e lazer para a qualidade de vida das pessoas, verificou-se que os Planos Diretores até incluíam o esporte, mas não conseguiam impactar suficientemente todas as áreas da cidade, preservando certa desigualdade, havendo reconhecimento desta situação.

No Plano Diretor, aprovado em 2018, há onze citações à política de esporte, lê-se sobre a necessidade de:

- a) estruturar a rede de equipamentos existentes de educação, saúde, cultura, esporte, lazer, assistência social, parques, áreas verdes e transporte público de modo a garantir uma distribuição equilibrada no território e em consonância com os planos setoriais;

Art. 53. O Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais do Município

será composto por redes voltadas para a efetivação e universalização de direitos sociais.

Art. 54. Compõem o Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais os:  
( ) III - equipamentos de esportes e lazer; (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, PLANO DIRETOR, 2018, p. 04)

e por fim, no Capítulo 5 lê-se:

## CAPÍTULO V DOS ESPORTES

Art. 119. A Política de Esportes deverá observar as seguintes diretrizes:

I – fortalecer o **esporte como um direito** de toda criança e adolescente, ultrapassando o limite do bem estar físico e agregando um pilar formativo psíquico-emocional para crianças, adolescentes e jovens;

II - desenvolver e fomentar programas para as práticas esportivas para todas as faixas etárias promovendo hábitos saudáveis, estilo de vida ativo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a integração social;

III - promover e facilitar o acesso aos equipamentos municipais esportivos, de lazer ativo e de atividades físicas, bem como as suas práticas;

IV - valorizar as equipes esportivas por meio de incentivos e programas específicos;

V - promover o intercâmbio das modalidades esportivas locais;

VI - estimular práticas desportivas formais e não-formais, mediante o trabalho de base, da difusão e **descentralização das práticas esportivas** e estímulos de formas variadas, com destaque ao investimento na criança e adolescente;

VII- fomentar e desenvolver projetos e o esporte como forma de transformação social, destinados à implementação das políticas públicas com o objetivo de apurar o bem-estar dos cidadãos;

VIII - incentivar a prática de modalidades olímpica e paraolímpicas em todos os níveis;

IX - proporcionar ampla disseminação e inclusão de pessoas com deficiência em todas as atividades de educação física, esporte e lazer que são oferecidas;

X - articular ações governamentais e parcerias privadas para apoio ao esporte local; e

XI - fortalecer e ampliar programas, projetos e ações à população de criança e adolescente considerando indicadores de vulnerabilidade social. (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, PLANO DIRETOR, 2018, p. 69 – grifo nossos)

Verifica-se que no final a responsabilidade de tornar efetivas as políticas

públicas de esporte e lazer está a cargo de cada gestor e seu mandato, dificultando a continuidade de projetos e investimentos. Logo, a vontade política é um fato importante ao desenvolvimento desta pasta, e há certa apropriação dos resultados para fazer frente à política partidária no município.

## 5.1 ESPAÇOS PÚBLICOS ESPORTIVOS

Os espaços públicos de lazer esportivo, são aqueles espaços que possibilitam a execução de modalidades esportivas, de forma prioritária, cujo acesso se dê de maneira livre. Este espaço compõe uma nova dinâmica territorial (Marcellino, 2007), pois expressam distinções como de espaço público e privado, apresentam-se nos últimos anos como estratégicos para a qualidade de saúde e vida. Neste sentido, criam nos municípios diversos aparelhos públicos para a prática de esportes. Esses aparelhos devem ser mantidos pelo poder público (Mascarenhas, 2007).

Considera-se então que é preciso entender a distribuição dos equipamentos e espaços públicos nas diferentes regiões das cidades, a fim de verificar a concentração nas áreas e segmentação das classes sociais. Além disso, deve-se buscar a concretização de espaços públicos de esporte e lazer, se contrapondo a lógica de privação destes, haja vista que isso se apresenta como um limite à concretização do direito ao acesso ao esporte e ao lazer (Mascarenhas, 2007).

A constituição, de 1988 trouxe a obrigatoriedade de incentivar o esporte e lazer nos espaços urbanos. São José dos Campos foi aperfeiçoando a maneira de incentivar o esporte. Ainda hoje o incentivo público tem contribuído para que a população possa se apropriar de espaços e equipamentos de esporte e Lazer. No entanto, a competição com instituições particulares, em que somente as pessoas com condições financeiras melhores conseguem acessar é grande.

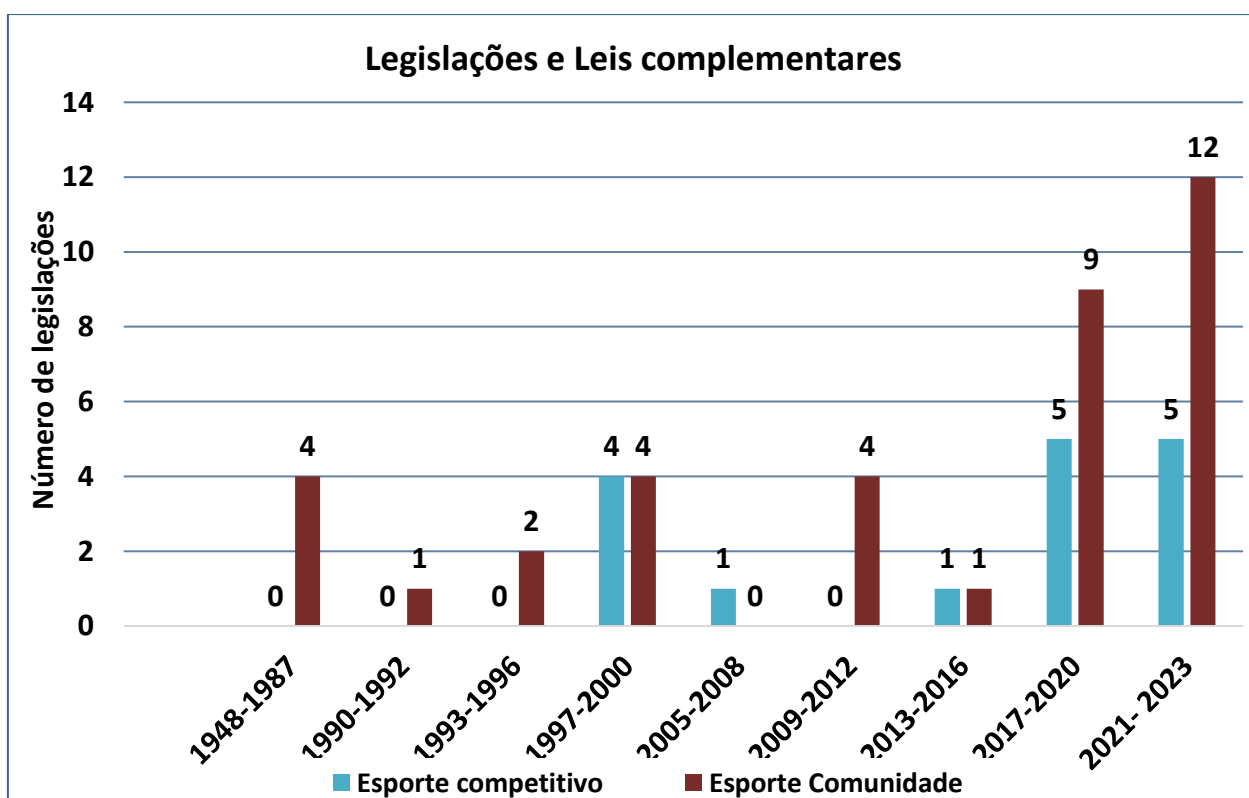
Segundo Fleury (2004), as políticas públicas, além do objetivo de melhorar a capacidade do poder público em dar respostas às demandas sociais, são muito mais que um simples instrumento para possibilitar o acesso a espaço ou serviços, devendo servir como poderoso instrumento para forjar a sociedade que queremos criar, definindo condições de inclusão de cidadãos na comunidade, ou seja, incentivando a cidadania. As políticas públicas de esporte e lazer no Brasil têm ido na direção de considerar este último, o lazer, como uma prática transformadora, no

sentido de promover a autonomia dos sujeitos através de atividades de convivência social e de renovação e transmissão cultural (Marcellino, 2008).

## 5.2 UMA ANÁLISE A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Com a finalidade de demonstrar como São José dos Campos/SP vem implementando e debatendo a política de esporte na cidade, apresenta-se por meio das leis municipais, as discussões que foram travadas nos últimos quarenta anos. A prefeitura de São José dos Campos, entre 1990 e 2020, foi administrada por três partidos políticos: de 1990 a 1992 o PTB administrou a cidade; a partir de 1993 dois partidos políticos se revezaram no poder: PSDB esteve à frente da prefeitura por seis mandatos e o PT por 2 mandatos, não consecutivos. Os prefeitos eleitos a cada mandato, indicaram secretários de esporte que trouxeram projetos e alternativas, de acordo com a política pública alinhada ao governo municipal. Conforme (Figura 5).

Figura 5: Gráfico Legislações e Leis complementares (1948-2023)



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que, no período de 1948 a 1987 (conforme Quadro 1), a discussão do esporte e lazer na cidade apresentou-se de maneira frágil. Destaca-se alguns debates referentes aos esportes amadores e alguma discussão sobre a organização dos espaços na cidade, quando se pode ou não ter eventos de entretenimento, como a Lei Ordinária nº 07/1948 que proibiu parque de diversões na rua 15 de novembro e praça João Pessoa, região central ou praça da Matriz, vigente até hoje.

Quadro 1: evolução histórica da legislação (1948-1987)

1948-1987	Esporte competitivo	Esporte Comunidade
	Não há dados	<u>Lei Ordinária nº 3.224/1987 AUTORIZA A PREFEITURA A DOAR MATERIAIS ESPORTIVOS EM GERAL AOS CLUBES AMADORES E VARZEANOS DA CIDADE.</u> Data: 27/04/1987 Situação: Vigente Autor(es) da Norma:
		<u>Lei Ordinária nº 2.044/1978 DISPÕE SOBRE A DATA DE REALIZAÇÃO DA PARTIDA DE FUTEBOL PELO SÃO JOSÉ ESPORTE CLUBE, DIA 27/07/73, OBJETO DA LEI 1960 DE 02/03/78.</u> Data: 12/06/1978 Situação: Vigente Autor(es) da Norma:
		<u>Lei Ordinária nº 1.492/1968 FICA CRIADO O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES, COM O OBJETIVO DE ORIENTAR, DISCIPLINAR, INCREMENTAR E PROMOVER OS ESPORTES AMADORES NO MUNICÍPIO</u> Data: 12/11/1968 Situação: Vigente Autor(es) da Norma:  <u>Lei Ordinária nº 07/1948 FICA EXPRESSAMENTE PROIBIDA A LOCALIZAÇÃO DE PARQUES DE DIVERSÕES NA RUA 15 DE NOVEMBRO E NA PRAÇA JOÃO PESSOA.</u> Data: 23/04/1948 Situação: Vigente Autor(es) da Norma:

Fonte: Elaboração própria.

No entanto, na pesquisa de Roque (2012) a autora mostra como a experiência dos trabalhadores também é relevante para entender o esporte na cidade. A pesquisa destaca como o futebol, por exemplo, pode ser uma ferramenta para compreender os processos sociais e as transformações urbanas ao longo do tempo. Segundo as narrativas de trabalhadores, tanto aqueles que se tornaram jogadores profissionais quanto aqueles que mantiveram o futebol como uma atividade paralela ao seu trabalho nas fábricas, o futebol moldou as trajetórias de vida desses trabalhadores, desde a infância até o mundo do trabalho. A autora pontua a influência das fábricas no futebol local, desde a constituição de ligas até a organização de competições como os Jogos das Indústrias.

Esses eventos proporcionavam lazer e serviam como uma extensão da categoria de trabalho, incorporando o futebol à rotina dos trabalhadores. Roque (2012) analisa que a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos (PNED) influenciou a forma como o esporte era abordado, tanto pelo Estado quanto pelas empresas. A pesquisa buscou resgatar a memória coletiva dos trabalhadores, muitas vezes negligenciada pela história oficial, e enfatiza a complexidade das relações entre futebol, trabalho e sociedade. Através de relatos de trabalhadores, documentos de época e análise da imprensa local, conseguiu entender a relação entre futebol e mundo do trabalho em São José dos Campos, e a importância do esporte na vida e na memória dos trabalhadores industriais.

Entre 1976 e 1979, o Brasil adotou uma nova abordagem para a educação física escolar, conforme detalhado na "Política Nacional de Educação Física e Desportos" e no "Plano Nacional de Educação Física e Desportos". Esta abordagem distinguia-se por duas doutrinas principais: o Pragmatismo, que enfatiza o desempenho e a competição, e o Dogmatismo, que foca na educação motora e no desenvolvimento do movimento. O governo decidiu seguir predominantemente o Pragmatismo, mas incorporou aspectos do Dogmatismo nas séries iniciais para promover o desenvolvimento motor das crianças (Perez; Rose Júnior; Bonjadim, 1979).

A política estabeleceu que a educação física nas séries iniciais deveria concentrar-se na educação do movimento, enquanto a iniciação esportiva começaria a partir do quinto ano. A intenção era criar uma base sólida para o desporto de massa e, eventualmente, para o desporto de alto nível (Perez; Rose Júnior; Bonjadim, 1979). O Plano Nacional delineou ações específicas para implementar

essas ideias, incluindo a expansão das atividades físicas e desportivas e a melhoria das infraestruturas escolares.

No entanto, a Revista de Educação Física (1976-1979), que deveria apoiar essas diretrizes, revelou uma disparidade significativa. Muitos artigos da revista apresentaram críticas ou visões divergentes em relação ao modelo oficial, mostrando preocupações com a implementação prática e a falta de recursos adequados. As críticas apontaram para um preparo inadequado das equipes escolares e uma gestão deficiente das atividades físicas, refletindo uma dificuldade em conciliar os fundamentos pragmáticos e dogmáticos da política (Pereira, 1978).

Assim, enquanto a política e o plano visavam estabelecer um modelo de educação física que serviria como base para o sistema esportivo nacional, a revista evidenciou desafios e limitações na aplicação prática dessas diretrizes.

No Brasil, a limitação dos clubes esportivos como centros de treinamento para esportes de elite impõe aos técnicos a necessidade de criatividade na aplicação de métodos de treinamento. Diante da falta de tempo para um trabalho sistemático e racional, surge a proposta de um treinamento em circuito, bem-sucedido com a Seleção Brasileira de Voleibol nos XXI Jogos Olímpicos de Montreal e ainda utilizado com ajustes. Rocha (1979), defende a aplicação desse método tanto em clubes quanto em escolas, baseando sua eficácia no sucesso esportivo obtido.

Wortmann (1978), sugere que a formação de atletas de alto nível requer um processo metodizado e prolongado, destacando a importância do atletismo como base para outras modalidades esportivas. Sua proposta enfatiza a inclusão do atletismo no currículo escolar para melhorar o desempenho em diferentes esportes.

Já Tubino (1976), argumentam que essa abordagem pragmática não considera adequadamente as realidades socioeconômicas e educativas brasileiras. Tubino (1976), defende uma educação física que combine o desenvolvimento esportivo com um componente educacional mais amplo, criticando a implementação de políticas esportivas sem uma base educacional adequada. Ele acredita que, apesar das iniciativas governamentais recentes, ainda há um déficit na concepção ideal da educação física no Brasil.

O texto analisa a diversidade de abordagens presentes na Revista de Educação Física entre 1976 e 1979, demonstrando que o periódico não era homogêneo e servia como um espaço para o debate de diferentes ideias sobre educação física. Os fragmentos revelam uma preocupação predominante com a

crítica às políticas oficiais da época, que priorizavam a alta especialização esportiva e a competição exacerbada.

A análise inclui críticas à Teoria da Pirâmide Esportiva, proposta na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, que, segundo Ramos (1979), desconsiderava aspectos educativos e promovia um modelo que favorecia a elite esportiva em detrimento da formação integral dos alunos. Ramos (1979), defende uma educação física humanista que contraponha a visão pragmática e voltada para resultados extremos.

Sauwen (1976), que enfatizam a importância da recreação e da participação sobre o desempenho esportivo, refletindo uma abordagem que valoriza a educação integral e o lazer.

Segundo Duarte (1978), apesar de focar na evolução histórica da educação física, manifesta uma visão que também se alinha com a ideia de que a educação física deve contribuir para o desenvolvimento holístico dos indivíduos, em contraste com a perspectiva de formação de atletas de alto rendimento.

A Revista de Educação Física (1976-1979) é apresentada como um veículo que explorava e divulgava visões plurais sobre a educação física, desafiando as diretrizes estabelecidas pelo regime militar e defendendo uma abordagem mais voltada para o desenvolvimento integral dos alunos.

O estudo das edições da Revista de Educação Física (1976-1979) revela que a análise desse periódico vai além da compreensão da política educacional da ditadura militar brasileira.

O foco está na análise das "lutas de representações" em torno da educação física escolar, onde duas correntes principais se destacam: o Pragmatismo, que defendia a formação de atletas profissionais, e o Dogmatismo, que priorizava a formação integral dos alunos. A ditadura militar, através da sua "Política" e do "Plano Nacional de Educação Física e Desportos", criou um modelo híbrido, misturando elementos de ambas as doutrinas, mas sem resolver os conflitos entre elas.

Embora a Revista de Educação Física tenha promovido os novos estímulos governamentais, também veiculou críticas e perspectivas alternativas à visão oficial. Isso a posiciona não apenas como um meio de disseminação das estratégias da ditadura, mas também como um potencial obstáculo à implementação total dessas estratégias.

O esporte e Lazer começam a ser evidenciados nas prefeituras a partir de 1990. Pedro Yves Simão (PTB), prefeito de São José dos Campos entre 1990 a 1992, em sua gestão teve como Secretário de Esportes o professor de educação física Francisco Giudice, conhecido como Mococa (São José dos Campos. Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, 2021).

O prefeito Pedro Yves (PDT) foi um político que teve a sua gestão associada ao esporte, pois foi jogador da seleção brasileira de basquete e presidente do São José Esporte Clube, equipe de futebol profissional da cidade, e teve um mandato de curta duração (1990 a 1992), mas com aprovação da maioria da população.

Esta aprovação se deu principalmente por ele ter utilizado do seu comportamento de esportista na política (Queiroz, 2008)<sup>5</sup>. Em seu mandato foram construídos sete ginásios esportivos, sendo o primeiro ginásio esportivo do bairro Novo Horizonte. Ainda como prefeito ele iniciou projetos de esporte nas escolas municipais.

No plano da legislação, observa-se quase nenhuma aprovação de leis que tratam da pasta do esporte. O esporte não tinha um apelo político como nos dias atuais, então, o legislativo não compreendia a potencialidade do uso de espaços como de representação social (conforme Quadro 2).

Quadro 2: Evolução histórica da legislação do esporte (1990-1992 )

1990-1992	Esporte Competitivo	Esporte Comunidade
	Não há dados	<u>Lei Ordinária nº 4.102/1991 CRIA O PROJETO LAZER PARA OS APOSENTADOS.</u> Data: 14/11/1991 Situação: Revoga da Autor(es) da Norma: <u>Ver. Lindonice de Brito</u>

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que no governo de Ângela Guadagnin (PT), de 1993 a 1996, certa movimentação na pasta do esporte na cidade. Durante seu mandato foram

<sup>5</sup> Disponível em: **Com a palavra, o prefeito:** perfis e depoimentos dos políticos que governaram São José dos Campos na segunda metade do século 20. São José dos Campos, SP. 2008. Acesso em 31 de mar 2023.

Secretários de Esporte: Maria Helena Van; Michiharu Sogabe e Rosana Infante.

A prefeita Ângela Guadagnin (PT) foi a primeira e única mulher a se eleger prefeita da cidade de São José dos Campos, e teve como prioridade ações sociais, a participação popular e o orçamento participativo (Queiroz, 2008). A maior contribuição da sua gestão, foi a aquisição do Parque da Cidade, localizado na Região Norte, que passou a ser um espaço de lazer para a população. Em sua gestão, o lazer teve mais presença do que o esporte, principalmente o de competição, pois pensando no bem-estar da população em geral, foi instituído o Programa Férias na Cidade, no qual as crianças passaram a ter oportunidade de participarem de diversas atividades como ir à praia, teatro, zoológico de São Paulo, cinema e piscinas. As atividades esportivas em toda a cidade tiveram continuidade, mas o foco era a sociabilização e lazer das crianças (conforme Quadro 3).

Quadro 3: Evolução histórica da legislação do esporte (1993-1996)

1993-1996	Esporte competitivo	Esporte Comunidade
	Não há dados	<u>Emenda à Lei Orgânica nº 42/1996</u> <u>INSERE INCISOS AO ARTIGO 338 DA</u> <u>LOM, DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE</u> <u>ESPAÇO ESPORTIVO, CULTURAL OU</u> <u>DE LAZER.</u> Data: 21/03/1996 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: <u>Ver. Carlinhos</u> <u>Almeida</u>
		<u>Lei Ordinária nº 4.479/1993 ISENTA OS</u> <u>IDOSOS DO PAGAMENTO DO</u> <u>INGRESSO EM EVENTOS CULTURAIS,</u> <u>ESPORTIVOS E DE LAZER.</u> Data: 24/11/1993 Situação: Revogada Autor(es) da Norma: <u>Ver. Santos Neves -</u> <u>PP</u>

Fonte: Elaboração própria.

Emanuel Fernandes (PSDB) foi prefeito nos períodos de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004. Em seus dois mandatos teve os seguintes Secretários de Esporte: Amauri Machado e Dalvi Rosa (São José dos Campos. Secretaria de

Esporte e Qualidade de Vida, 2021).

Sua gestão foi marcada principalmente pela promessa de geração de empregos, investindo no empreendedorismo para o sucesso desta ação (Queiroz, 2008). No esporte, a gestão do prefeito, além de incentivar e melhorar a prática esportiva nos centros esportivos da cidade, implementou o Programa de formação desportiva “Atleta Cidadão” e inaugurou o Museu do Esporte.

O Atleta Cidadão é um programa que seleciona os melhores atletas das modalidades oferecidas nas escolinhas esportivas municipais, para terem um treinamento mais específico e disputarem competições nas quais as possibilidades de se tornarem um atleta de alto nível são maiores, além de receberem toda uma orientação voltada à cidadania e ao respeito.

Para valorizar o esporte na cidade foi criado o museu do esporte com a ideia de que os valores do esporte podem ser instrumentos de formação e educação para as pessoas. O museu está localizado no estádio Martins Pereira, e recebe a visita de estudantes, munícipes e turistas. Seu acervo guarda os principais momentos da história esportiva de São José dos Campos (Queiroz, 2008).

No (Quadro 4), observa-se a evolução histórica da legislação do esporte 1997-2000, e no (Quadro 5), a dos anos de 2001 – 2004.

Quadro 4: Evolução histórica da legislação do esporte 1997-2000

1997-2000	Esporte competitivo	Esporte Comunidade
	<p><u>Lei Ordinária nº 5.179/1998</u>  <u>AUTORIZA A PREFEITURA A REALIZAR OS JOGOS DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.</u>            Data: 23/03/1998 Situação: Vigente            Autor(es) da Norma: <u>Ver. Lino Bispo</u></p>	<p><u>Lei Ordinária nº 5.099/1997</u>  <u>AUTORIZA A PREFEITURA A INCLUIR O "GATEBALL" ENTRE AS MODALIDADES ESPORTIVAS PRATICADAS EM CENTROS ESPORTIVOS MUNICIPAIS.</u>            Data: 12/09/1997 Situação: Vigente            Autor(es) da Norma: <u>Ver. Michiharu Sogabe</u></p> <p><u>Lei Ordinária nº 5.089/1997</u>  <u>DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS "JOGOS INTER SAB'S".</u>            Data: 01/09/1997 Situação: Vigente            Autor(es) da Norma: <u>Ver. Michiharu Sogabe</u></p>

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5: 2001 - 2004 - Evolução histórica da legislação do esporte

2001-2004	Esporte competitivo	Comunidade
	<p><u>Lei Ordinária nº 6.732/2004 DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA PARAOLIMPIADA NO MUNICÍPIO.</u> Data: 17/12/2004 Situação: Vi gente Autor(es) da Norma: <u>Ver. Hélio Nishimoto</u></p> <p><u>Lei Ordinária nº 6.494/2004 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "GRANDE PRÊMIO DE CICLISMO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS".</u> Data: 05/01/2004 Situação: Vi gente Autor(es) da Norma: <u>Ver. Hélio Nishimoto</u></p>	<p><u>Lei Ordinária nº 6.187/2002 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA "OLIMPIADA DA TERCEIRA IDADE".</u> Data: 23/10/2002 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: <u>Ver. Miranda Ueb</u></p> <p><u>Lei Ordinária nº 6.115/2002 DISCIPLINA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLINHAS DE FUTEBOL E OUTROS ESTABELECIMENTOS QUE MINISTREM AULAS OU TREINOS DE FUTEBOL.</u> Data: 13/07/2002 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: <u>Ver. Manoel de Lima</u></p>
	<p><u>Lei Ordinária nº 6.339/2003 ACRESCENTA OS INCISOS V E VI AO ARTIGO 1º DA LEI Nº 4598, DE 04 DE JULHO DE 1994, QUE "INSTITUI JUNTO À SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER O FUNDO DE APOIO AO DESPORTO NÃO PROFISSIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</u> Data: 12/07/2003 Situação: Vi gente Autor(es) da Norma:</p>	

Fonte: Elaboração própria

Eduardo Cury (PSDB) foi prefeito nos períodos de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012. Em seus dois mandatos teve como Secretários de Esporte Alberto Mano e Sergio Theodoro.

Em sua gestão houve um crescimento, principalmente no esporte competitivo. Foi em sua gestão que se iniciou a construção da arena de esportes, no Jardim das Indústrias, que tem a função de proporcionar jogos de várias modalidades em nível de alto rendimento.

No esporte de lazer, foram implementados o Programa Cidade em Movimento, que inaugurou 95 academias ao ar livre na cidade, e o Programa Circuito de Corridas de Ruas, que durante o ano promoveu corridas com a

participação de milhares de pessoas. Em sua gestão foi dada continuidade ao Programa Atleta Cidadão. Em 2020, 1.300 atletas já haviam feito parte do projeto, formando equipes para diversas competições, em nível municipal e nacional.

Eduardo Cury (PSDB) foi prefeito nos períodos de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012. Em seus dois mandatos teve como Secretários de Esporte Alberto Mano e Sergio Theodoro.

Em sua gestão houve um crescimento, principalmente no esporte competitivo. Foi em sua gestão que se iniciou a construção da arena de esportes, no Jardim das Indústrias, que tem a função de proporcionar jogos de várias modalidades em nível de alto rendimento.

No esporte de lazer, foram implementados o Programa Cidade em Movimento, que inaugurou 95 academias ao ar livre na cidade, e o Programa Circuito de Corridas de Ruas, que durante o ano promoveu corridas com a participação de milhares de pessoas. Em sua gestão foi dada continuidade ao Programa Atleta Cidadão. Em 2020, 1.300 atletas já haviam feito parte do projeto, formando equipes para diversas competições, em nível municipal e nacional.

No (Quadro 6), observa-se a evolução histórica da legislação do esporte 2005 - 2008, e no (Quadro 7), a dos anos de 2009 - 2012.

Quadro 6: Evolução histórica da legislação do esporte (2005 - 2008)

2005-2008	Esporte competitivo	Esporte comunitária
	<p><u>Lei Ordinária nº 6.889/2005</u>  <u>ALTERA A LEI Nº 6732, DE 17</u>  <u>DE DEZEMBRO DE 2004, QUE</u>  <u>DISPÕE SOBRE A</u>  <u>INSTITUIÇÃO DA</u>  <u>PARAOLIMPIADA NO</u>  <u>MUNICÍPIO.</u>            Data: 29/09/2005 Situação: Vi            gente            Autor(es) da Norma: <u>Ver. Hélio</u>  <u>Nishimoto</u></p>	<p>Não observa-se legislações            na área do esporte            comunitário</p>

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 7: 2009 - 2012 Evolução histórica da legislação do esporte

2009-2012	<p><b>Esporte competitivo</b></p> <p>Não observa-se legislações na área do esporte competitivo</p>	<p><b>Esporte comunitário</b></p> <p><u>Lei Ordinária nº 8.564/2011 DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA FESTA DAS CRIANÇAS NO POLIESPORTIVO DA VILA TESOIRO NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</u>  Data: 20/12/2011 Situação: Vigente  Autor(es) da Norma: <u>Ver. Cristóvão Gonçalves</u></p> <p><u>Lei Ordinária nº 8.461/2011 INSTITUI NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, O PROGRAMA PARQUE A PARQUE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</u>  Data: 02/09/2011 Situação: Vigente  Autor(es) da Norma: <u>Ver. Dilermando Dié de Alvarenga</u></p> <p><u>Lei Ordinária nº 8.237/2010 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR O</u></p>
		<p><u>PROGRAMA CIDADE EM MOVIMENTO NAS PISTAS DE CAMINHADA, PRINCIPALMENTE NAQUELAS JUNTO ÀS ACADEMIAS DE GINÁSTICA AO AR LIVRE COORDENADAS PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER.</u>  Data: 03/12/2010 Situação: Vigente  Autor(es) da Norma: <u>Ver. Jairo Santos</u></p> <p><u>Lei Ordinária nº 8.193/2010 AUTORIZA A PREFEITURA A IMPLANTAR O PROGRAMA CIDADE EM MOVIMENTO NAS ACADEMIAS AO AR LIVRE COORDENADAS PELA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER.</u>  Data: 02/09/2010 Situação: Vigente  Autor(es) da Norma: <u>Ver. Cristiano Ferreira</u></p>

Fonte: Elaboração própria

Carlos de Almeida (PT) foi prefeito no período de 2013 a 2016. Durante sua gestão foram Secretários de Esportes: João Bosco da Silva, José Luís Nunes e Fernando Cesar Valles.

O prefeito Carlinhos de Almeida (PT) teve uma gestão voltada a melhoria das

condições sociais. No Esporte, um dos projetos foi a revitalização do Centro Poliesportivo da Vila Industrial, transformando-o em um espaço para atividades educacionais, culturais e esportivas. a prioridade para utilização do ginásio, com capacidade inicialmente estimada para 5.500 pessoas, era de eventos educacionais. a ideia principal de utilização do espaço seria para a educação, com encontro de professores, e atividades escolares poderiam ser realizadas no ginásio.

O prefeito tinha anunciado um projeto de revitalização para destinar o espaço, prioritariamente, a projetos da Rede de Ensino Municipal, com possibilidade de o ginásio abrigar jogos das equipes de alto rendimento de das equipes de alto rendimento de basquete e vôlei que representavam o município, e não teve o desfecho esperado.

Ao final do seu mandato, inaugurou no local o Museu Interativo de Ciências (MIC), um espaço para atividades e exposições sobre ciência e cultura, com mais de 50 atrações disponíveis para os visitantes. O (Quadro 8), demonstrar a evolução histórica da legislação do esporte ( 2013-2016).

Quadro 8: Evolução histórica da legislação do esporte ( 2013 - 2016)

2013-2016	Esporte competitivo	Esporte comunidade
	<p><u>Lei Ordinária nº 9.420/2016</u>  <u>AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR O SKATE IN PARK - MODELO PLAZA -, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.</u>            Data: 28/09/2016 Situação: Vigente            Autor(es) da Norma: <u>Ver. Roberto do Eleven</u></p>	<p><u>Lei Ordinária nº 9.492/2016</u>  <u>“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS ÀS PRAÇAS DA MODALIDADE DE “STREET WORKOUT”.</u>            Data: 27/12/2016 Situação: Vigente            Autor(es) da Norma: <u>Ver. Juliana Fraga</u></p>

Fonte: Elaboração própria.

Felício Ramuth (PSDB) foi prefeito da cidade nos períodos de 2017 a 2020 e de 2021 a 2022, quando concluiu seu mandato para disputar as eleições para o governo do estado de São Paulo, para o cargo de vice-governador. Em sua gestão, a cidade teve como Secretário de Esportes Paulo Sávio Rabelo e Kátia Machado (São José dos Campos. Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida, 2021). Teve como

prioridade investir nas equipes de base e no esporte comunitário. Um dos projetos foi a implantação do esporte educacional, nas escolas, oferecendo oportunidade para as crianças terem atividade no período escolar.

O Programa Atleta Cidadão, continuou sendo prioridade na gestão do setor de esporte, aumentando a faixa etária para até os 21 anos, e disponibilizando novas modalidades de práticas esportivas. Buscou, para a equipe de alto rendimento, o apoio da iniciativa privada. O antigo espaço “Teatrão da Vila Industrial” se tornou a sede das categorias de base do esporte da cidade, no qual estão reunidas as atividades do Programa Atleta Cidadão.

No local que funciona o Centro de Treinamento do Atleta Cidadão, passou a ter várias atividades esportivas como judô, basquete, futebol de salão e também uma sala destinada ao Centro de Medidas e Avaliação Física (CMAF). Em 2019, a obra da Arena Municipal foi retomada via parceria entre o poder público municipal e a iniciativa privada.<sup>67</sup>

Nesse quadro, se consolidou em São José dos Campos uma infraestrutura significativa de espaços públicos esportivos e de lazer que cobre todas as regiões, mas que as trata com desigualdade, como apresentaremos a seguir.

O Município sempre buscou, por meio do esporte e lazer, disponibilizar atividades e espaços públicos para o desenvolvimento e a promoção do esporte, que sempre desempenharam um papel fundamental na vida dos cidadãos e na construção da identidade da cidade. Ao longo dos anos, diversos secretários de esporte assumiram a responsabilidade na condução da política esportiva do município.

Verificamos que entre os anos de 2017-2020 aprovaram-se 5 leis relativas ao Esporte propriamente competitivo e nove referente a comunidade, no entanto pouco se identifica nelas o tratamento das Leis como acesso à cidadania (Quadro 9). Há um aumento significativo do esporte na cidade, que se apresenta como um capital também político, destacado pelos proponentes.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://ge.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/alto-rendimento-atleta-cidadao-arena-e-martins-pereira-felicio-expoe-planos-para-o-esporte.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2023.

Quadro 9: Evolução histórica da legislação do esporte (2017-2020).

	<b>Esporte</b>	<b>Comunidade</b>
<b>2017-2020</b>	<p>1.Lei Ordinária nº 10.172/2020 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A "COPA DE FUTSAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 28/08/2020 Situação: Vigente</p>	<p>1.Lei Ordinária nº 9.990/2019 INSTITUI O PROGRAMA CONEXÃO JUVENTUDE SJC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 23/08/2019 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Poder Executivo</p>
	<p>Autor(es) da Norma: Ver. Valdir Alvarenga</p> <p>2. Lei Ordinária nº 10.048/2019 INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 19/11/2019 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Poder Executivo</p>	<p>2. Lei Ordinária nº 9.952/2019 DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ESPORTIVAS JUNTO À SECRETARIA DE ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 18/07/2019 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Poder Executivo</p> <p>3. Lei Ordinária nº 9.938/2019 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A "COPA DE FUTEBOL AMADOR ALBERTO SIMÕES" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 06/07/2019 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Marcão da Academia</p>
	<p>3. Lei Ordinária nº 9.989/2019 AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR O PROGRAMA ATLETA CIDADÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 23/08/2019 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Poder Executivo</p>	<p>4. Lei Ordinária nº 9.849/2018 INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE FESTAS E COMEMORAÇÕES DO MUNICÍPIO A COPA POPULAR DE BASQUETE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Data: 05/12/2018 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Cyborg</p>
	<p>4. Lei Ordinária nº 9.312/2015 ALTERA A LEI N. 4.598, DE 4 DE JULHO DE 1994, QUE "INSTITUI JUNTO À SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER, O FUNDO DE APOIO AO DESPORTO NÃO PROFISSIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E DÁ PROVIDÊNCIAS."</p>	<p>5. Lei Ordinária nº 9.817/2018 DISPÕE SOBRE O ACESSO GRATUITO AO MENOR DE 12 (DOZE) ANOS E À PESSOA COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 65 (SESSENTA E CINCO) ANOS EM JOGOS DE FUTEBOL DO SÃO JOSÉ ESPORTE CLUBE DISPUTADOS NO ESTÁDIO DOUTOR MÁRIO MARTINS PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 21/09/2018 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Roberto do</p>

<p>Data: 09/11/2015 Situação: Vigente          Autor(es) da Norma: Poder Executivo          Lei Ordinária nº 9.055/2013 ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 6483/2004 QUE “AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL A REALIZAR O PROJETO ATLETA CIDADÃO”.          Data: 06/12/2013 Situação: Vigente          Autor(es) da Norma: Ver. Willis Goulart</p>	<p>Eleven, Ver. Robertinho da Padaria          7.Lei Ordinária nº 9.780/2018          AUTORIZA O PODER EXECUTIVO AMPLIAR AS COPAS POPULARES PARA OUTRAS MODALIDADES ESPORTIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.          Data: 11/06/2018 Situação: Vigente          Autor(es) da Norma: Ver. Marcão da Academia</p>
--	---

7. Lei Ordinária nº 9.682/2018 DISPÕE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE AULAS DE DANÇAS RÍTMICAS EM PRAÇAS, PARQUES PÚBLICOS E AFINS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data: 28/03/2018 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Walter Hayashi

8. Lei Complementar nº 608/2018 DISPÕE SOBRE O FOMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS NÃO PROFISSIONAIS E CULTURAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data: 24/06/2018 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Poder Executivo

9. Lei Ordinária nº 9.617/2017 ALTERA A LEI Nº 8.461/2011 QUE INSTITUI NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, O PROGRAMA PARQUE A PARQUE.

Data: 23/11/2017 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Fernando Petiti

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que nos anos de 2021-2023 aprovou-se mais leis relativas às práticas comunitárias, que são atividades e equipamentos disponibilizados para toda a população. Foram 11 leis, contra cinco leis vinculadas à formação de atletas (Quadro 10). Percebe-se que o esporte se torna importante para o aumento do capital político, ou seja, rende apoiadores e expectativa de votos. Verifica-se, mais

uma vez, uma apropriação do "espaço cidadão" pela política eleitoreira.

Quadro 10: Evolução histórica da legislação do esporte (2021-2023)

Ano por prefeitura	Esporte competição	Esporte comunitário
<b>2021- 2023</b>  <b>Prefeitura Felício Ramuth</b>	<p>Lei Ordinária nº 10.770/2023</p> <p>DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVO (TJD) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Data: 27/09/2023 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: <b>Ver. Fabião Zagueiro</b>, Ver. Renato Santiago</p> <p>Lei Ordinária nº 10.506/2022 DISPÕE SOBRE A <b>CRIAÇÃO DE ESCOLINHA DE SKATE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b> Data: 19/05/2022 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. <b>Fabião Zagueiro</b>, Ver. Rafael Pascucci</p> <p>Lei Ordinária nº 10.532/2022 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O "CAMPEONATO <b>MUNICIPAL DE SKATE</b>", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 29/06/2022 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Rafael Pascucci</p>	<p>Lei Ordinária nº 10.764/2023 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSERIR A <b>COPA EVANGÉLICA DE FUTEBOL AMADOR</b> NO CALENDÁRIO DE COMPETIÇÕES ANUAIS DO MUNICÍPIO. Data: 05/09/2023 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Marcelo Garcia, Ver. Milton Vieira Filho, Ver. Rogério da ACASEM, Ver. Renato Santiago</p> <p>Lei Ordinária nº 10.533/2022 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O SELO "AMIGO DO ESPORTE". Data: 29/06/2022 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Renato Santiago</p> <p>Lei Ordinária nº 10.376/2021 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECONHECER A PRÁTICA DE <b>ATIVIDADE FÍSICA COMO SERVIÇO ESSENCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO</b> E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 24/09/2021 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. <b>Marcão da Academia</b>, Ver. Renato Santiago</p> <p>Lei Ordinária nº 10.531/2022 AUTORIZA A PREFEITURA A INSTITUIR O PROGRAMA "<b>ADOTE UM CAMPO</b>" PARA CAPTAÇÃO DE PARCERIAS PARA A IMPLANTAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE CAMPOS PÚBLICOS DE FUTEBOL AMADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 29/06/2022 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Fabião Zagueiro</p>

	<p>Lei Ordinária nº 10.373/2021 DECLARA COMO ESSENCIAL PARA</p>
<p>Lei Ordinária nº 10.498/2022 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O CENTRO DE FORMAÇÃO DO <b>PARADESPORTO</b> NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 20/04/2022 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Marcão da Academia</p>	
<p>Lei Ordinária nº 10.382/2021 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR AULAS <b>NOTURNAS DE NATAÇÃO</b>, MINISTRADAS PELA SECRETARIA DE ESPORTE E QUALIDADE DE VIDA, NAS PISCINAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 05/10/2021 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Renato Santiago</p>	<p>O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, A ATIVIDADE DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E/OU PERSONAL TRAINER DEVIDAMENTE REGISTRADO EM CONSELHO REGIONAL DA PROFISSÃO. Data: 15/09/2021 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Marcão da Academia, Ver. Renato Santiago Lei Ordinária nº 10.772/2023 AUTORIZA O PODER PÚBLICO <b>MUNICIPAL IMPLANTAR O PROGRAMA BIKE COMPARTILHADA</b>, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 27/09/2023 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Marcão da Academia</p> <p>Lei Ordinária nº 10.782/2023 AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL IMPLANTAR O "TÔ DE FÉRIAS — <b>PCD</b>" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Data: 10/10/2023 Situação: Vigente Autor(es) da Norma: Ver. Marcão da Academia</p>

Lei Ordinária nº 10.404/2021  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
IMPLANTAR ATIVIDADES  
ESPORTIVAS E DE LAZER, NOS  
FINS DE SEMANA E FERIADOS,  
**NAS ESCOLAS PÚBLICAS  
MUNICIPAIS.**

Data: 18/11/2021 Situação: Vigente  
Autor(es) da Norma: Ver. Marcão da  
Academia

Lei Ordinária nº 10.330/2021  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
A DISPONIBILIZAR UMA  
PLATAFORMA ONLINE PARA  
ATIVIDADES FÍSICAS E  
ESPORTIVAS MINISTRADAS PELA  
SECRETARIA DE ESPORTE E  
QUALIDADE DE VIDA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data: 20/05/2021 Situação: Vigente  
Autor(es) da Norma: Ver. Marcão da  
Academia

Lei Ordinária nº 10.381/2021  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A  
IMPLEMENTAÇÃO CONTINUADA  
DO PROGRAMA **ESCOLA ATIVA  
COMO FERRAMENTA DE  
EDUCAÇÃO NO CONTRATURNO**

**ESCOLAR**, SENDO CONSIDERADO PARTE DA CARGA  
HORÁRIA DO ALUNO NA UNIDADE, AUTORIZA TAMBÉM A  
IMPLEMENTAÇÃO CONTINUADA DAS ATIVIDADES  
EXTRACURRICULARES DOS JOGOS ESCOLARES, JEP -  
JOGOS ESCOLARES PARADESPORTIVOS, INTERCÂMBIO  
ESPORTIVO E FESTIVAL DE QUEIMADA E DA AUTONOMIA  
AO DEPARTAMENTO DE ESPORTE EDUCACIONAL DA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA PARA A  
SISTEMATIZAÇÃO DOS TRABALHOS NAS ESCOLAS E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data: 05/10/2021 Situação: Vigente  
Autor(es) da Norma: Ver. Renato  
Santiago

Lei Ordinária nº 10.369/2021  
AUTORIZA A PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS  
CAMPOS A O RETORNO DA  
PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS  
MINISTRADA PELOS  
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO  
**FÍSICA NAS ACADEMIAS AO AR  
LIVRE.**

Data: 14/09/2021 Situação: Vigente  
Autor(es) da Norma: Ver. Marcão da  
Academia

Verifica-se que há um aumento significativo no número de Lei referentes ao esporte competitivo e recreativo ou comunitário. Observa-se uma presença maior da atuação do Renato Santiago, Marcão da Academia, Fabião Zagueiro, na proposição de leis, as ações são mais voltadas para a comunidade, serão essas ações que rendem votos. Essa ação irá reverberar na estrutura dos equipamentos públicos da cidade.

### 5.3 A EFETIVAÇÃO DO TRABALHO DO GESTOR DE ESPORTE: OS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER.

Santos (2023), ao citar o trabalho de Gaffney (2008), destaca a importância dos espaços esportivos, como estádios, como locais privilegiados para análise da questão urbana. Eles são considerados como locais de interação comunitária e memória coletiva e até mesmo um campo de batalha político. Verifica-se que em São José dos Campos os equipamentos de esporte também terão conotações similares.

Nos estudos elaborados para a revisão do Plano Diretor de São José dos Campos, de 2018 (Figura 5), evidenciou-se os equipamentos esportivos da cidade de São José dos Campos, eles aparecem distribuídos de maneira concentrada na cidade. Destaca-se em amarelo os espaços que serão analisados na seção 4.

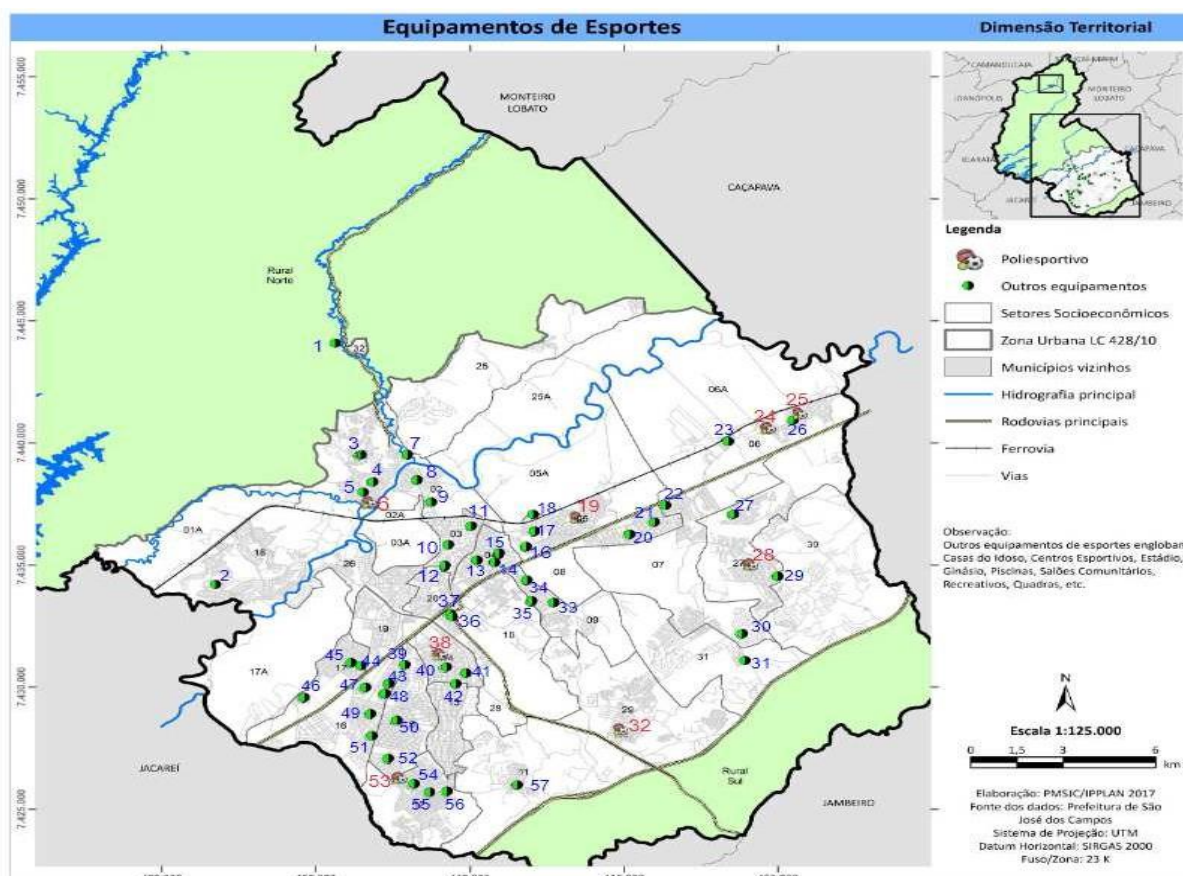
Verifica-se ainda uma distribuição regular quando se avalia a Zona Leste. Há uma prevalência de equipamentos na Região Central e Sul. O próprio estudo que orientou a lei do Plano Diretor do município de São José dos Campos cita que algumas regiões da cidade como a Leste e a Oeste tem uma infraestrutura esportiva que não atende à demanda da sua população em determinadas modalidades. No entanto, se sabe que a população da Zona Leste é muito mais vulnerável do que a da Zona Oeste. A concentração da classe trabalhadora de classe média baixa está justamente na primeira região. A Zona Leste também está muito mais longe das centralidades e é maior em proporção territorial.

Dentre eles listam-se os espaços físicos e equipamentos como: ginásio para handebol, campo de futebol, parques, academias ao ar livre, equipamentos esportivos para a prática de Ginástica Artística e Rítmica, piscinas públicas entre

outros. Estes espaços oferecem aulas de alongamento, basquete, caminhada / corrida, capoeira, condicionamento físico, dança, dança do ventre, dança educativa, futebol, futsal masculino, futsal feminino, ginástica, ginástica 3ª idade, ginástica laboral, ginástica rítmica, handebol, hidroginástica, hóquei, jazz, jogos adaptados, judô, karatê, natação, natação pais e filhos, pilates, recreação aquática PCD, taekwondo, tênis de campo, voleibol, voleibol adaptado, ritmos/dança.

A partir do levantamento de campo e de dados junto à secretaria de esportes do município, identificou-se qual tipo de equipamento se trata as marcações da (Figura 6). Em particular aquilo que a cartografia chama de "outros equipamentos". Estão todos os equipamentos demarcados, destacando-se os Poliesportivos. O (Quadro 11, 12, 13, 14, 15) e (Figura 7) apresentam os equipamentos de todas as regiões do município, visíveis e numerados na cartografia, espaços reconhecidos nos quadros que apresentamos a seguir.

Figura 6: Mapa de equipamentos de Esporte (2018)



Fonte: Equipamentos urbanos. PD/SJC<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Disponível em: Plano Diretor São José dos Campos (sjc.sp.gov.br). acesso 22 de nov. 2023

Quadro 11: Equipamentos área Central

<b>Local</b>	<b>Endereço</b>	<b>Bairro</b>
10 - Ginásio de Esportes Wagner Andrade Moreira	Praça Nenê Cursino	Vila Maria
11 – Estádio Martins Pereira	Rua Ana Gonçalves da Cunha, 340	Jardim Jussara
12 - Salão Comunitário Dione Maria dos Santos	Praça Platina	Jardim Paulista

Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/unidades-esportivas/> e dados da pesquisa de levantamento de campo do autor.

Quadro 12: Equipamentos Zona Leste

Local	Endereço	Bairro
17 - Centro Comunitário Filisbino Franco Rodrigues	Praça José Molina	Vila Industrial
30 - Centro Comunitário do Novo Horizonte	Rua dos Vidraceiros	Novo Horizonte
15 - Centro de Medidas e Avaliação Física Leste	Rua Ana Gonçalves da Cunha, 340	Jardim Paulista
35 - Centro Esportivo Jardim da Granja	Praça Hércules	Jardim da Granja
13 - Centro Esportivo Vila Letônia	Rua Roseira, 34	Vila Letônia
25 - Centro Esportivo José Ferreira Faria	Praça Gledson dos Santos Ferreira	Galo Branco
19 - Centro Esportivo do Jardim Motorama	Avenida das Rosas, 270	Jardim Motorama
16 - Centro Esportivo da Vila Tatetuba (quadra e salão)	Praça Papa Paulo VI	Vila Tatetuba
24 - Centro Poliesportivo João Molina	Rua Ambrósio Molina, 370	Eugênio de Melo
32 - Centro Poliesportivo Josildo Arnulfo dos Santos	Avenida São Jerônimo	São Judas Tadeu
22 - Centro Poliesportivo Luiz Antônio Ribeiro de Macedo	Rua Bento Pinto da Cunha, 381	Jardim Copacabana
28 - Centro Poliesportivo Policial Militar José Carlos das Neves	Rua 23 de Dezembro, 400	Jardim Cerejeiras
29 - Ginásio de Esportes Doutor Fauze Métene	Rua dos Ceramistas, 81	Novo Horizonte
27 - Parque Ecológico Sérgio Sobral de Oliveira	Rua Ricardo de Paiva Vieira	Jardim Santa Inês I
37 - Piscina Otacília Madureira de Moura	Rua Suécia	Vila Letônia
34 - Piscina Maria Nazareth Moura Veronese	Praça Columba, 45	Jardim da Granja
14 - Quadra de Esportes do Jardim Paulista	Praça Duque de Caxias	Jardim Paulista
26 - Quadra de Futsal do Galo Branco	Rua Benedita Augusta dos Santos	Galo Branco

21 - Casa do idoso (Leste)	Rua Cidade de Washington, 164	Vista Verde
33 - Quadra de esportes	Praça Pastor E. da Silva	Jardim da Granja
23 - Quadra do Jardim das Flores	Praça Ronaldo Davoli	Jardim das Flores
20 - Salão do Vista Verde	Rua Cidade de Lima, 350	Vista Verde
18 - Academia ao ar livre	<b>Praça Assis Chateaubriand</b>	Vila Tesouro
31- Salão Paroquial do Nova Michigan	Rua Francisco Moreira de Souza, 131	Nova Michigan

Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/unidades-esportivas/> e dados da pesquisa de levantamento de campo do autor.

Quadro 13: Equipamentos Zona Norte

Local	Endereço	Bairro
7 - Centro Comunitário João Paulo I (Piscina)	Rua Alziro Lebrão	Alto da Ponte
8 – Casa do Idoso (Norte)	Rua Carlos Belmiro dos Santos, 99	Santana
9 - Centro Esportivo Casa do Jovem	Avenida Olivo Gomes, 381	Santana
1 - Centro Esportivo Rural São Francisco Xavier	Praça Cônego Antônio Manzi	São Francisco Xavier
6 - Centro Poliesportivo José Adailson Vieira Pinto	Avenida Alto do Rio Doce, 801	Altos de Santana
5 - Parque Alberto Simões (Academia ao ar livre e Centro de Medidas e Avaliação Física)	Avenida Pico das Agulhas Negras, 112	Altos de Santana

Fonte: elaboração própria.

Quadro 14: Equipamentos Zona Oeste

Local	Endereço	Bairro
44 - Centro de Convivência do Jardim das Indústrias	Praça Hélio Augusto de Souza	Jardim das Indústrias
45 - Grêmio Recreativo do Jardim das Indústrias	Rua dos Amores Perfeitos, 63	Jardim das Indústrias
46 - Centro esportivo (Campo de Futebol e Academia ao ar livre)	Rua Waldomiro Rosendo de Oliveira, 63	Jardim das Indústrias
2 - Parque Osvaldo Henrique Cimaschi	Avenida Fernando Sabino, 2000	Urbanova

Fonte: elaboração própria. Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/idades-esportivas/> e dados da pesquisa de levantamento de campo do autor.

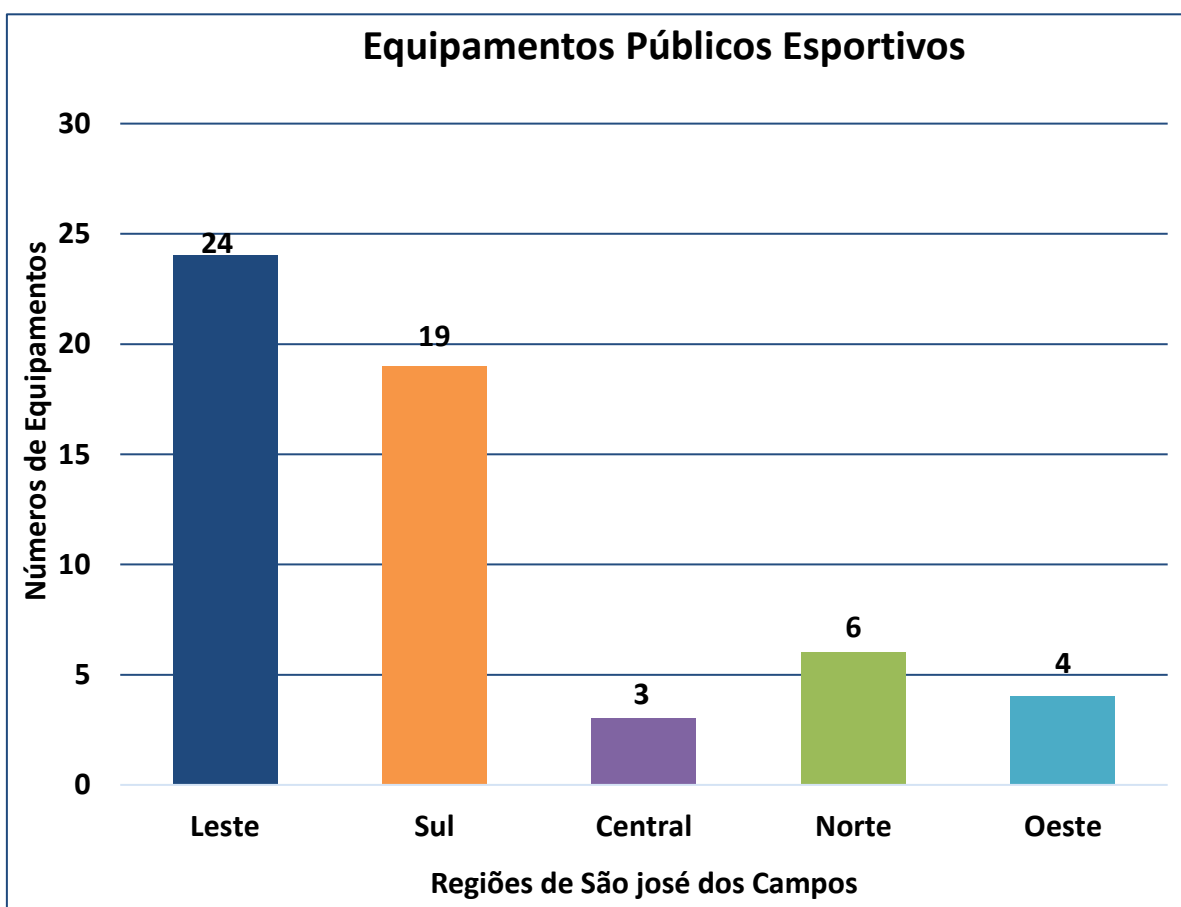
Quadro 15: Equipamentos Zona Sul

Local	Endereço	Bairro
40 - Área Verde do Bosque	Avenida Ouro Fino, 2523	Bosque dos Eucaliptos
52 - Centro Comunitário João Cordeiro dos Santos (Quadras)	Avenida Eliane Maria Barbieri Soares, 180	Jardim Morumbi
39 - Centro da Juventude Fuad Cury (Centro de Medidas e Avaliação Física)	Rua Aurora Pinto da Cunha, 131	Jardim América
43 - Quadra de futebol Society com grama sintética	Rua Aurora Pinto da Cunha, 131	Jardim América
36 - Centro Esportivo da Vila Letônia	Rua Roseira, 11	Vila Letônia
47 - Centro Esportivo Mário Weiss	Praça Bahia de São Salvador, 342	Vale do Sol
48 - Centro Esportivo Palmeiras de São José	Rua Cidade de Bento Gonçalves	Palmeiras de São José
53 - Centro Poliesportivo Fernando Avelino Lopes	Rua Walter Dellu	Campo dos Alemães
38 - Centro Poliesportivo João Carlos de Oliveira (João do Pulo)	Avenida Perseu, 180	Jardim Satélite
49 - Ginásio de Esportes Delmar Buffulim	Rua Icatu, 951	Parque Industrial
41 - Ginásio de Esportes José Vaney Ferraz Pacheco	Rua Itambé, 71	Cidade Jardim
55 - Ginásio de Esportes Tânia Maria de Carvalho	Rua Alencar dos Santos, 430	Campo dos Alemães

56 - Ginásio Poliesportivo Ubiratan Pereira Maciel	Rua Helenira Resende Nazareth, 151	Dom Pedro I
57 - Parque Interlagos (salão comunitário)	Rua Dias Gomes, 49	Parque Interlagos
51 - Piscina Maria de Melo	Rua Goiânia, 225	Parque Industrial
39 - Piscina Mercedes Carnevalli Klein	Rua Itapoã, 50	Jardim Satélite
50 - Praça de Esportes Doutor Pedro Otávio Correa da Silva	Rua Palmares, 841	Parque Industrial
54 - Salão Comunitário Maria Ferreira Lima	Rua Expedito Gomes	Residencial União
42 - Casa do Idoso (Sul)	Avenida Andrômeda, 2601	Bosque dos Eucaliptos

Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/unidades-esportivas/> e dados da pesquisa de levantamento de campo do autor.

Figura 7 - Gráfico Equipamentos Públicos Esportivos



Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/unidades-esportivas/> e dados da pesquisa de levantamento de campo do autor.

Apesar da Região Leste contar com um maior número de equipamentos públicos esportivos, com um total de 24, ela parece enfrentar desafios significativos em termos de organização e eficiência comparada à Região Sul, que possui 19 equipamentos. A diferença em quantidade não se traduz diretamente em uma melhor organização ou gestão.

A Região Sul, com menos equipamentos, pode estar demonstrando uma gestão mais eficiente e uma melhor alocação de recursos, resultando em uma rede esportiva mais bem organizada e funcional. Isso sugere que a qualidade da gestão e a estratégia de distribuição de recursos são fatores cruciais para a eficácia dos equipamentos esportivos.

Por outro lado, a Região Leste, com um número maior de equipamentos, pode estar lidando com dificuldades de coordenação, manutenção ou mesmo uma distribuição desigual desses recursos, o que pode levar a uma menor eficácia na utilização desses espaços. A quantidade de equipamentos por si só não garante uma boa infraestrutura esportiva; é necessário um planejamento cuidadoso e uma gestão eficaz para garantir que todos os equipamentos sejam bem mantidos e utilizados de maneira otimizada.

Em resumo, a comparação entre as regiões destaca a importância não apenas da quantidade de equipamentos, mas também da qualidade da administração e da organização desses recursos. Para melhorar a situação na Região Leste, pode ser necessário um foco maior em estratégias de gestão e organização, aprendendo com as práticas bem-sucedidas da Região Sul.

Ainda segundo informações municipais, disponíveis nos estudos do Plano Diretor de São José dos Campos, entre os equipamentos esportivos e de lazer que são mantidos pela prefeitura estão os seguintes programas, eventos, equipamentos:

- **Atleta Cidadão:** é responsável pela formação integral de garotos e garotas com idade entre 7 e 17 anos, visando descobrir talentos, esportivo e acompanhando o desempenho deles. O programa seleciona alunos das escolinhas de modalidades dos centros esportivos para disputar campeonatos federados.
- **Cidade em movimento:** conta com 171 academias ao ar livre, com um público médio de 820.478 pessoas por ano. São equipamentos para atividades físicas funcionais localizados em vários espaços públicos da cidade com orientação de um profissional de educação física em alguns locais específicos.

- **Circuito joseense de corridas de rua:** Organiza várias corridas de rua. é disponibilizado um calendário com várias datas de corrida de rua durante o ano.
- **Copas populares de futebol:** Organização de campeonatos de futebol amador adulto e infantil. Apoio e organização de vários campeonatos na cidade de São José dos Campos.
- **Colônia de férias:** que ocorrem nos meses de janeiro e julho nas Escolas Municipais e nos Centros Esportivos. Atividades Recreativas para todas as faixas etárias incluindo idosos e PCD.
- **Rua de lazer:** Brincadeiras, atividades lúdicas e recreativas para crianças, jovens, adultos e idosos realizadas nos espaços públicos do Município nos finais de semana.
- **Programa de bem com a vida:** a Prefeitura oferece aos assistidos por entidades sociais atendimento recreativo e esportivo para pessoas com deficiência. Equipes de recreadores se deslocam até as entidades para executarem as atividades lúdicas e recreativas.
- **Centro de Medidas e Avaliação Física - CMAF:** há 15 anos atua na área de avaliação da aptidão física. Prestação de serviços gratuitos para toda a população para o atendimento de avaliação física.
- **Programa ação paraolímpica:** iniciativa da Secretaria de Promoção da Cidadania, o programa teve início em setembro de 2015 no Centro Poliesportivo Unidos a esses programas, espaços e eventos ainda se lista a lei de Incentivo Fiscal e Fundo de Apoio ao Desporto não Profissional: Incentivar a prática de esporte competitivo de pessoas com deficiências.
- **Lei de Incentivo Fiscal – LIF:** o incentivo fiscal ao esporte em São José dos Campos, para a realização de projetos esportivos não profissionais de São José dos Campos por meio de renúncia fiscal.
- **Fundo de Apoio ao Desporto não Profissional – FADENP:** Tem a finalidade de prestar apoio técnico e financeiro, mediante a administração autônoma e gestão própria dos respectivos recursos, ao desenvolvimento dos projetos específicos ao desporto não profissional da secretaria de esporte.

Em 2019, com o objetivo de contribuir para a gestão da prática esportiva em São José dos Campos foi criado o Conselho Municipal de Esportes (Comues). A expectativa era de dar maior visibilidade a questão na cidade e ampliar o processo

participativo e comunitário nas tomadas de decisões.

O órgão tem caráter consultivo e conta com representantes de diferentes segmentos do poder público e da sociedade civil, sendo 18 membros titulares e 18 suplentes. O Comues foi instituído pela lei nº 10.048, de 19 de novembro

SEGMENTOS E REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL TITULARES / SUPLENTES

Profissionais de Educação Física João Omar Gambini / Marcelo Perotti Friggi

Instituições de Ensino Superior Fabiano de Barros Souza / Ronaldo Vilela Barros Academias e Assessorias Esportivas Eden Carlos de Jesus / Daniel Batista de Melo Clubes de Serviços Katia Maria Riêra Machado / Marisa Bueno dos Santos Lombello

Entidades de Associação ao Associativismo Carlos Eugênio Bakos / Charles Anderson Custódio

Entidades de Paradesporto Juliano Rangel de Sousa / José Guardia

Organizações Não-Governamentais Maurício Ferreira Coelho / Elisabeth Aparecida Montezano

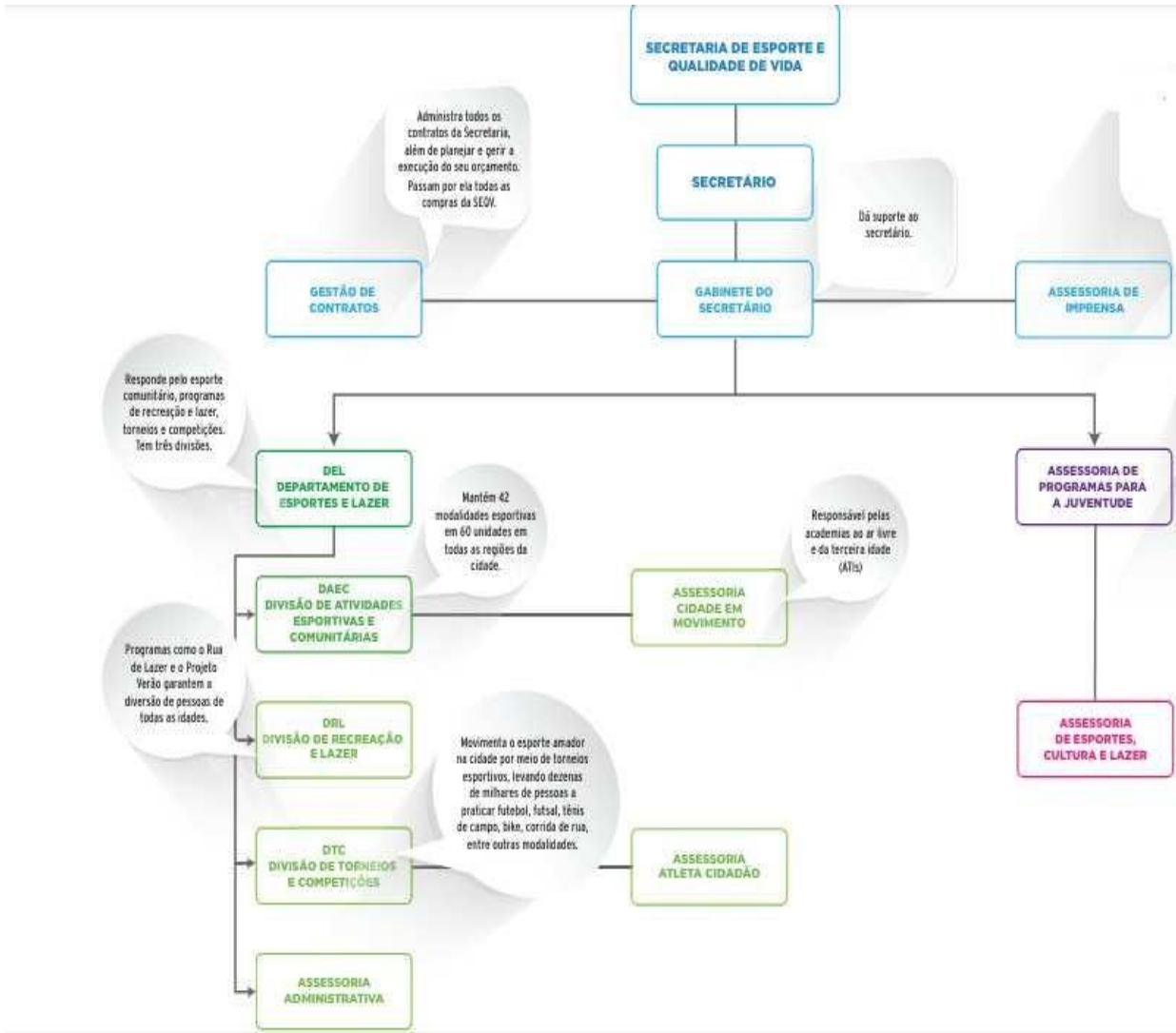
Serviços Sociais Autônomos Renato Silva Montijo / Renato Camargo

Santiago Imprensa Esportiva Antonio do Carmo dos Santos / José Antonio Walter Friggi

de 2019. Em 3 de março de 2020 foi realizada a cerimônia de posse de seus membros e, em 11 de março do mesmo ano, ocorreu a primeira reunião. O órgão integra o Comitê dos Conselhos Municipais. Os 29 conselhos já instalados cumprem a função de aumentar a participação popular visando colaborar com a promoção de políticas públicas. (Fonte: relatório 2017 / 2020 das atividades realizadas pela Secretaria de Esportes e Qualidade de Vida da cidade de São José dos Campos.).

Observa-se pela (Figura 8) uma estrutura robusta da política atual de esportes na cidade. No entanto, para avaliarmos como o esporte e lazer vem se materializando na cidade de maneira mais aprofundada, foi selecionado alguns equipamentos públicos de lazer em quatro regiões da cidade.

Figura 8: Organograma da Política de Esporte em São José dos Campos (2020).



Fonte: Relatório 2017 / 2020 das atividades realizadas pela Secretaria de Esportes e Qualidade de Vida da cidade de São José dos Campos. Disponível em: [https://issuu.com/carlosduka/docs/livro\\_seqv\\_secretario\\_pro\\_book](https://issuu.com/carlosduka/docs/livro_seqv_secretario_pro_book). acesso em 04 de jun. 2024.

**Na Região Norte** temos vários espaços públicos, o foco será na experiência do usuário do Poliesportivo José Adailson Vieira Pinto **Alto de Santana**. Este espaço público além de atender a comunidade em geral, também conta com uma Unidade esportiva com ginásio, quadra, piscina, salões e outros espaços para prática de esporte. Localizado no primeiro espaço industrial de São José dos Campos, a Região contou com o protagonismo industrial da Tecelagem Paraíba, em 1925; e depois a Cerâmica *Weiss*, em 1942. Hoje, é conhecida como reduto mineiro, é também a detentora da maior faixa de território rural da cidade. (Plano Diretor, 2018).

O primeiro passo da engrenagem industrial do município teve início nos anos 1920, com a oferta de isenção fiscal a empresas que escolhessem São José dos Campos para instalarem suas fábricas. E foi assim que o processo de industrialização começou pela Região Norte. A busca por mão de obra e a consequente oferta de empregos deu impulso à migração - principalmente a partir do estado vizinho, Minas Gerais. No entanto, na segunda fase do processo de industrialização da cidade, a Região Norte perdeu o posto de polo industrial - com a construção da Dutra e a implantação de outras empresas no eixo da rodovia. No Censo de 2022, atestaram-se 61.780 mil habitantes.

Quando voltamos o olhar **para a Zona Sul**, a seleção da pesquisa considerou o **Centro Poliesportivo João do Pulo**, que possui como espaços esportivos o Dojô, Campo de futebol, Pista de atletismo, Quadra poliesportiva, Pista de caminhada, Sala multiuso, Piscina e Academia ao ar livre.

A Região Sul, com mais de 237 mil habitantes, tem perfil de cidade-Região. Abriga 37% da população de São José e é um polo comercial (IBGE, 2012). A Região era uma área de fazendas até pouco mais da metade do século XX, quando teve início o povoamento. A urbanização da Região Sul teve um 'boom' com a instalação do CTA e o início do processo industrialização da cidade, a partir da década de 50 - o processo durou até 1969, quando surgiu a Embraer. Operários contratados por essas empresas mudaram em massa para São José dos Campos (Papali, 2008).

Pesquisas sobre a gestão pública indicam que o centro já não podia mais abrigar a demanda populacional, com isso, a expansão de São José dos Campos foi planejada para o outro lado da via Dutra, também construída nos anos 1950. A principal característica dessa área é sua subsistência, com um centro comercial forte e grande oferta de serviços. Essas características não são resultado do acaso, na verdade são reflexo de uma sobrecarga que existia sobre a Região central, cuja demanda precisava ser absorvida por outra área.

Os maiores bairros da Região Sul são Bosque dos Eucaliptos com 27,2 mil habitantes; Jardim Morumbi com 21,8 mil e Jardim Satélite com 21 mil habitantes. É neste último que está o 'coração' da Região, a avenida Andrômeda. A via é um dos principais polos comerciais da cidade (Plano Diretor, 2018). Também na Região Sul está uma das maiores avenidas de São José dos Campos, a Cidade Jardim, com 6,7 quilômetros de extensão (Plano Diretor, 2018).

A Região ainda preserva raízes da imigração de orientais. Das lavouras de café às fábricas japonesas, na fase industrial da cidade, é na Região Sul que a comunidade nipônica tem seu reduto. A Região Sul tem até um bairro que homenageia os japoneses, o Jardim Oriente (Papali, 2008).

A **Zona Leste**, no início do século XXI, assumia uma posição de destaque. Possui hoje o endereço das maiores empresas de São José dos Campos, e é considerada também polo tecnológico da cidade, pois abriga o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no Jardim da Granja; e o Parque Tecnológico, em Eugênio de Melo. Antes da instalação de unidades como a General Motors, Ericsson, Embraer e Petrobras, a atividade agrícola era a principal fonte de renda dos moradores da Região. Hoje, a Região Leste se apresenta como uma potência no setor industrial da cidade.

A Região cresceu no segundo momento industrial da cidade, a partir dos anos 1950, um marco na história da cidade. As empresas e multinacionais escolheram se instalar em São José dos Campos porque buscavam áreas consideradas com boa infraestrutura e logística, a cidade é cortada pela Dutra.

Depois da fase sanatorial de São José dos Campos, focada no atendimento a tuberculosos (Zanetti, 2013), o segundo marco pode ser considerado a construção da Dutra, que junto trouxe o desenvolvimento industrial em seu eixo. A cidade ainda tinha aspectos de ruralidade, mas cresceu por meio de esforços políticos.

Ainda sobre a Região Leste, considera-se que tem perfil operário, com bairros ocupados por população que trabalha nas indústrias da localidade.

Bairros como Novo Horizonte e Jardim Nova Michigan abrigam uma população vinda do Norte e Nordeste do País para trabalhar na construção civil. Os migrantes foram construindo os bairros no entorno da indústria, esse é o caso do Vista Verde e da Vila Industrial. Os 'fundadores' marcaram a Região com seu sotaque e tradições, mantidas nas 'Casas do Norte'. Os estabelecimentos, comuns na Região Leste, vendem produtos típicos do Nordeste, além de acessórios e pratos típicos da culinária nordestina. (Papali, 2008).

Da década de 1950 até hoje, a Região Leste continuou seguindo o modelo industrial e, mais recentemente, aposta em modelos de empreendimento chamados de 'startups' ou de inovação. O motor a álcool e a primeira urna eletrônica foram produzidas na Região Leste, que também soma das plantas de suas empresas

insumos para aviões e desenvolvimento de satélites e do Centro Técnico Aeroespacial (CTA).

A Região Leste é a segunda mais populosa de São José dos Campos, atrás apenas da Região Sul, tendo cerca de 161 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE). O maior condomínio residencial da cidade, o Integração, fica na Vila Industrial. IBGE (2012). O conjunto, fundado em 1981, tem 942 apartamentos e é onde moram pelo menos 3 mil pessoas, segundo a administração, mais do que o número de habitantes do município de Arapeí.

O **Poliesportivo Jardim Cerejeiras** localizado na Região Leste é um dos espaços analisados. Com área total de 60 mil m<sup>2</sup>, conta com pista de skate, raia de malha, cancha de bocha, campo de futebol, vestiários, quadras poliesportivas, quadra de tênis, sala de ginástica, playground, quiosques com jogos de mesa, estação de ginástica, portaria e pista de caminhada, piscina, pista de esporte radicais.

**A Região Oeste** com urbanização mais recente, teve um crescimento expressivo nas últimas duas décadas. Com a identidade ainda em construção, a Região atrai principalmente famílias que buscam mais segurança e qualidade de vida. Segundo o IBGE (2012), dentre todas as regiões de São José dos Campos, a Região Oeste foi a que mais cresceu na década de 2000 a 2010, apresentando uma taxa de 4,99% de expansão. Com condomínios fechados e de alto padrão, que funcionam como 'ilhas de segregação', e uma vasta cobertura verde, sobretudo na Região do Urbanova, houve uma valorização imobiliária da Região durante esse processo de urbanização.

No bairro Jardim Aquários, o 'cinturão de concreto' formado pelo grande número de prédios que foram construídos, sobretudo a partir de 2000, é o principal retrato da verticalização de São José de Campos. São 12,3 mil edificações na Região, entre prédios residenciais e comerciais, segundo a prefeitura (Papali, 2008)

Assim como a Região Sul se desenvolveu como reflexo do 'boom' industrial, a Região Oeste é o reflexo de um novo perfil da cidade: o tecnológico. O Parque Tecnológico, o desenvolvimento de startups e cursos de referência, como os ITA e do INPE, têm atraído para a cidade os moradores que buscam segurança e tranquilidade, valores típicos da classe média alta.

Dados da Secretaria de Segurança Pública (São José dos Campos, 2023) mostram que a Região Oeste apresenta os menores índices de violência da cidade.

De janeiro a maio foram registrados 17 roubos de veículos, 156 furtos e nenhum homicídio. O número é pequeno perto dos índices de toda a cidade no mesmo período, quando a cidade teve registro de 312 roubos de veículos, 2.653 furtos e 20 homicídios.

Na Região Oeste a pesquisa considerou o **Parque Ribeirão Vermelho (Osvaldo Enrique Cimaschi)**. O Parque Ribeirão Vermelho, localizado no bairro Urbanova ao lado do Residencial Paratehy, foi aberto oficialmente para uso da população de São José dos Campos no dia 11 de fevereiro de 2017. Com uma área de aproximadamente 250 mil metros quadrados, o local oferece quadras poliesportivas e de tênis, pista de skate e playground (Plano Diretor, 2018).

O espaço possui pista de caminhada e ciclovias, além de um bosque com mata nativa. Duas academias ao ar livre à disposição dos frequentadores, que podem utilizar os aparelhos instalados. Além de proporcionar qualidade de vida, esporte e lazer, o Parque Ribeirão Vermelho tem como objetivo principal a preservação ambiental dos recursos naturais existentes no local.

Os centros esportivos públicos e parques têm desempenhado um papel fundamental na promoção da saúde, bem-estar e coesão social dentro das comunidades. Para medir a eficácia e o impacto desses espaços, a avaliação da porcentagem de satisfação dos frequentadores se tornou uma ferramenta crucial. A pesquisa de opinião proporciona uma análise sobre a qualidade dos serviços oferecidos, o nível de engajamento da população e as áreas que precisam de melhorias.

Ao analisar as respostas e calcular a porcentagem de satisfação, os gestores desses centros podem identificar pontos fortes e fracos, permitindo que tomem decisões informadas para melhorar a experiência geral. Quando os frequentadores estão satisfeitos, há maior probabilidade de eles continuarem a frequentar o local regularmente, aproveitando os benefícios físicos, mentais e sociais que a prática esportiva pode oferecer.

No período foram realizadas pesquisas de opinião em cada um dos espaços públicos de esportes e lazer supracitados. O questionário com 16 perguntas foi aplicado em cada um dos quatro espaços para um grupo de 50 pessoas, totalizando 200 indivíduos, os resultados da pesquisa são analisados a seguir.

## **6 A APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E DE LAZER EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS À PARTIR DA VISÃO DOS USUÁRIOS**

Nesta seção, descreve-se a estrutura de quatro espaços esportivos e de lazer da cidade de São José dos Campos/SP, juntamente com uma pesquisa de opinião pública aplicada aos usuários. O objetivo é investigar como o usuário percebe a política de esporte e a forma como utiliza o espaço, se há um apelo à qualidade de vida e ao espaço cidadão e, sobretudo, no nível de desigualdade entre os espaços.

### **6.1 PESQUISA DE CAMPO NOS ESPAÇOS POLIESPORTIVOS PÚBLICOS**

A pesquisa realizada nos três Centros Poliesportivos Públicos (João do Pulo, Altos de Santana e Jardim das Cerejeiras) e no parque Ribeirão Vermelho, teve um impacto positivo para o entendimento da importância destes espaços para a comunidade, pois a Região onde estes centros esportivos são instalados é beneficiada em vários aspectos, como foi mencionado na entrevista dos usuários.

Os três centros poliesportivos municipais que foram escolhidos para a realização da pesquisa de opinião tiveram o mesmo procedimento de datas e horários para a abordagem dos participantes da pesquisa, e a vivência nos três centros foi bem parecida com o mencionado no texto.

Data da visita ao campo: a visita foi realizada no mês de julho/2023, em três dias sendo 1 dia no período da manhã, 1 dia à tarde e 1 à noite já que o Centro Esportivo fica aberto de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira das 06h às 22h. Observou-se que as diversas atividades e instalações do Centro Esportivo, como quadras esportivas, trilhas para caminhada, parquinhos, piscinas estavam limpas e bem cuidado em todas as suas dependências e equipamentos bem conservados, onde as atividades estavam com listas de espera.

As interações sociais foram positivas com outras pessoas no espaço esportivo. Elas compartilharam que a apropriação dos três centros esportivos é importante para a comunidade, pois o Centro Esportivo contribui para a promoção de um estilo de vida saudável, o fortalecimento dos laços comunitários e o desenvolvimento de talentos esportivos.

O destaque positivo nos dias de pesquisa de campo no Centro Esportivo

público foi a receptividade das pessoas. O excelente acolhimento dos funcionários e frequentadores do Centro Esportivo. Os funcionários mostraram as instalações e explicaram sobre os programas esportivos disponíveis. Para coletar dados, ocorreu a abordagem de pessoas que concordaram em participar da pesquisa e responder a um questionário.

Os frequentadores do Centro Esportivo que responderam à pesquisa de opinião eram pessoas que estavam começando a se envolver em atividades esportivas, até idosos que continuavam a se manter ativos e saudáveis, e todos demonstraram disposição em praticar esporte.

Os entrevistados sempre dispostos a responder o questionário e compartilhar suas histórias e experiências e compartilhar como a apropriação e utilização do Centro Esportivo, havia impactado positivamente em suas vidas, foi surpreendente a disposição das pessoas em compartilhar suas opiniões e experiências.

Muitos estavam animados para falar sobre como o Centro Esportivo desempenha um papel importante em suas vidas, seja como um local para se exercitar, socializar ou relaxar.

A pesquisa de campo demonstrou a conexão que a comunidade tem com o Centro Esportivo público. Observou-se que as pessoas se unem em torno do esporte e como o Centro Esportivo desempenha um papel fundamental na promoção da saúde, bem-estar e convivência na comunidade.

Durante as conversas informais, percebeu-se a diversidade de histórias e perspectivas. Alguns mencionaram que o Centro Esportivo era essencial para sua saúde e bem-estar, enquanto outros destacaram a importância de criar laços com outros membros da comunidade. Houve também aqueles que trouxeram sugestões construtivas para melhorias nas instalações e atividades oferecidas de maneira espontânea.

O respeito pelas opiniões dos participantes foi fundamental para garantir uma experiência de pesquisa. As perspectivas e histórias tornaram a pesquisa de opinião significativa e contribuíram para uma compreensão do impacto do Centro Esportivo na comunidade. A pesquisa de campo demonstrou a importância que esses centros esportivos têm para o cotidiano e desenvolvimento humano.

Observa-se, de imediato, que mesmo havendo uma visão positiva desses espaços, a falta de divulgação e informação sobre as atividades e horários disponíveis nos centros esportivos também foi mencionada como um problema. As

atividades são divulgadas majoritariamente pelo aplicativo *Viva São José*, o que dificulta o acesso da população menos favorecida e tem pouca informação em sistemas digitais. Muitos entrevistados relataram dificuldade em encontrar informações atualizadas sobre os programas oferecidos, horários de funcionamento e inscrições, o que os desmotivaram a participar, esta foi a reclamação que todos os usuários dos três centros esportivos relataram.

Esses desafios identificados durante a pesquisa destacam a importância de investimentos em infraestrutura e comunicação eficaz para melhorar a utilização dos centros esportivos públicos e promover um ambiente melhor para toda a comunidade.

## 6.2 PESQUISA DE CAMPO NO PARQUE RIBEIRÃO VERMELHO

O Parque Ribeirão Vermelho tem características diferentes dos três centros esportivos pesquisados, mas as interações sociais foram positivas com outras pessoas no Parque. As pessoas entrevistadas compartilharam que utilizam o parque para a recreação e lazer. Nos dias de pesquisa de campo no Parque Ribeirão Vermelho, também se destacou a receptividade das pessoas, com um excelente acolhimento dos frequentadores do Parque.

Para coletar dados, foram abordados pessoas que concordaram em participar da pesquisa e responder a um questionário e compartilhar suas histórias e experiências sobre o modo como a apropriação a utilização do parque havia impactado positivamente em suas vidas, pois o momento de lazer e práticas esportivas contribui para a melhora da qualidade de vida das pessoas que participaram da pesquisa.

Data da visita ao campo: foi no mês de julho, em 2 dias sendo 1 dia foi de manhã em um dia da semana e 1 à tarde no fim de semana, já que o Centro Esportivo fica aberto de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira da 06h às 18:00 horas, o que observou que as diversas atividades e instalações do Parque Ribeirão Vermelho, como quadras esportivas, trilhas para caminhada, parquinhos, estavam limpos e bem cuidado em todas as suas dependências, e os equipamentos estavam bem conservados. No Parque não são oferecidas atividades esportivas como escolinhas de modalidades, como são disponibilizadas nos centros esportivos.

### 6.3 BAIRRO DO ALTOS DE SANTANA

Segundo fonte oficial, site da prefeitura, o bairro Altos de Santana tem 44 ruas e vias, é na prática considerado como parte do bairro Jardim Telespark na Região Norte na cidade de São José dos Campos. Existem no bairro Altos de Santana aproximadamente 11.284 estabelecimentos comerciais distribuídos entre vários segmentos da cadeia de comércio, serviços, indústrias dentre outros. É considerado como a maior parte da Região Norte, redutos dos cidadãos mineiros que vieram em busca de uma melhor condição de trabalho e vida na cidade de São José dos Campos<sup>8</sup>.

#### 6.3.1 Centro Poliesportivo José Adailson Vieira Pinto (Altos de Santana)

Este Centro Esportivo público está localizado na Região Norte de São José dos Campos e foi inaugurado no dia 25 de abril de 2009 (Figura 9). A sua estrutura física esportiva é equipada com uma quadra de Tênis de Campo, uma piscina aquecida, uma quadra poliesportiva coberta, um campo *society*, um parque infantil, uma pista de caminhada, um quiosque para lazer, bancos de descanso em todo o Centro Esportivo, uma academia ao ar livre, um espaço com equipamentos para exercícios de barra e abdominal, um anfiteatro ao ar livre e três salas para atividades físicas sendo duas para ginástica e dança e uma para lutas<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://aploal.com.br/bairro/jardim-altos-de-santana/sao-jose-dos-campos/sp>. acesso em 31 de mar. 2023.

<sup>9</sup> <sup>10</sup> Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/poliesportivos/altos-de-santana/>. acesso em 31 mar 2023

Figura 9: Centro Poliesportivo Altos de Santana. 2023.



Fonte: Autor.

Segundo o site oficial da prefeitura, estes equipamentos são utilizados pelos moradores do bairro e por moradores dos bairros próximos. O Centro Esportivo do Alto de Santana oferece várias atividades esportivas e recreativas para os indivíduos que o frequentam.

As modalidades esportivas são gratuitas e são acompanhadas por um profissional formado e capacitado. São 13 modalidades oferecidas à população, além de quatro modalidades específicas para Pessoas Com Deficiência (PCD). As modalidades esportivas no espaço são:

- Boxe: três turmas com 10 vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é juvenil / adulto de 12 a 59 anos.
- Capoeira: seis turmas com 20 vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é infantil 6 a 10 anos; infantil / juvenil de 11 a 14 anos e adultos a partir de 15 anos.
- Dança de Salão: três turmas com 30 vagas por turma – a faixa etária para participação desta modalidade é adulto / infantil de 7 a 59 anos, adulto / 3ª idade a partir de 16 anos, adulto (intermediário) de 16 a 59 anos.
- Futsal: cinco turmas com 25 vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é sub 07, sub 09, sub 11, sub 13, sub 15.
- Ginástica: 14 turmas com 25 vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é adulto de 16 a 59 anos, adulto / 3ª idade a partir de 16 anos, 3ª idade a partir de 60 anos.

- Hidroginástica: seis turmas com 20 vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é adulto / 3ª idade a partir de 16 anos.
- Jazz: Três turmas com 25 vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é infantil iniciante de 7 a 12 anos, juvenil iniciante de 13 a 17 anos, adulto iniciante de 18 a 59 anos.
- Judô: seis turmas com 25 vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é iniciante de 6 a 10 anos, intermediário a partir de 11 anos, avançado a partir de 15 anos.
- Natação: 42 turmas com 12 vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é pais e filhos de 3 a 6 anos, nadando primeiro de 7 a 15 anos, infantil nível I de 7 a 15 anos, infantil nível II de 7 a 15 anos, aperfeiçoamento de 7 a 15 anos, adulto nível I a partir de 16 anos, adulto nível II a partir de 16 anos, adulto nível III a partir de 16 anos.
- Ritmos: três turmas com 25 vagas por turma - faixa etária para participação desta modalidade é adulto de 16 a 59 anos.
- Taekwondo: três turmas com 25 vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é mirim de 6 a 8 anos, infantil de 9 a 12 anos, adulto de 13 a 59 anos.
- Tênis de campo: três turmas com 10 vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é pré-mirim de 7 a 10 anos, mirim de 11 a 15 anos.

Além das modalidades oferecidas para a população, o centro poliesportivo do Alto de Santana disponibiliza algumas modalidades para pessoas com deficiência, são elas.

- Dança para pessoa com deficiência: uma turma com cinco vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é pessoa com deficiência intelectual a partir de 10 anos.
- Estimulação global pessoa com deficiência: três turmas com cinco vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é pessoa com deficiência intelectual e TEA de 7 a 12 anos, pessoa com deficiência intelectual e TEA a partir de 13 anos.
- Futsal pessoa com deficiência: uma turma com dez vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é pessoa com deficiência intelectual

a partir de 12 anos.

- Ginástica funcional pessoa com deficiência: uma turma com cinco vagas por turma - a faixa etária para participação desta modalidade é pessoa com deficiência física a partir de 16 anos.

O total de participação de munícipes nas modalidades esportivas oferecidas pelo Centro Esportivo foi de 1.357 alunos.

Todas as modalidades esportivas disponibilizadas pelo centro poliesportivo do Alto de Santana são mistas (masculino / feminino), praticadas duas vezes por semana nos períodos da manhã, tarde e noite dependendo da modalidade e disponibilidade dos locais e equipamentos.

O centro poliesportivo do Altos de Santana está localizado às margens do rio paraíba, sendo de fácil acesso para as pessoas que se apropriam do espaço esportivo para a prática de atividades físicas e de lazer, apesar de não ter uma dimensão territorial grande.

A população, que utiliza o Centro Esportivo, reside no bairro ou nas proximidades do Centro Esportivo. As escolinhas de modalidades são responsáveis pela grande maioria dos indivíduos que utilizam o Centro Esportivo durante a semana, pois são oferecidas várias modalidades esportivas para todas as idades. Nos finais de semana as atividades são livres, sendo a piscina o equipamento mais procurado pelos usuários do Centro (Figura 10).

A estrutura física está bem conservada com os equipamentos e espaços físicos em bom estado de conservação. Isso significa que a pintura dos equipamentos estava em 2023 adequada, livre de ferrugem, e sem qualquer tipo de desgaste, todas em funcionamento, a manutenção das áreas verdes também apresentavam poda.

Figura 10: Centro Poliesportivo Altos de Santana. 2023



Fonte: Autor.<sup>10</sup>

O trabalho de campo no centro poliesportivo do Altos de Santana, realizado por meio de visitas ao espaço, mostrou que os indivíduos que se apropriam dos equipamentos e espaços de esporte e Lazer, possuem características parecidas com as do centro poliesportivo do João do Pulo, que é discutido a frente, a maioria dos indivíduos que se apropriam do espaço são participantes das escolinhas de modalidades oferecidas pelo Centro Esportivo, por se encontrar em uma localização de fácil acesso para os moradores do bairro Altos de Santana.

Também ocorre a apropriação do espaço esportivo do Centro Esportivo nos finais de semana, principalmente por jovens e crianças de 10 a 20 anos, que utilizam a piscina e a pista de skate para lazer, além de outros espaços esportivos do centro.

Os usuários do Altos de Santana são diversificados, pois são oferecidas modalidades esportivas para crianças, jovens, adultos e idosos de ambos o sexo. O maior número é de crianças devido a oferta de atividades esportivas, a faixa etária da maioria das crianças é dos 7 aos 14 anos, os meninos são a maioria, mas ocorre participação das meninas. A participação dos jovens e adultos na faixa etária entre os 25 a 40 anos é menor, e a maioria são mulheres que participam das aulas de ginástica e natação oferecidas. Os idosos, aposentados são um número mais expressivos que os adultos em idade produtiva, e também na sua maioria são mulheres.

Ressalta-se que na cultura brasileira as mulheres são mais participativas do que os homens idosos em práticas esportivas além de viverem mais. Dados do IBGE mostram que a expectativa de vida dos homens em 2019 era de 73,1 e das

---

<sup>10</sup> <sup>11</sup>Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/poliesportivos/altos-de-santana/>. acesso em 31 mar 2023

mulheres de 80,1 anos<sup>11</sup>.

Equipes de treinamento de Futsal feminino do Atleta Cidadão utilizam a quadra coberta do centro poliesportivo. O centro poliesportivo do Altos de Santana contribui para as atividades esportivas dos indivíduos que são na maioria do próprio bairro, devido a sua localização facilitar o acesso dos indivíduos que residem no entorno do local.

Em geral os frequentadores se apropriam das escolinhas de modalidades oferecidas nos dias de semana, e nos finais de semana a população aproveita o espaço físico e equipamentos para atividades recreativas e de lazer. Devido a sua estrutura física, pois sendo um Centro Esportivo novo (2009), em relação ao centro poliesportivo do João do Pulo (1982), a sua distribuição do espaço físico é mais acessível, tanto para a prática de modalidades esportivas como para a de recreação e lazer. O que tornou um centro poliesportivo do Altos de Santana um local que o cidadão tem a possibilidade de apropriação do espaço para a prática de atividades físicas e de lazer.

Soma-se a esse processo a inauguração de um novo Parque Alberto Simões, instalado em área remanescente da antiga Fazenda Boa Vista, o local tem equipamentos para a prática de esportes radicais (duas tirolesas, paredão de escalada e estrutura para arvorismo), pista para skate e BMX street, além de circuito para caminhada e playground para crianças.

A unidade conta também com uma academia ao ar livre para adultos com dez aparelhos e outra destinada às crianças. Todas as atividades esportivas são gratuitas. O casarão da antiga fazenda é sede da Polícia Ambiental, que realiza um projeto de educação ambiental por meio de iniciativa do grupo São José Unida. Criada pela Prefeitura, a ação tem o objetivo de reunir as ações das forças policiais para melhorar a segurança na cidade.

O parque Alberto Simões abriga ainda outros dois órgãos estaduais: a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) e a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA), que atendem ocorrências ligadas às questões ambientais. O Parque Alberto Simões tem a vigilância da Guarda Civil Municipal (GCM).

O planejamento e instalação de estruturas de esporte e lazer contribuem

---

<sup>11</sup> Disponível Em: 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos | Agência de Notícias (ibge.gov.br). Acesso em: 05 jun. 2023.

para a sua socialização e quando se busca o significado da socialização ela pode ser entendida como a extensão de vantagens particulares, por meio de leis e decretos, à sociedade inteira, sendo um processo de integração dos indivíduos em um grupo. O processo de socialização é fundamental para a formação das sociedades nos espaços sociais, é a partir da socialização que os indivíduos se integram por meio da comunicação, construindo a sociedade. Segundo Strey (2002) cada indivíduo, ao nascer, “encontra-se num sistema social criado através de gerações já existentes e que é assimilado por meio de inter-relações sociais” (p. 59) Os espaços de socialização como os parques e equipamentos públicos são importantes para o fortalecimento dos laços sociais.

## 6.4 BAIRRO JARDIM DAS CEREJEIRAS

O bairro Jardim das Cerejeiras tem 34 ruas e vias, é na prática considerado como parte do bairro Parque Novo Horizonte. Desde 1979, organiza anualmente a Festa do Dia do Trabalhador, reunindo cerca de 90 mil pessoas, O Parque Novo Horizonte / Jardim Cerejeiras é um bairro de São José dos Campos concebido, desde o início, para ser um bairro de operários.

O projeto de um bairro operário foi idealizado em 1978 pelo então presidente do Sindicato da Construção Civil, Pedro Rocha. O Parque Novo Horizonte foi inaugurado em 24 de setembro de 1978, o Jardim Cerejeiras, mantém o perfil de "bairro de trabalhadores", sendo residencial, de classe média baixa, praticamente sem verticalização. No Jardim Cerejeiras, as ruas têm nomes de datas relativas ao dia das profissões.<sup>12</sup>

### 6.4.1 Centro Poliesportivo Policial Militar José Carlos Das Neves (Jardim Das Cerejeiras)

Este Centro Esportivo público está localizado na Região Leste de São José dos Campos, fundado em 2007 (Figura 11), a sua estrutura física esportiva é equipada com 1 quadra de Tênis de Campo, 1 piscina aquecida, 1 quadra

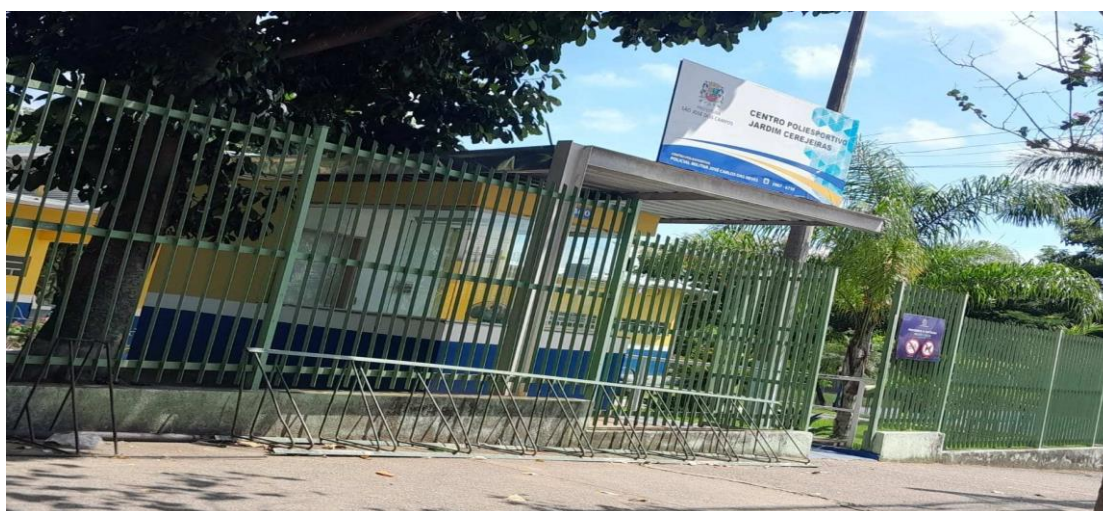
---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/parques/alberto-simoies/>. acesso 05 de jun. 2023

poliesportiva coberta, 1 campo de futebol, 1 parque infantil, 1 mini quadra de vôlei, 1 academia ao ar livre, 1 quiosque para lazer, bancos de descanso em todo o Centro Esportivo, 1 espaço com equipamentos para exercícios de barra e abdominal e 2 salas para atividades físicas sendo 1 para ginástica e dança e 1 para lutas.

Estes equipamentos são utilizados pelos moradores do bairro e por moradores dos bairros próximos, o Centro Esportivo do Jardim das Cerejeiras disponibiliza várias atividades esportivas e recreativas para os indivíduos que frequentam o Centro Esportivo.

Figura 11: Centro poliesportivo Jardim das Cerejeiras. 2023.



Fonte: Autor <sup>13</sup>

As modalidades esportivas são gratuitas e são acompanhadas por um profissional formado e capacitado.

São 18 modalidades oferecidas à população, além da modalidade específica para natação para pessoa com deficiência (PCD).

As modalidades são:

Boxe: 3 turmas com 20 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é iniciante a partir de 10 anos, adulto a partir de 16 anos.

Condicionamento físico: 1 turma com 20 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto a partir de 16 anos.

Dança de Salão: 2 turmas com 50 vagas por turma a faixa etária para

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://aplocal.com.br/bairro/jardim-cerejeiras/sao-jose-dos-campos/sp>. acesso em 05. junho de 2023.

participação destas modalidades é adulto / infantil de 7 a 59 anos, adulto / 3ª idade a partir de 16 anos.

Futsal: 5 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é sub 07, sub 09, sub 11, sub 13, sub 15.

Futebol: 5 turmas com 30 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é sub 07, sub 09, sub 11, sub 13, sub 15.

Ginástica: 8 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto de 16 a 59 anos, adulto / 3ª idade a partir de 16 anos, 3ª idade a partir de 60 anos.

Ginástica / Pilates: 4 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto de 16 a 59 anos.

Ginástica artística: 3 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é infantil iniciante de 6 a 7 anos, de 8 a 9 anos, de 10 a 13 anos.

Handebol: 5 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é sub 07, sub 09, sub 11, sub 13, sub 15.

Hidroginástica: 10 turmas com 20 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto / 3ª idade a partir de 16 anos.

Jazz: 3 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é infantil iniciante de 7 a 12 anos, juvenil iniciante de 13 a 17 anos, adulto iniciante de 18 a 59 anos.

Jiu Jitsu: 3 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é infantil de 8 a 15 anos, adulto de 16 a 59 anos.

Judô: 6 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é iniciante de 6 a 10 anos, intermediário a partir de 11 anos, avançado a partir de 15 anos.

Natação: 39 turmas com 12 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é pais e filhos de 3 a 6 anos, nadando primeiro de 7 a 15 anos, infantil nível I de 7 a 15 anos, infantil nível II de 7 a 15 anos, aperfeiçoamento de 7 a 15 anos, adulto nível I a partir de 16 anos, adulto nível II a partir de 16 anos, adulto nível III a partir de 16 anos.

Ritmos: 6 turmas com 30 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto de 16 a 59 anos.

Taekwondo: 3 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para

participação desta modalidade é mirim de 6 a 8 anos, infantil de 9 a 12 anos, adulto de 13 a 59 anos.

Tênis de campo: 9 turmas com 10 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é pré-mirim de 7 a 10 anos, mirim de 11 a 15 anos, adulto a partir de 16 anos, jogando tênis de 16 a 59 anos.

Voleibol: 1 turma com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é sub 14, sub 16.

Além das modalidades oferecidas para a população, o centro poliesportivo do jardim Cerejeiras disponibiliza a modalidade de natação pessoa com deficiência: 10 turmas com 7 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é PCD e TEA - nível I, II e III a partir de 7 anos.

O total de participação de munícipes nas modalidades esportivas que foram disponibilizadas pelo Centro Esportivo foi um total de 1667 alunos entre 7 a 17 anos.

Todas as modalidades esportivas disponibilizadas pelo centro poliesportivo do Jardim Cerejeiras são mistas (masculino/feminino), praticadas duas vezes por semana nos períodos da manhã, tarde e noite, dependendo da modalidade e disponibilidade dos locais e equipamentos.

O centro poliesportivo do jardim Cerejeiras é considerado um espaço esportivo relativamente novo, inaugurado em 12 de abril de 2007, assim como o do Alto de Santana. A partir de diálogos com moradores durante a realização da Pesquisa de Opinião Pública, os usuários do equipamento, a maioria da população que utiliza o Centro Esportivo reside no bairro ou nas proximidades do Centro Esportivo, pois a proximidade do Centro Esportivo é um fator facilitador para a sua utilização. Observa-se que os indivíduos que participam das atividades nas quadras, são pedestres ou ciclistas.<sup>14</sup>

As escolinhas de modalidades, tal como de basquete e de Judô, são responsáveis pela grande maioria dos indivíduos que utilizam o Centro Esportivo durante a semana, pois são oferecidas várias modalidades esportivas para todas as idades.

Nos finais de semana as atividades são livres, sendo a piscina a mais procurada pelos usuários do centro poliesportivo Jardim das Cerejeiras. A quadra de

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/poliesportivos/jardim-cerejeiras>. acesso em 05. junho de 2023.

tênis de campo é utilizada com frequência, não só para o uso da escolinha de modalidade, mas também pela população para o uso recreativo.

As áreas de lazer para as pessoas de todas as idades estão disponíveis para o uso recreativo nos finais de semana e conta com quadra de Tênis de Campo, piscina aquecida, quadra poliesportiva coberta, campo de futebol, parque infantil, mini quadra de vôlei, academia ao ar livre, quiosque para lazer, bancos de descanso, onde a população pode recrear e praticar atividade física sem compromisso (Figura 12).

A estrutura física está bem conservada, com os equipamentos e espaços físicos em ótimo estado de preservação, funcionamento, e a maioria das escolinhas de modalidades oferecidas consta com lista de espera para participar das modalidades.

Figura 12: Centro Poliesportivo Jardim das Cerejeiras, 2023.



Fonte: Autor

O trabalho de campo do centro poliesportivo do Jardim das Cerejeiras, realizado através de visitas ao espaço, mostrou que os indivíduos que se apropriam dos equipamentos e espaços de esporte e Lazer, na sua maioria são participantes das escolinhas de modalidades oferecidas pelo centro poliesportivo, e estes usuários são na sua maioria moradores do bairro jardim das cerejeiras e seu entorno, por se encontrar em uma localização de fácil acesso. Observa-se que os indivíduos que participam das atividades nas quadras chegam a pé ou de bicicleta.

Ocorre a apropriação do centro poliesportivo nos finais de semana, quando a população, principalmente as famílias e jovens, utilizam os equipamentos para

atividades recreativas e de lazer. Informação adquirida através de ida ao Centro Esportivo nos finais de semana.

Os usuários do centro poliesportivo de Jardim das Cerejeiras são diversificados, pois são oferecidas modalidades esportivas para crianças, jovens, adultos e idosos de ambos o sexo.

O maior número é de crianças devido a oferta de atividades esportivas, a faixa etária da maioria das crianças é dos 7 aos 14 anos, os meninos são a maioria, mas ocorre participação das meninas. A participação dos jovens e adultos na faixa etária entre os 25 a 40 anos é menor, e a maioria são mulheres que participam das aulas de ginástica e natação oferecidas.

Os idosos são um número mais expressivos que os adultos e também na sua maioria são mulheres. Observa-se que a maioria dos usuários do centro poliesportivo do Jardim das Cerejeiras se veste com roupas esportivas para participar das atividades esportivas ou recreativas de uma maneira adequada.

O centro poliesportivo do Jardim das Cerejeiras contribui para as atividades esportivas dos indivíduos que são na maioria do próprio bairro, devido a sua localização facilitar o acesso dos indivíduos que residem no entorno, eles se apropriam das escolinhas de modalidades oferecidas nos dias de semana, e nos finais de semana a população aproveita o espaço físico e equipamentos que o centro poliesportivo disponibiliza para atividades recreativas e lazer com uma expressiva participação do público.

A partir do trabalho de campo, verificou-se a utilização da sua estrutura física, pois sendo um Centro Esportivo novo (2008) em relação ao centro poliesportivo do João do Pulo (1982), a sua distribuição do espaço físico e mais acessível, tanto para a prática de modalidades esportivas como para a de recreação e lazer, pois a proximidade do Centro Esportivo é um fator facilitador para a sua utilização. Observa-se que os indivíduos que participam das atividades, chegam a pé ou de bicicleta.

O que o tornou um centro poliesportivo do Jardim das Cerejeiras um local que o cidadão, tem a possibilidade de apropriação do espaço para a prática de atividades físicas e de lazer.

## 6.5 BAIRRO DO JARDIM SATÉLITE

Jardim Satélite é um bairro de São José dos Campos. Os loteamentos Floradas de São José e Conj. Res. Cidade Jardim, embora oficialmente bairros distintos, são na prática considerados parte do Jardim Satélite por estarem dentro dos limites do bairro.

O bairro contém o principal centro comercial da Região Sul de São José dos Campos, sendo considerado o segundo principal da cidade, constituindo uma verdadeira “cidade-bairro”. Contém um intenso comércio varejista, agências bancárias, cartórios, farmácias, bares, padarias, serviços diversos, além do Vale Sul Shopping.

É considerado um bairro muito bem localizado por ser um bairro da Região Sul mais próximo do centro da cidade, além de ser margeado pela Rodovia Presidente Dutra e pela Rodovia dos Tamoios, apesar de ter alguns condomínios de alto padrão o bairro é considerado um bairro de classe média.<sup>15</sup>

### 6.5.1 Centro Poliesportivo João Carlos De Oliveira (João Do Pulo)

Este Centro Esportivo público está localizado na Região Sul de São José dos Campos (Figura 13), a sua estrutura física esportiva é equipada com 1 quadra de Tênis de Campo, 1 piscina aquecida, 2 quadra poliesportiva 1 coberta e 1 descoberta, 1 campo de futebol, 1 pista de atletismo completa com equipamento de arremesso de disco e dardo, 1 mini campo de futebol *society*, 1 academia ao ar livre, bancos de descanso em todo o Centro Esportivo, 1 espaço com equipamentos para exercícios de barra e abdominal e 2 salas para atividades físicas, sendo 1 para ginástica e dança e 1 para lutas.

Estes equipamentos são utilizados principalmente pelos moradores do bairro e por moradores dos bairros próximos, o Centro Esportivo do João do Pulo está em uma ótima localização na Região Sul e disponibiliza várias atividades esportivas e recreativas para os indivíduos que frequentam o Centro Esportivo<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://applocal.com.br/bairro/jardim-satelite/sao-jose-dos-campos/sp> acesso 05. junho de 2023.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/poliesportivos/jardim-satelite>. acesso em 05 junho de 2023.

Figura 13: Centro Poliesportivo João do Pulo. 2023



Fonte: Autor

As modalidades esportivas são gratuitas e são acompanhadas por um profissional formado e capacitado.

São 18 modalidades oferecidas à população. As modalidades são:

Basquetebol: 3 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é sub 11, sub 13, sub 15.

Boxe: 3 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é iniciante a partir de 10 anos, adulto a partir de 16 anos.

Boxe Chinês: 6 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é iniciante a partir de 10 anos, adulto a partir de 16 anos.

Caminhada / Corrida: 7 turmas com 40 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto a partir de 16 anos.

Dança do Ventre: 3 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto a partir de 16 anos.

Futsal: 5 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é sub 07, sub 09, sub 11, sub 13, sub 15.

Futebol: 5 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é sub 07, sub 09, sub 11, sub 13, sub 15.

Ginástica: 6 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação

desta modalidade é adulto de 16 a 59 anos, adulto / 3ª idade a partir de 16 anos, 3ª idade a partir de 60 anos.

Ginástica / Pilates: 4 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto de 16 a 59 anos.

Ginástica / Funcional: 6 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto de 16 a 59 anos. Hidroginástica: 16 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto / 3ª idade a partir de 16 anos.

Jazz: 1 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto iniciante de 18 a 59 anos.

Jiu Jitsu: 4 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é infantil de 8 a 15 anos, adulto de 16 a 59 anos.

Judô: 6 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é iniciante de 6 a 10 anos, intermediário a partir de 11 anos, avançado a partir de 15 anos.

Karatê: 6 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é iniciante de 6 a 10 anos, intermediário a partir de 11 anos, avançado a partir de 15 anos.

Luta Olímpica: 1 turma com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto de 16 a 59 anos.

Natação: 48 turmas com 12 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é pais e filhos de 3 a 6 anos, nadando primeiro de 7 a 15 anos, infantil nível I de 7 a 15 anos, infantil nível II de 7 a 15 anos, aperfeiçoamento de 7 a 15 anos, adulto nível I a partir de 16 anos, adulto nível II a partir de 16 anos, adulto nível III a partir de 16 anos.

Ritmos: 4 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é adulto de 16 a 59 anos.

Taekwondo: 3 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é mirim de 6 a 8 anos, infantil de 9 a 12 anos, adulto de 13 a 59 anos.

Tênis de campo: 6 turmas com 10 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é pré-mirim de 7 a 10 anos, mirim de 11 a 15 anos, adulto a partir de 16 anos, jogando tênis de 16 a 59 anos.

Voleibol: 6 turmas com 25 vagas por turma a faixa etária para participação desta modalidade é sub 13, sub 15, adulto a partir de 16 anos.

O total de participação de munícipes nas modalidades esportivas que foram disponibilizadas pelo Centro Esportivo foi um total de 1829 alunos.

Todas as modalidades esportivas disponibilizadas pelo centro poliesportivo do João do Pulo (Figura 14), são (masculino/feminino), praticadas 2 vezes por semana nos períodos manhã, tarde e noite dependendo da modalidade e disponibilidade dos locais e equipamentos<sup>1817</sup>.

Figura 14: Centro Poliesportivo do João do Pulo. 2023.



Fonte: Autor

O centro poliesportivo João do Pulo, é um dos centros esportivos mais antigos do município de São José dos Campos, está localizado na Região Sul mais populosa da cidade, sendo de fácil acesso para as pessoas que se apropriam do espaço esportivo para a prática de atividades físicas e de lazer e possui uma excelente infraestrutura em equipamentos e espaços de esporte e lazer, mas sendo um centro poliesportivo antigo (1982), passou por várias reformas para proporcionar aos munícipes a melhor estrutura esportiva possível.

A partir do trabalho de campo verifica-se que a maioria da população que utiliza o Centro Esportivo, reside no bairro ou nas proximidades do Centro Esportivo. As escolinhas de modalidades são responsáveis pela grande maioria dos indivíduos

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/> prefeitura de São José dos Campos – Região Sul. acesso em 05 junho de 2023

que utilizam o Centro Esportivo durante a semana, pois são oferecidas várias modalidades esportivas para todas as idades.<sup>1918</sup>

Nos finais de semana as atividades são livres, quando a piscina é a mais procurada pelos usuários do centro poliesportivo João do Pulo.

Segundo informações cedidas por funcionários, a quadra de tênis de campo, diferente dos centros poliesportivos do Altos de Santana e jardim das Cerejeiras, encontra-se desativada por falta de procura para a sua utilização, não só para o uso da escolinha de modalidade, mas também pela população para o uso recreativo.

A partir do trabalho de campo, verificou-se que a estrutura física está bem conservada com os equipamentos e espaços físicos em ótimo estado de preservação, e a maioria das escolinhas de modalidades oferecidas, consta com lista de espera para participar das modalidades.

O centro poliesportivo do João do Pulo foi inaugurado em 06 de novembro de 1982, na gestão do prefeito José Luiz Carvalho de Almeida, que esteve na gestão da prefeitura de São José dos Campos de 1982 a 1983, antes de ser nomeado o prefeito da cidade, ele era o presidente da câmara municipal, a inauguração do João do Pulo, contribuiu com um novo espaço de esporte e lazer no município.<sup>19</sup>

Os indivíduos que se apropriam dos equipamentos e espaços de esporte e lazer são na sua maioria os participantes das escolinhas de modalidades oferecidas pelo Centro Esportivo, além de grupos de jovens entre 15 a 18 anos, que utilizam as quadras poliesportivas para atividades de modalidades esportivas para o lazer, ou seja, sem objetivo de competição. A partir do trabalho de campo, verificou-se a utilização das quadras poliesportivas do centro por adolescentes no período noturno para a prática esportiva de modalidades como futsal, basquete e voleibol são utilizadas para a prática de atividade física e lazer e para se sociabilizar entre os praticantes das atividades.

Os indivíduos que se apropriam do Centro Esportivo do João do Pulo, são na maioria do Jardim Satélite e de bairros próximos, pois a proximidade do Centro Esportivo é um fator facilitador para a sua utilização. Observa-se que os indivíduos que participam das atividades nas quadras, chegam a pé ou de bicicleta.

Os usuários do João do Pulo são diversificados, pois são oferecidas

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/poliesportivos/jardim-satelite>. acesso em 05 junho de 2023.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5141/514166114006/html/>. Acesso em 29 de junho de 2023.

modalidades esportivas para crianças, jovens, adultos e idosos de ambos o sexo. O maior número é de crianças devido a oferta de atividades esportivas, a faixa etária da maioria das crianças é dos 7 aos 14 anos, os meninos são a maioria, mas ocorre participação das meninas. A participação dos jovens e adultos na faixa etária entre os 18 a 40 anos, e a maioria são mulheres. Tem-se como hipótese explicativa para o fato: as mulheres nesta faixa etária são responsáveis na sua maioria por levar as crianças e adolescentes para participarem das escolinhas de modalidades do Centro Esportivo e aproveitam e participam das atividades disponibilizadas.

Os idosos são um número mais expressivos que os jovens e adultos e na sua maioria são mulheres entre os fatores de o número de mulheres idosas que se apropriam e praticam as atividades físicas no centro poliesportivo do João do Pulo ser maior do que os homens idosos, podemos destacar a falta de identificação com as atividades, preferência por atividades não obrigatórias, falta de tempo; negação da velhice. Estes são alguns exemplos do desinteresse dos homens idosos em participar de atividades (Anderson, 2008; Coutinho; Acosta, 2009, Mello, Votre, 2013, Queiroz, 2011).<sup>20</sup>

Equipes de treinamento de atletismo utilizam o centro poliesportivo, inclusive a equipe paralímpica de atletismo de São José dos campos, estas equipes de rendimento possuem um número de atletas homens e mulheres equilibrados em porcentagem. A maioria dos usuários do centro poliesportivo do João do pulo, se vestem com roupas esportivas, para utilizarem de uma maneira adequada as dependências do Centro Esportivo.

O centro poliesportivo contribui para as atividades esportivas dos indivíduos da Região do Jardim Satélite, que se apropriam principalmente das escolinhas de modalidades oferecidas nos dias de semana, já nos finais de semana a apropriação do espaço é inferior aos dias normais, quando se busca atividades recreativas e de lazer, devido a sua estrutura física que foi sendo adaptada e reformada para conseguir melhorar e aumentar o número de opções de modalidades esportivas.

O que o tornou um centro poliesportivo que possibilita ao cidadão uma prática esportiva orientada efetiva e um espaço reduzido de atividades de recreação e lazer.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5141/514166114006/html/>. Acesso em 29 de junho de 2023.

## 6.6 BAIRRO DO URBANOVA

O bairro Urbanova foi idealizado em 1973, pelo banqueiro japonês Shishima Hifumi, que adquiriu uma área com mais de 12.000 m<sup>2</sup>, na Região Oeste de São José dos Campos.

Shishima Hifumi viria a falecer dois anos após a compra do terreno. O ex-prefeito de São José dos Campos Joaquim Bevilacqua deu o nome de Shishima Hifumi à principal avenida do bairro, e a praça da rotatória principal do Urbanova recebeu o nome de Fukuoka, a cidade de origem de banqueiro<sup>21</sup>.

Urbanova é um bairro residencial e de alto padrão, sendo constituído quase que completamente por condomínios fechados horizontais.

O primeiro condomínio residencial a ser construído no novo bairro foi o Eldorado, liberado para a construção em 1990, e inicialmente um bairro aberto. O condomínio foi fechado 6 anos depois.

O bairro tem crescido ininterruptamente, com diversos condomínios horizontais, e alguns verticais. Em 2010, foi proibida a construção de novos condomínios verticais na maior parte do bairro. Ao todo, são 25 loteamentos fechados e 10 prédios residenciais.<sup>2322</sup>

### 6.6.1 Parque Osvaldo Enrique Cimaschi (Ribeirão Vermelho)

O Parque Ribeirão Vermelho recebeu o nome do educador físico e professor Osvaldo Enrique Cimaschi. Localizado no bairro Urbanova (Região Oeste), foi aberto para uso da população de São José dos Campos no dia 11 de fevereiro de 2017. Além de proporcionar qualidade de vida, esporte e lazer para os joseenses, o Parque Ribeirão Vermelho tem como objetivo principal a preservação ambiental dos recursos naturais existentes no local e conta com uma área de aproximadamente 250 mil metros quadrados, dividida em duas partes:

Lado A (Figura 15), que fica com a entrada em frente do Residencial Alto da Serra VI, na sua estrutura o lado A disponibiliza 1 piscina vertical, 2 parques infantis

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://revistaurbanova.com.br/historia-shishima-hifumi-urbanova/>. Acesso em 28 de junho de 2023

<sup>22</sup> Disponível em: <https://aplocal.com.br/bairro/bairro-urbanova/sao-jose-dos-campos/sp>. Acesso em 10 de junho de 2023

1 com piso de areia e 1 com piso emborrachado, quiosques e bancos de descanso, 1 academia ao ar livre, além do prédio da administração do parque.

Figura 15: Portaria lado A e Equipamentos Esportivos e Lazer. 2023.



Fonte: Autor.

O lado A é interligado ao lado B por uma pista de caminhada e ciclovia, além de um bosque com mata nativa. No lado B (Figura 16), estão à disposição dos frequentadores, que podem utilizar, os aparelhos instalados. 1 piscina vertical, 2 quadras de tênis de campo, 1 quadra poliesportiva (Basquete, Futsal, Vôlei, Handebol), 1 pista de skate, quiosques e bancos de descanso, 1 parque infantil v com piso emborrachado, 2 quadras de beach tennis, 2 academias ao ar livre sendo 1 adaptada para PCD.<sup>23</sup>

Figura 16: Portaria lado B e Equipamentos Esportivos e Lazer



Fonte: Autor

<sup>23</sup> Disponível em: [https://aplocal.com.br/bairro/bairro-urbano vá/são-José-dos-campos/sp](https://aplocal.com.br/bairro/bairro-urbano-vá/são-José-dos-campos/sp). acesso em 10 de junho de 2023

O parque Ribeirão Vermelho não disponibiliza escolinhas de esportes municipais, o que contribui para a rotatividade e quantidade de frequentadores do parque sofram variações frequentes, e sem um controle específico de entrada dos visitantes, segundo a prefeitura de São José dos Campos, a estimativa de pessoas que frequentam o parque durante a semana é de 250 ao dia, sendo a sua maioria pessoas que moram proximidades do Ribeirão Vermelho. Nos finais de semana a estimativa é de 1000 a 3000 pessoas, o maior número de pessoas que frequentam o parque é de todas as regiões de São José dos Campos e até de cidades vizinhas, onde todas as pessoas podem utilizar os equipamentos esportivos e de lazer.<sup>24</sup>

O trabalho de campo no parque Ribeirão Vermelho, foi realizado através de visitas ao espaço, este parque foi planejado para disponibilizar espaços esportivos e recreativos para o lazer para a população do município. Por estar localizado em um bairro afastado a disponibilidade do transporte público pode ser considerada normal, tendo um intervalo de 18 minutos entre as partidas do ônibus em direção ao seu destino, os horários de segunda a sexta-feira com partidas do terminal central são 52 e partidas do Urbanova são 47, iniciando a 1 partida às 05:30 e finalizando às 23:30 horas e nos finais de semana no sábado as partidas do terminal central são 22 e partidas do Urbanova são 22, iniciando a 1 partida às 06:10 e finalizando às 23:10 horas e no domingo as partidas do terminal central são 17 e partidas do Urbanova são 17, iniciando a 1 partida às 06:10 e finalizando às 23:50 horas.

Segundo informações cedidas por funcionários do parque, a possível explicação da pouca frequência de pessoas que utilizam o parque tem relação com o fato dele estar em um bairro afastado do centro urbano, sendo necessário que os usuários tenham o carro como um meio de melhor acessibilidade.

Observou-se que os indivíduos que se apropriam dos equipamentos e espaços de esporte e Lazer, na sua maioria são moradores do bairro, segundo informações cedidas por funcionários do parque, e como a localização do parque é no Urbanova, um bairro conhecido por ser constituído na sua maioria por condomínios de casas, isto acaba refletindo na utilização do parque que tem nos dias de semana, um fluxo pequeno de pessoas que se apropriando parque, pois a

---

<sup>24</sup> .Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/esporte-e-qualidade-de-vida/poliesportivos/bairro-urbanova>. Acesso em 10 de junho de 2023.

maioria dos condomínios disponibilizam opções de lazer com segurança em suas dependências, através da visualização do *google maps*<sup>2625</sup>, observa-se que várias residências têm piscinas e são casas de alto padrão, relatos dos funcionários do parque e conversa com os moradores, a baixa frequência de indivíduos do bairro na apropriação do parque Ribeirão Vermelho, também pode ser atribuída, a facilidade de acesso dos moradores do bairro a outros espaços de lazer privados, onde se sente seguros.

A apropriação do parque Ribeirão Vermelho nos finais de semana, ocorre em sua maioria por famílias e jovens que residem em outros bairros e de cidades próximas de São José dos Campos, que vêm conhecer o parque e utilizam os equipamentos para atividades recreativas e de lazer, pois verifica-se por experiência particular, sobretudo por observação de campo que o estacionamento está sempre lotado, e nota-se que os veículos na sua maioria são carros populares, o que não é uma realidade para os moradores do bairro Urbanova.

Segundo o estudo de Silva (2018), ao analisar o grupo de *whatsapp* dos moradores do bairro Urbanova, nota-se que de uma apesar de uma diferença de opiniões entre os moradores, sendo a maioria a favor da construção do parque, ficou claro entre todos os moradores a preocupação com a segurança, pois a abertura do parque possibilita o aumento do fluxo de pessoas de outros bairros e contribuindo para o aumento da violência.

Os primeiros moradores da área onde se localiza o bairro Urbanova se estabeleceram em duas comunidades hoje conhecidas como “Bairrinho”, ou “Bairro dos Pinheiros” e “Beira Rio”. Situada entre os municípios de São José dos Campos e Jacareí está a comunidade do Bairrinho, estabelecida na década de 1950.

O início da comunidade do Bairrinho ocorreu a partir dos trabalhadores das Fazenda do Poço e Fazenda de Sant’Ana do Rio Abaixo, que por volta da década de 1950, vieram morar com suas famílias quando começaram a trabalhar, e permaneceram (França, 2008).

A Comunidade Beira Rio, estabelecida na década de 1960, foi formada por ribeirinhos, com uma população aproximada de 135 habitantes (Santos, 2008, p. 44).

As 2 comunidades diferem do restante do bairro, onde a maioria dos

---

<sup>25</sup> Disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/place/S%C3%A3o+Jos%C3%A9+dos+Campos,+SP/>. Acesso em 28 de junho de 2023

moradores possuem renda acima da média, e residem em loteamentos fechados de alto padrão, onde as comunidades do Bairrinho e Beira Rio, não se beneficiam da excelente infraestrutura do bairro (Silva, 2018).

## 6.7 COMPARANDO AS REALIDADES DOS ESPAÇOS ESPORTIVOS E LAZER

No trabalho de campo dos centros poliesportivos, realizado por meio de visitas ao espaço, relatos de usuários dos espaços esportivos, pode-se observar que os centros poliesportivos têm características que os diferenciam devido à sua localização e estrutura.

O centro poliesportivo José Adailson Vieira Pinto no Altos de Santana e o centro poliesportivo Policial Militar José Carlos das Neves no Jardim das Cerejeiras, se assemelham por que os moradores das regiões dizem ter facilidade de acesso a estes centros poliesportivos, a utilização dos mesmos é efetiva com a participação dos munícipes residente no bairro, tanto nos dias de semana, através das escolinhas de modalidade, como nos finais de semana, como forma de apropriação para fins recreativos e de lazer, pois são centros esportivos considerados novos o do Jardim das Cerejeiras (2008) e do Altos de Santana (2010).

Em relação ao Centro Esportivo do João do Pulo (1982), o que através de um planejamento e entendendo a necessidade dos moradores do bairro, pudesse deixar os centros do Altos de Santana e Jardim das Cerejeiras mais funcional e atrativo para os moradores do bairro.

Por meio de visitas ao espaço, relatos de usuários. Observou se que o centro poliesportivo do João do Pulo tem características diferentes dos outros dois centros esportivos citados acima, pois mesmo estando localizado em um espaço de fácil acesso para os moradores do bairro, ele é apropriado na sua maioria por indivíduos que participam das modalidades esportivas oferecidas nos dias da semana, e nos finais de semana a sua utilização pela população é pequena se comparada aos centros esportivos do Altos de Santana e Jardim das Cerejeiras, onde os usuários de fim de semana, na sua maioria são equipes de futebol que disputam campeonatos.

Os relatos de usuários do Parque Osvaldo Enrique Cimaschi (Ribeirão Vermelho), apontam que o parque tem uma estrutura física e de equipamentos diversificados, mas por estar localizado em um bairro afastado do centro urbano (Urbanova), ele tem uma baixa apropriação dos munícipes de outras regiões da

cidade nos dias de semana, que precisam se locomover até o parque através de transporte público ou carros particulares, já nos finais de semana ocorre um aumento de pessoas que utilizam o parque para fins recreativos e de lazer, sendo que muito destes usuários são pessoas de outros bairros.

Pensando nas diferentes características dos espaços esportivos e de lazer analisados, entende-se que o João do pulo por ser um espaço mais antigo(1982), e com um planejamento voltado para a prática de modalidades esportivas, buscou-se adaptar à nova dinâmica do esporte e lazer através de melhorias, mesmo com todo investimento para se modernizar, os indivíduos que se apropriam do centro poliesportivo do João do Pulo para a prática de atividades físicas, buscam atividades para melhora da saúde e performance e não para o lazer.

Quando se analisa os centros esportivos do Jardim das Cerejeiras e do Altos de Santana, que possui características parecidas quando se pesquisa sobre os indivíduos que se apropriam destes espaços esportivos, a maioria são moradores do bairro e utilizam os equipamentos disponibilizados nos dias de semana e nos finais de semana em número expressivo de pessoas, a possibilidade do fácil acesso e por ser um espaço público onde a utilização dos equipamentos é gratuita possibilita um número expressivo de moradores do bairro que usufruem do Centro Esportivo, pois a maioria dos moradores do bairro são de classe média / baixa.

O Parque Ribeirão Vermelho, o mais recente dos espaços públicos pesquisados e com uma estrutura que oferece várias opções de atividades físicas e de lazer, tem pouca adesão de moradores do Urbanova que é considerado de alto padrão e mesmo com os condomínios e casas com opções de lazer. O parque tem uma estrutura excelente, mas tem a sua dependência pouco utilizadas pelos moradores do Urbanova, sendo que a maioria dos usuários do parque nos dias de semana e principalmente nos finais de semana, são moradores de outros bairros.

Os resultados da Tabela (1) apresentam um panorama a partir da visão dos usuários. **Em relação a 15 aspectos coletados, que ampliam a visão sobre esses espaços.** No que interessa ao Planejamento Urbano e acesso à cidadania, por meio do esporte e lazer, selecionou-se para a análise a questão: a **Motivação** da escolha do espaço; considerou-se que o acesso poderia influenciar a escolha, e entende-se que o acesso, vincula-se à mobilidade e estrutura urbana. **A região onde o usuário mora**, perguntamos se havia algum tipo de segregação entre os usuários, por isso, a dimensão do como **o usuário acessava o** centro esportivo ou

parque parecia ser um importante fator no debate das condições urbanas. A segurança do bairro também foi questão importante para análise, considerando mais uma vez, se o usuário se sente seguro no acesso ao equipamento.

Evidentemente, outro grupo de questões importantes para o estudo foi sobre as **condições do próprio equipamento**, investigar se havia diferenças sociais visíveis, no que toca à manutenção e disponibilidade de atividades e atendimento foi um objetivo da pesquisa ao perseguir a hipótese que em áreas periféricas os equipamentos sofrem com certo descaso.

Tabela 1: Espaços esportivos e de lazer - resultado C.E. Altos de Santana (Região Norte), C.P. do Jardim das Cerejeiras, (Região Leste), C.P. João do Pulo, (Região Sul), P. Ribeirão Vermelho (Região Oeste)

(Continua)

1. Motivo da escolha pelo Espaço				
Espaços Esportivos e de Lazer / Pesquisa de opinião (50 pessoas – respostas em percentual)	C.E. Altos de Santana (Região Norte)	C.P. do Jardim das Cerejeiras (Região Leste)	C.P. João do Pulo (Região Sul)	P. Ribeirão Vermelho (Região Oeste)
Lazer	36%	44%	6%	74%
Atividade Física	60%	50%	80%	16%
Encontrar Amigos	2%	2%	4%	4%
Conhecer pessoas	0%	0%	0%	6%
Outros	2%	4%	10%	0%
2. Nível de satisfação com o Espaço				
Muito satisfeito	0%	62%	30%	42%
Satisfeito	68%	32%	56%	54%
Indiferente	2%	6%	15%	4%
Insatisfeito	2%	0%	0%	0%
Muito insatisfeito	28%	0%	0%	0%
3. Faixa etária				
Criança	2%	2%	2%	0%
Adolescente	10%	10%	6%	30%
Jovem	0%	0%	4%	0%
Adulto	72%	72%	76%	54%
Idoso	16%	16%	12%	16%

Tabela 1: Espaços esportivos e de lazer - resultado C.E. Altos de Santana (Região Norte), C.P. do Jardim das Cerejeiras, (Região Leste), C.P. João do Pulo, (Região Sul), P. Ribeirão Vermelho (Região Oeste)

(Continuação)

4. Raça e Cor				
Branco	66%	58%	62%	84%
Preto ou Pardo	32%	42%	34%	12%
Indígena	0%	0%	2%	2%
Amarelo	2%	0%	2%	2%
5. Gênero e sexualidade				
Masculino	52%	52%	56%	52%
Feminino	48%	48%	44%	48%
Transgênero	0%	0%	0%	0%
Outros	0%	0%	0%	0%
6. Região onde mora				
Região Sul	4%	0%	80%	20%
Região Norte	90%	0%	0%	16%
Região Oeste	0%	0%	4%	56%
Região Leste	2%	100%	10%	6%
Região Central	4%	0%	6%	2%
7. Grau de satisfação atendimento				
Muito satisfeito	28%	38%	38%	18%
Satisfeito	56%	28%	48%	30%
Indiferente	16%	34%	14%	50%
Insatisfeito	0%	0%	0%	2%
Muito insatisfeito	0%	0%	0%	0%
8. Grau de satisfação espaço e equipamentos				
Muito satisfeito	32%	16%	22%	38%
Satisfeito	60%	68%	46%	60%
Indiferente	0%	2%	14%	0%
Insatisfeito	8%	14%	14%	8%
Muito insatisfeito	0%	0%	4%	0%

Tabela 1: Espaços esportivos e de lazer - resultado C.E. Altos de Santana (Região Norte), C.P. do Jardim das Cerejeiras, (Região Leste), C.P. João do Pulo, (Região Sul), P. Ribeirão Vermelho (Região Oeste)

(Continuação)

9. Acesso ao Centro Esportivo				
Caminhando	54%	56%	32%	8%
Transporte Particular	24%	34%	34%	66%
Bicicleta	14%	8%	6%	24%
Ônibus	8%	2%	28%	2%
10. Tempo de utilização do Centro Esportivo				
Menos de 1 ano	30%	26%	32%	22%
1 ano a 3 anos	28%	22%	18%	50%
3 anos a 6 anos	20%	22%	16%	24%
7 anos a 10 anos	20%	2%	10%	4%
10 anos ou mais	2%	28%	24%	0%
11. Qualidade do Centro Esportivo				
Equipamentos	32%	16%	22%	38%
O Ambiente Social	60%	68%	46%	60%
Professor e Funcionário	0%	2%	14%	0%
Localização	8%	14%	14%	8%
12. Pouco atrativo do Centro Esportivo				
Equipamentos	32%	32%	42%	14%
O Ambiente Social	22%	24%	18%	10%
Professor e Funcionário	30%	30%	8%	36%
Localização	16%	14%	18%	40%
13. Tempo diário de permanência no Centro Esportivo				
30 minutos	6%	4%	0%	6%
1 hora a 2 horas	80%	82%	74%	84%
3 horas a 4 horas	10%	12%	18%	16%
Mais de 4 horas	4%	2%	8%	4%

Tabela 1: Espaços esportivos e de lazer - resultado C.E. Altos de Santana (Região Norte), C.P. do Jardim das Cerejeiras, (Região Leste), C.P. João do Pulo, (Região Sul), P. Ribeirão Vermelho (Região Oeste)

(Conclusão)

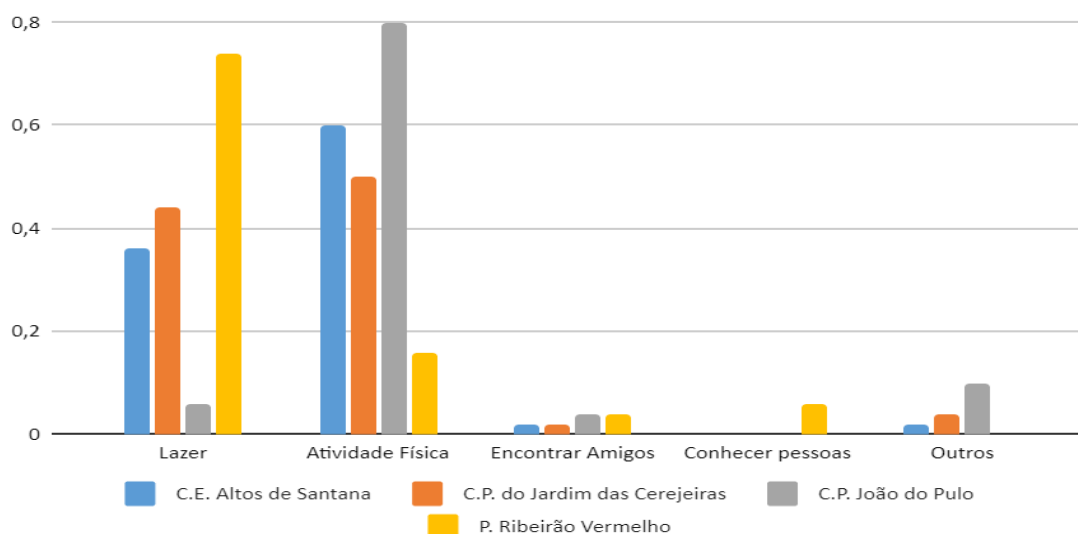
14. Infraestrutura urbana do bairro do Centro Esportivo				
Boa Estrutura Física	96%	94%	94%	88%
Péssima Estrutura Física	2%	0%	4%	0%
Não sei responder	2%	6%	2%	12%
15. Avaliação do acesso ao Centro Esportivo				
Boa	86%	80%	80%	90%
Ruim	4%	4%	4%	0%
Regular	10%	16%	16%	10%
Não Sei Responder	0%	0%	0%	0%
16. Segurança do bairro				
Boa	86%	80%	80%	90%
Ruim	4%	4%	4%	0%
Regular	10%	16%	16%	10%
Não Sei Responder	0%	0%	0%	0%

Fonte: elaboração própria - Pesquisa de Opinião Pública

No que toca à motivação para a escolha do espaço, verifica-se que quando perguntado sobre **o motivo da escolha do Centro Esportivo**, no Centro Esportivo no Alto de Santana 60% responderam que era para atividade física; 36% para o lazer, 2% para outros e 2% para encontrar amigos. Para os outros dois outros centros, a porcentagem é bastante similar. Sendo 80% quando se trata do Equipamento João do Pulo, o parque Ribeirão Vermelho, será utilizado majoritariamente para atividades de lazer, mesmo tendo uma estrutura favorável a práticas esportivas.

O Centro Esportivo do Alto de Santana tem um espaço territorial menor em comparação ao Centro Esportivo do Jardim das Cerejeiras, mas a ocupação concentrada foi eficaz na garantia das atividades, na prática esportiva e no lazer. O Gráfico (Figura 17) mostra a evidente motivação vinculada às práticas esportivas nos centros.

Figura 17: Gráfico Motivação pelo uso



Fonte: elaboração própria

O acesso aos equipamentos e a região onde os usuários moram assumiu uma centralidade na pesquisa. Observou-se que há uma preferência em frequentar o centro na região onde mora. No caso do Centro Esportivo do Jardim das Cerejeiras, todos os indivíduos que se apropriam do moram na Região Leste, ocorre essa apropriação principalmente pelo fato do Centro Esportivo ter uma boa estrutura para a prática de esporte e lazer.

Com a sua localização distante do centro da cidade de São José dos Campos, torna-se mais atrativo a utilização do Centro Esportivo do jardim das Cerejeiras, pois fica próximo da Região onde os indivíduos que responderam ao questionário da pesquisa residem. Os Indivíduos responderam ao questionário porque escolheram este Centro Esportivo para a utilização: 50% para a atividade física, 44% para o lazer, 4% para os outros e 2% para encontrar amigos.

No caso do Centro Esportivo João do Pulo, os indivíduos que responderam ao questionário residem: 80% na Região Sul, 10% na Região Leste, 6% na Região Central e 4% na Região Oeste.

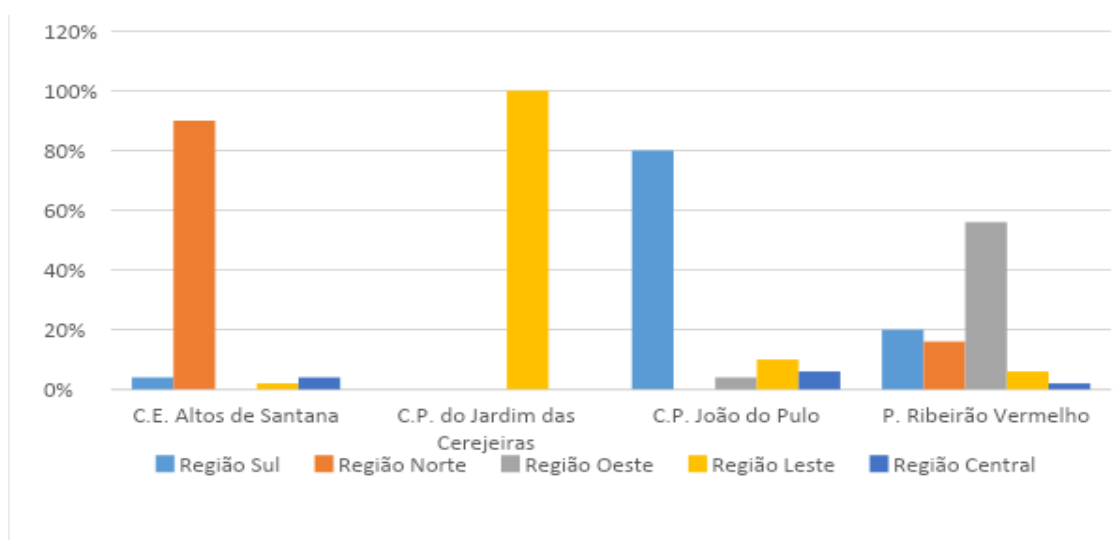
A maioria dos indivíduos que se apropriam do Centro Esportivo do João do Pulo, moram próximo ao centro, ocorre também uma diversidade de indivíduos que moram em outras regiões, devido às várias equipes de treinamento utilizarem o Centro Esportivo, principalmente o atletismo que representa a cidade em competições. Os Indivíduos responderam ao questionário porque escolheram este

Centro Esportivo para a utilização: 80% para a atividade física, 10% outros, 6% para o lazer e 4% para encontrar amigos.

O Centro Esportivo do João do Pulo tem a característica de um espaço apropriado para a prática esportiva e por ser de fácil acesso e disponibilizar espaço e equipamentos bem conservados, possibilita a prática esportiva de qualidade. Os indivíduos que responderam ao questionário sobre o quanto estão satisfeitos em utilizar o Centro Esportivo: 50% estão satisfeitos, 30% estão muito satisfeitos, 14% são indiferentes.

Quanto ao lugar de moradia (Figura 18), ainda é interessante notar que no caso do parque Ribeirão Vermelho há uma circulação de pessoas de outras regiões da cidade. A maioria dos indivíduos que se apropriam do parque moram na Região Oeste, na pesquisa observou-se que grande parte dos moradores da não residem no bairro onde está localizado, eles residem próximo dos bairros Esplanada e Aquários. No entanto, ocorre que uma quantidade significativa de indivíduos que participaram da pesquisa de opinião mora em outras regiões. São pessoas que querem conhecer o espaço de esporte e lazer, principalmente nos finais de semana, para aproveitar o espaço e os equipamentos que o parque disponibiliza para a população.

Figura 18: Gráfico Região onde morava o usuário

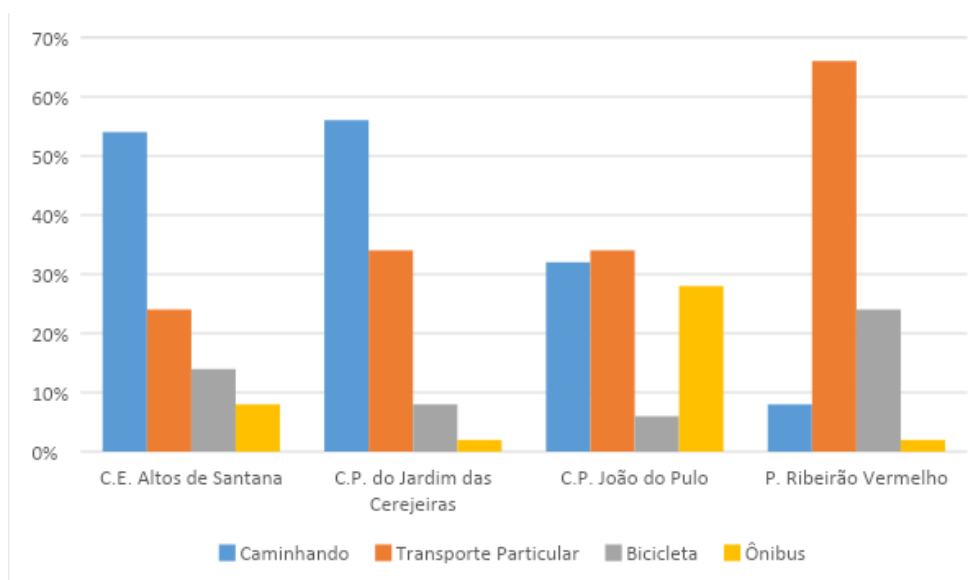


Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião pública (julho e agosto/2023).

Seguindo a abordagem sócio territorial (Figura 19), perguntou-se ainda nos quatro espaços como se acessava o Centro Esportivo ou parque. Esta dimensão é

importante por caracterizar a materialização da política pública de esporte e lazer.

Figura 19: Gráfico Acesso ao Centro Esportivo



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião pública (julho e agosto/2023).

Sobre o bairro Urbanova os Indivíduos responderam ao questionário de como avalia o bairro onde o Centro Esportivo foi instalado: 88% boa estrutura física e 12% não souberam responder.

O **parque Ribeirão Vermelho**, apesar de estar localizado em uma Região afastada do centro da cidade, o bairro é de classe média alta e o parque é cercado por vários condomínios de luxo, onde a Região conta com planejamento urbano organizado. Os Indivíduos responderam ao questionário de como avalia as vias de acesso onde o Centro Esportivo foi instalado: 86% Bom, 10% regular e 4% Ruim.

A maior porcentagem é considerada boa pelo fácil acesso do transporte particular, e como é uma Região onde os moradores na sua maioria têm veículos particulares e a Região foi planejada principalmente para este tipo de transporte. Uma porcentagem de indivíduos que avaliaram como regular o acesso, porque o Centro Esportivo fica localizado distantes das moradias destes entrevistados. Sobre o modo como o usuário avaliava o bairro onde o Centro Esportivo encontra-se instalado, 96% responderam que o bairro possui uma boa infraestrutura urbana; 2%

classificaram como péssima e 2% não souberam responder.

**O Centro Esportivo de Altos de Santana**, está em uma localização acessível, onde a Região conta com vários estabelecimentos comerciais, educativos, religiosos e 2 supermercados de grande porte e próximo do centro da cidade. Isto pode ser a causa da avaliação positiva.

Referente às condições das vias de acesso ao Centro, dos 50 respondentes, 86% disseram estar em boas condições; 10% responderam que a qualidade é regular e 4% disseram que as vias estão em condições ruins.

A maior porcentagem é considerada boa pelo fácil acesso do transporte público e particular é considerado um Centro Esportivo novo tem espaços e equipamentos esportivos em excelente estado de conservação. Uma porcentagem até significativa de indivíduos que avaliaram como regular o acesso, porque o Centro Esportivo fica localizado próximo ao rio Paraíba do Sul, e alguns dos entrevistados, **alegaram falta de iluminação na ciclovia do bairro, para os indivíduos que acessam o Centro Esportivo caminhando ou de bicicleta, não é perigoso.**

A segurança no bairro onde o Centro Esportivo foi instalado os Indivíduos responderam ao questionário: 84% Bom, 6% regular e 2% Ruim e 8% não sabe responder. A maior porcentagem é considerada boa, quando se perguntou sobre segurança no bairro, a segunda maior porcentagem sobre a segurança do bairro foi que não souberam responder principalmente por vários entrevistados não residiam no bairro e não podiam dar o seu parecer sobre o assunto.

Já para o Centro Esportivo Altos de Santana, em relação à forma de acesso ao local, 54% responderam ir caminhando até o Centro; 24% fazem uso de automóvel particular; 14% se utilizam de bicicletas e 8% fazem uso de transporte coletivo. A localização do **Centro Esportivo no bairro** possibilita que a maioria dos usuários que responderam à pesquisa de opinião, acessem o Centro Esportivo caminhando. Tal como foi respondido no caso do Centro Esportivo do Jardim Cerejeira, na Zona Leste. O acesso é: 56% caminhando, 34% transporte particular, 8% bicicleta e 2% ônibus.

A localização do Centro Esportivo no bairro possibilita que a maioria dos usuários que responderam à pesquisa de opinião acessem o Centro Esportivo caminhando, um número significativo de indivíduos que responderam à pesquisa acessa o local com transporte particular, porque a localização do Centro Esportivo está em um declive que dificulta se locomover até o Centro Esportivo,

principalmente para o lazer com crianças pequenas.

Em relação a segurança no bairro onde o Centro Esportivo foi instalado, os indivíduos responderam ao questionário de como avalia a segurança no bairro onde o Centro Esportivo está instalado: 50% Bom, 30% regular e 18% Ruim e 2% não sabe responder.

Destaca-se também que os usuários do Centro Esportivo João do Pulo também acessam o espaço majoritariamente por transporte particular, mas seguindo pela caminhada, o que nos chamou bastante atenção, tal como nos outros espaços. Os indivíduos responderam ao questionário como acessar o Centro Esportivo: 34% transporte particular, 32% caminhando, 28% ônibus, 6% bicicleta.

A localização do **Centro Esportivo e a Região Sul** possibilitam várias alternativas para o acesso dos usuários e sendo o Centro Esportivo, o local que algumas modalidades esportivas que representam a cidade em competições e utilizam para treinamento a indivíduos de outras regiões. Logo, a circulação de indivíduos de fora é rotineira.

Em relação ao bairro onde o Centro Esportivo foi instalado, os indivíduos responderam ao questionário de como avalia o bairro onde o Centro Esportivo foi instalado: 94% boa estrutura física e 6% não souberam responder.

O Centro Esportivo de João do Pulo, está em uma localização acessível onde a Região conta com vários estabelecimentos comerciais, educativos e religiosos, incluindo shopping center. As vias de acesso onde o Centro Esportivo também é algo que chama atenção: 80% avaliam como Boa, 16% regular e 4% Ruim.

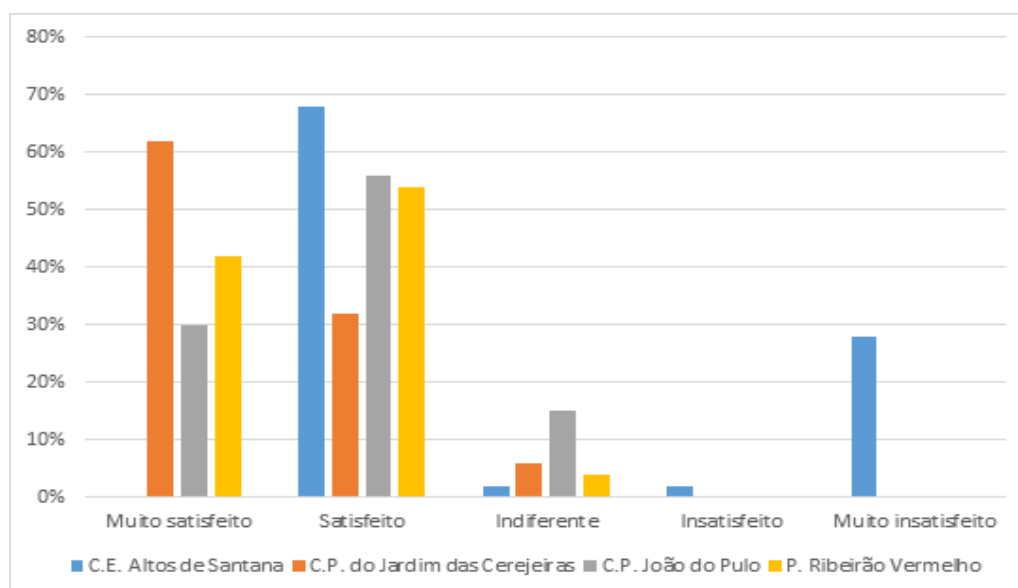
A maior porcentagem é considerada boa pelo Centro Esportivo por estar próximo a via Dutra, anel viário e da linha verde e com fácil acesso do transporte público e particular e com várias ciclovias na Região. Uma porcentagem até significativa de indivíduos que avaliaram como regular o acesso, porque o centro fica em uma avenida com um declive considerável, para os indivíduos que acessam o Centro Esportivo caminhando ou de bicicleta.

E por fim, a questão da segurança dos Indivíduos que responderam ao questionário de como avalia a segurança no bairro onde o Centro Esportivo está instalado: 62% Boa, 22% regular e 10% Ruim e 6% não sabe responder. A maior porcentagem é considerada boa pelo Centro Esportivo, quando se perguntou sobre segurança no bairro, e uma porcentagem significativa responderam que a segurança

do bairro onde o Centro Esportivo está localizado está regular ou ruim.

Em uma última análise, consideramos a opinião dos usuários sobre a qualidade dos equipamentos e nível de satisfação (Figura 20). Verificou-se que é alto os índices para todos os espaços.

Figura 20:Gráfico nível de satisfação com o Espaço



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião pública (julho e agosto/2023).

O centro poliesportivo José Adailson Vieira Pinto no Altos de Santana e o centro poliesportivo Policial Militar José Carlos das Neves no Jardim das Cerejeiras, os moradores têm facilidade de acesso a estes centros poliesportivos, a utilização dos mesmos é efetiva com a participação dos munícipes residente no bairro.

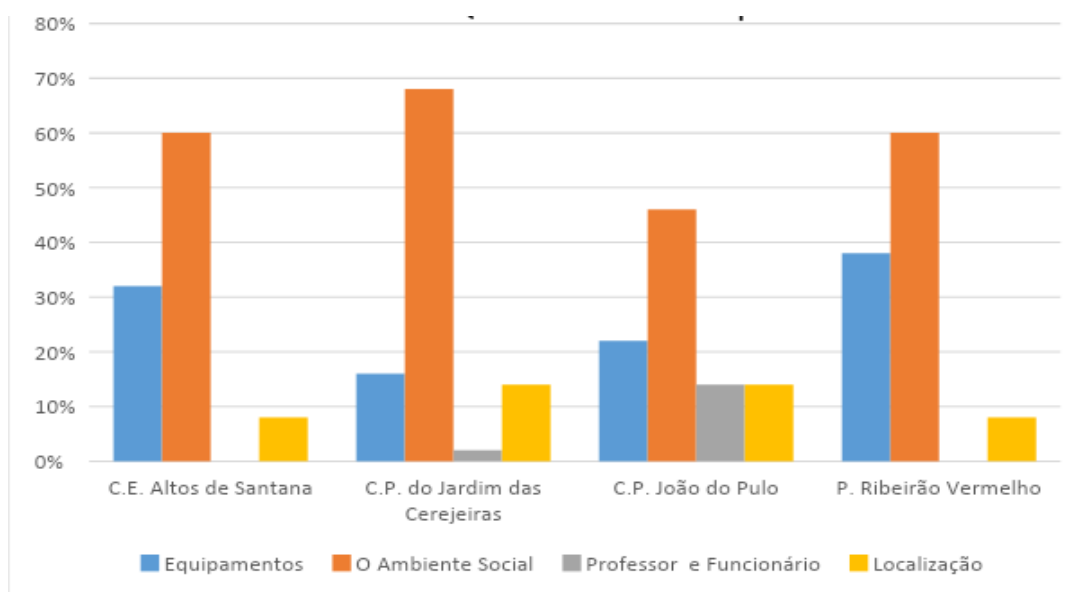
Observou se que o centro poliesportivo do João do Pulo tem características diferentes dos outros dois centros esportivos, pois ele é apropriado na sua maioria por indivíduos que participam das modalidades esportivas oferecidas pelo centro João do Pulo nos dias da semana, e nos finais de semana a sua utilização pela população é pequena, onde os usuários de fim de semana, na sua maioria são equipes de futebol que disputam campeonatos.

O Parque Osvaldo Enrique Cameschi (Ribeirão Vermelho) tem uma estrutura física e de equipamentos diversificados, mas por estar localizado em um bairro afastado do centro urbano, ele tem uma baixa apropriação dos munícipes de outras regiões da cidade nos dias de semana, que precisam se locomover até o parque

através de transporte público ou carros particulares, já nos finais de semana ocorre um aumento de pessoas que utilizam o parque para fins recreativos e de lazer, onde muito destes usuários são pessoas de outros bairro que vem conhecer a estrutura do parque Ribeirão Vermelho.

Os espaços esportivos e toda a dinâmica política e social que os envolve, possibilitam uma análise reflexiva sobre as relações de poder que ocorrem no âmbito das cidades. Um olhar mais atento sobre esses espaços em São José dos Campos, nos mostra que os mesmos se diferem não apenas pela sua natureza – lazer ou esporte –, mas, pela qualidade de seus equipamentos, infraestrutura de acesso, público frequentador, etc. Observa-se pelos dados do gráfico (Figura 21) que os usuários julgam que o Ambiente Social é amplamente valorizado.

Figura 21: Gráfico: Qualidade do Centro Esportivo



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião pública (julho e agosto/2023).

No que toca aos equipamentos observa-se uma crítica vinculada ao Centro Poliesportivo do Jardim Cerejeira. Os indivíduos que responderam ao questionário sobre o quanto estão satisfeitos em utilizar o Centro Esportivo: 62% estão satisfeitos, 32% estão muito satisfeitos e 6% são indiferentes.

A maioria está satisfeito porque observa que apesar de ser um Centro Esportivo novo e bem conservado com vários equipamentos e espaço para a prática esportiva e de lazer, ainda falta aproveitar melhor a dimensão privilegiada do Centro

Esportivo e adicionar mais equipamentos que possam contemplar as crianças de as faixas etárias e não somente as crianças maiores. Os indivíduos que responderam indiferentes estão a pouco tempo utilizando o Centro Esportivo. Sobre os funcionários/atendimentos. Os Indivíduos que responderam ao questionário sobre o quanto estão satisfeitos com o atendimento dos funcionários e professores do Centro Esportivo: 38% estão muito satisfeitos, 28% estão muito satisfeitos, 34% são indiferentes.

Apesar de a maioria estar satisfeita ou muito satisfeita, o número de pessoas que estão indiferentes, insatisfeitas é relevante, e ocorre esta insatisfação porque os indivíduos que utilizam o espaço e equipamentos do Centro Esportivos gostariam de um número maior de aparelhos infantis para os filhos menores.

Já quando se trata do Equipamentos do parque Ribeirão Vermelho, os usuários estão mais satisfeitos. O parque está aparelhado com equipamentos para atividade física, mas a sua maior característica ainda e de lazer, por isso a grande maioria dos usuários do parque se apropriando dele para o lazer, tendo um espaço territorial grande e está dividido em 2 territórios separados por uma pequena mata, interligados por uma pista de caminhada e ciclismo.

A ocupação do espaço foi planejada para a prática esportiva e lazer, possibilitando a prática esportiva e lazer de qualidade. Os Indivíduos que responderam ao questionário sobre o quanto estão satisfeitos em utilizar o Centro Esportivo: 54% estão satisfeitos, 42% estão muito satisfeitos, 4% são indiferentes.

O parque foi o espaço público esportivo com a maior porcentagem de pessoas que responderam na pesquisa muito satisfeito, o entende-se que por ter um maior interesse das pessoas no lazer e sendo ele um parque novo com equipamentos de qualidades e várias opções para a prática de atividades recreativas, os usuários do parque que responderam à pesquisa como satisfeito, na sua maioria entende que eles está localizado em uma Região distante do centro urbano restringindo o acesso das população que não tem um meio de transporte de a disposição. Os indivíduos que responderam indiferentes estão a pouco tempo utilizando o parque. Quando questionados se sente satisfeito com o atendimento dos funcionários e professores do Centro Esportivo os Indivíduos que responderam ao questionário sobre o quanto estão satisfeitos com o atendimento dos funcionários e professores do Centro Esportivo: 30% estão satisfeitos, 18% estão muito satisfeitos,

50% são indiferentes e 2% insatisfeito.

No entanto, se observa que no Centro João do Pulo há um nível de insatisfação vinculado ao uso do espaço para atividades nem sempre vinculadas ao lazer ou ao esporte amador. Em relação aos equipamentos disponibilizados no Centro Esportivo, os usuários dizem que estão satisfeitos com o espaço e equipamentos do Centro Esportivo: 46% estão satisfeitos, 22% estão muito satisfeitos, 14% são indiferentes, 14% insatisfeito e 4% muito insatisfeito.

O parque está localizado em uma Região afastada do centro considerado central, o que se entende o porquê a maioria dos usuários utilizam o transporte particular para a apropriação do parque Ribeirão Vermelho, muitos usuários também utilizam a bicicleta para chegarem ao parque e estes usuários são na sua maioria adolescentes que residem nas regiões próximas ao parque Ribeirão Vermelho.

Em última análise sobre as condições da política pública de esporte de São José dos Campos, e dos espaços esportivos encontramos em um documento institucional o seguinte discurso<sup>26</sup>:

*"Esporte e lazer para todos, um compromisso cumprido com sucesso"*

*Todas as divisões do Departamento de Esportes e Lazer (DEL) – Divisão de Atividades Esportivas e Comunitárias (Daec), Divisão de Recreação e Lazer (DRL) e Divisão de Torneios e Competições (DTC)– **tiveram um desempenho acima de todas as expectativas**, graças a uma estrutura de governo que trabalhou unida e em sintonia perfeita.*

***Na Daec, cumprimos nossa principal missão, a de disponibilizar o esporte comunitário para todos, desde a infância até a terceira idade, sem nenhuma discriminação, seja de peso, idade, raça ou qualquer outra.** Iniciamos a gestão com oferta muito baixa de vagas nas unidades esportivas e conseguimos quase dobrar essa oferta, partindo de cerca de 17.000 em 2017, para alcançar mais de 30.000 em 2020. Hoje, são 42 modalidades em três períodos – manhã, tarde e noite–, ou seja, há oferta e horário para todos os gostos e necessidades.*  
(...)

***Com relação aos espaços esportivos, a missão da gestão 2017/2020 não foi a construção de novas unidades, mas a revitalização de todas as existentes, deixando-as em ótimas condições estruturais de utilização.** Foi o que fizemos. Em quatro anos, todas as unidades foram recuperadas. Além disso, deixamos nossas 15 piscinas públicas também revitalizadas e com*

<sup>26</sup> Disponível em: Relatório <https://www.sjc.sp.gov.br/transicao/SEQV/SEQV%20-%20APRESENTA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em 04 de jun. 2024.

aquecimento em perfeito funcionamento.

**Mesmo assim, foi criada mais uma unidade esportiva, o Centro Poliesportivo Jardim Santa Inês, e revitalizadas outras três, os Polis do Campo dos Alemães, Cerejeiras e Altos de Santana. Esses dois últimos tinham problemas ligados a depredações e consumo de drogas nas imediações.** Hoje, esses problemas estão superados e os locais são nossos dois melhores espaços para lutas e danças. No Campo dos Alemães, após um incêndio, reconstruímos o que foi afetado e instalamos uma nova sala de ginástica.

Já a revitalização do **Centro Poliesportivo João do Pulo**, no Jardim Satélite, **constou da construção de uma pista de atletismo** de oito raias, dotada de todas as especificações exigidas para competições oficiais da CBAAt (Confederação Brasileira de Atletismo).

Na Daec, estamos encerrando 2020 com chave de ouro, com a instalação de um salão de ginástica na Vista Verde, que era um sonho antigo da população do bairro. Outra realização importante foi a implantação de piscinas verticais, uma novidade que tem feito a alegria de crianças e adultos. **A primeira foi instalada no Parque Ribeirão Vermelho, na região oeste.** Depois, vieram as piscinas verticais do Campo dos Alemães, na região sul, e do Santa Inês, na região leste.

Já a DRL aumentou o número de atendimentos **no programa Ruas de Lazer**. No Projeto Verão, a grande novidade foi a implantação do sistema de inscrição e frequência por meio do aplicativo São José Viva.

O São José Viva foi criado na área da Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida e, devido ao amplo sucesso, foi estendido para a área social do governo e para a Fundação Cultural Cassiano Ricardo. **O aplicativo é ótimo para quem o utiliza porque, além de dar máxima transparência a todo o sistema, permite que os usuários saibam qual o número de vagas e o local das modalidades oferecidas.** Assim, conseguem escolher as suas modalidades preferidas, inscrevendo-se o mais próximo possível de suas casas. No DEL, o São José Viva dá suporte à Daec e à DRL.

Na DTC, as Copas Populares de Futebol e a Copa Joseense são um grande sucesso, atendendo milhares de atletas de todas as idades. Pegando carona nesse sucesso, foi criada a Copa Popular de Tênis de Campo, que também agradou em cheio. O destaque do programa Cidade em Movimento foi a regularização da forma de contratação dos professores de educação física que atuam nas academias ao ar livre. Hoje, todos são regidos pelo regime da CLT. Fizemos isto sem perder qualidade no atendimento. **Além disso, os equipamentos e instalações das academias receberam rigorosa manutenção nesses quatro anos.**

As academias ao ar livre ganharam outra importante função nesta gestão. Em parceria com a Secretaria de Saúde, foi criado o Projeto Caminhar, pelo qual a atividade física de munícipes atendidos nas Unidades Básicas de Saúde é controlada pelos profissionais das academias e repassada para a UBSs.

**Nosso desafio para o futuro é chegar até os extremos das periferias. A cidade cresce e nossas unidades devem acompanhar essa expansão, levando atividades para os novos loteamentos. Quando a cidade cresce, os equipamentos públicos devem acompanhar. É o que fizemos nesses quatro anos**

***e esperamos que continue a ser feito nos próximos anos.***  
*Itamar Lisboa Pinto - Diretor - Departamento de Esportes e Lazer.*

O relato do Diretor no relatório das atividades de (2017-2020) demonstra que o "sucesso" é parcial, considerando que em última análise sugere que os "extremos das periferias" ainda não são atendidas com qualidade. Ou seja, isso contradiz sua fala inicial, "Na Daec, cumprimos nossa principal missão, a de disponibilizar o esporte comunitário para todos" . Observa-se também uma certa visão voltada à criminalidade e uso de drogas em alguns centros esportivos e que somente a revitalização foi capaz de superar o problema.

Os usuários entrevistados na pesquisa de opinião nos equipamentos analisados em nossa pesquisa reconhecem que o aplicativo, como forma de acesso às atividades, é pouco eficiente à população que não tem entendimento do mundo digital ou estão em condição vulnerável. O que na visão do Diretor foi um grande ganho, quando os usuários o acessam dificilmente as vagas estão amplamente disponíveis, ou seja, ainda há muitos desafios no quesito organização do espaço urbano, acesso à cidadania como questão de planejamento e esporte em São José dos Campos. A participação cidadã no controle social e qualidade dos equipamentos é fundamental, uma dimensão que a pesquisa apontou.

O discurso que o diretor apresentou mostra uma clara intenção de promover a inclusão e expandir o acesso ao esporte comunitário em toda a cidade. No entanto, há uma desconexão entre os temas abordados nas duas partes do texto que pode ser identificada da seguinte maneira

O relato do diretor enfatiza o compromisso com a inclusão no esporte comunitário, garantindo acesso a todas as pessoas, independentemente de características pessoais. Esse é um objetivo claro e específico que reflete um compromisso com a equidade e o acesso universal, porém, quando fala sobre a necessidade de expandir o esporte comunitário para as áreas periféricas da cidade, acompanhando o crescimento urbano. Essa parte se concentra mais na questão da expansão geográfica e na adaptação dos serviços à nova demanda resultante da urbanização.

A desconexão entre o compromisso realizado e a expansão dos espaços periféricos, isso ocorre porque não há uma conexão explícita entre a inclusão de todos e a expansão para a periferia, isto não explica claramente como a expansão para os bairros periféricos, está ligada ao compromisso com a inclusão e à oferta de

esporte para todos. Ele aborda a inclusão no início e a expansão posteriormente, mas não mostra como a expansão geográfica vai garantir ou melhorar essa inclusão.

## 7 CONCLUSÃO

As políticas públicas relacionadas ao esporte e ao lazer têm transformado o contexto urbano brasileiro, impactando o desenvolvimento social e urbano. Esta tese demonstrou que os espaços públicos esportivos e de lazer estão intrinsecamente ligados ao planejamento urbano e às políticas públicas de desenvolvimento social no Brasil, que, em um sentido histórico amplo, moldaram a realidade em municípios como São José dos Campos. Esse debate foi apresentado na tese em quatro seções.

Na seção um, intitulada “Cidadania no Brasil: o debate do direito à cidade e do espaço cidadão”, discutiu-se a relação entre cidadania e urbanização, que impactou a qualidade de vida da população brasileira, gerando inúmeras desigualdades. A comercialização do espaço urbano, por meio da especulação imobiliária, transformou as cidades em centros de consumo que beneficiam principalmente interesses corporativos e marginalizam as camadas menos favorecidas. O direito à cidade, defendido por diferentes intelectuais do planejamento urbano e outras áreas, estabelece que todos os cidadãos devem se beneficiar das transformações urbanas. A evolução da cidadania no Brasil, desde a ditadura até a Constituição de 1988, afetou a garantia dos direitos civis, políticos e sociais. Com a urbanização, observou-se um aumento da exclusão social, especialmente das populações vulneráveis nas periferias. As políticas públicas de esporte e lazer apresentam-se como fundamentais para o desenvolvimento humano em espaços precarizados.

Na seção dois, “Espaços públicos esportivos e de lazer/esporte e desenvolvimento social: o caso brasileiro”, realiza-se uma análise da transformação das políticas públicas relacionadas ao esporte e ao lazer, desde o Estado Novo getulista, passando pelo governo de Juscelino Kubitschek até o período militar. Verifica-se que o planejamento urbano e as políticas esportivas incentivaram a construção de espaços esportivos e públicos para lazer. No entanto, as diferenças entre áreas centrais e periféricas são evidentes. O pouco investimento e a má conservação dos espaços nas periferias servem como um alerta de que as políticas públicas devem buscar a inclusão e a qualidade desses espaços para promover um desenvolvimento social mais justo.

Na seção três, intitulada “Políticas públicas e planejamento dos espaços

esportivos a partir de uma visão político-institucional”, analisa-se o caso das políticas públicas de esporte e lazer implementadas ao longo das últimas décadas em São José dos Campos. Verifica-se que essas políticas começaram ainda na expansão industrial e urbanística, configurando a distribuição e o acesso aos espaços esportivos em diferentes regiões da cidade. Observa-se que desigualdades na distribuição de recursos são visíveis entre as regiões. A ineficácia das políticas públicas implementadas nos Planos Diretores e os desafios enfrentados, como a falta de continuidade e as mudanças políticas, dificultaram o desenvolvimento de uma política sólida e expansiva de distribuição de equipamentos. O esporte tem sido utilizado para promover a cidadania no município, mas também para engajamento político.

Na quarta e última seção, intitulada “A apropriação dos espaços públicos e de lazer em São José dos Campos a partir da visão dos usuários dos espaços esportivos e de lazer”, a tese trouxe contribuições da pesquisa de campo realizada em três Centros Poliesportivos: João do Pulo, José Adailson Vieira Pinto e Poliesportivo Policial Militar José Carlos das Neves, além do Parque Ribeirão Vermelho. A pesquisa revelou que esses locais contribuem para a melhora da saúde e do bem-estar dos moradores, além de promover a socialização dos frequentadores. A maioria dos entrevistados expressou satisfação com a manutenção e a qualidade dos equipamentos, embora tenham apontado dificuldades na comunicação sobre as atividades disponíveis nos espaços públicos esportivos e de lazer. A utilização dos espaços varia dependendo da localização e da infraestrutura; os centros mais novos atraem maior adesão para atividades físicas e recreativas, enquanto o Centro Poliesportivo João do Pulo é mais utilizado para competições esportivas.

No percurso realizado na tese nas quatro seções indicadas acima, a análise das políticas públicas de esporte e lazer em São José dos Campos revelou uma trajetória marcada por avanços e desafios persistentes. O município buscou a integração desses espaços no planejamento urbano, refletindo um compromisso com a inclusão e o desenvolvimento social. No entanto, as desigualdades socioeconômicas ainda influenciam a distribuição e a acessibilidade a esses recursos, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais equitativa e estratégica.

Os espaços esportivos estudados oferecem uma possibilidade reflexiva interessante considerando que materializam reflexões ideológicas complexas da política brasileira nos últimos quarenta anos, após a Constituição Federal de 1988. A luta pela consolidação do espaço cidadão passa pela esfera política, em que se deve considerar os entes federados: A união, os Estados e a ordem local, realizada no município.

O município de São José dos Campos tem avançado no debate sobre as políticas públicas de esporte e lazer bem definidas e ancoradas em diversos programas para atender não só as crianças, mas os jovens, adultos e idosos. O município proporciona à população diversos centros poliesportivos e unidades associadas, como no Alto de Santana, João do Pulo, Jardim Cerejeiras, Novo Horizonte, Jardim Morumbi, São Judas Tadeu, Vila Tesouro, Campos dos Alemães e Dom Pedro I, com várias modalidades esportivas oferecidas, como: Lutas, Futebol, Basquete, Vôlei, Futsal, Atletismo, Ginástica e Dança.

No entanto, verifica-se que os centros poliesportivos e parques têm características que os diferenciam devido à sua localização e estrutura. A satisfação dos usuários com os espaços esportivos e de lazer existentes, como o Centro Poliesportivo João do Pulo e o Parque Ribeirão Vermelho, sublinha a importância desses locais para a qualidade de vida e a integração social.

Todavia melhorias na comunicação e na acessibilidade das informações sobre atividades são necessárias para maximizar os benefícios desses espaços. Em paralelo com a pesquisa de opinião pública, observou-se que em bairros periféricos verifica-se um desgaste nos equipamentos, diferentemente de regiões mais elitizadas da cidade, o que exige um olhar mais atencioso da gestão pública.

Além disso, para uma avaliação eficaz desses espaços, é importante considerar a relação do usuário, logo, esta pesquisa aposta na necessidade do aprofundamento da visão dos frequentadores dos espaços na avaliação dos equipamentos e das políticas públicas, por meio de uma abordagem qualitativa.

Apesar das diferenças dos espaços esportivos em São José dos Campos, eles promovem a atividade física, o lazer e a socialização para o munícipe, e se tornam ainda espaços onde pessoas de todas as idades podem se exercitar promovendo um estilo de vida mais ativo e equilibrado, considera-se por fim que esses espaços assumem uma importância nas políticas públicas voltadas ao Planejamento Urbano.

A diversidade na localização e estrutura dos centros poliesportivos e espaços de lazer possui um caráter central no cotidiano dos praticantes de esportes, e para as comunidades no geral colaborando para a efetividade de uma cidade mais justa e cidadã.

Concluiu-se que para melhorar a eficácia das políticas públicas é essencial promover a participação ativa da comunidade e assegurar maior transparência na gestão. Um compromisso contínuo com a equidade e a inclusão será fundamental para garantir que todos, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso a oportunidades de esporte e lazer de qualidade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. B. **Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas à produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização através da “teoria da ação comunicativa”**. 2008. Tese (doutorado) UNICAMP – Faculdade de Educação Física. Campinas, SP, 2008.
- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas à produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.25, n.1, p.137-52, jan./mar. 2011.
- ALVARENGA, DANIELA DAS NEVES; RESCHILIAN, PAULO ROMANO; GUERRA, ROBERTA. Local de moradia e vulnerabilidade social na região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e em São José dos Campos-SP. **Oculum Ensaios**, v. 15, n. 1, p. 149-169, 2018.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASCHER, F. **Metapolis acerca do futuro das cidades**. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- BARBOSA, F. S. Espaços e Equipamentos de lazer: apontamento para uma Política Pública. *In: MARCELLINO, N. S. Políticas públicas de lazer*. Campinas, S.P: Editora Alínea, 2008. 186 p.
- BITTENCOURT, T. **Arquitetura Sanatorial São José dos Campos**. São José dos Campos: T. M. M. Bittencourt, 1998.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus. 1992
- BOLOGNA, S. M. F. **A experiência dos planos diretores de São José dos Campos: instrumentos eficazes de planejamento urbano ou obras de consulta acadêmica**. 2000. 263 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2000.
- BONALUME, C. R. O Paradigma da Intersetorialidade nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2011. DOI: 10.35699/1981-3171.2011.782. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/782>. Acesso em: 6 set. 2024.
- BRAGA, M. **O Concurso de Brasília**. São Paulo: Cosac Naify. 2010.
- BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. *In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (org.). Família & escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-83.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Departamento de Educação Física e Desportos. Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos.** Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.

BRASIL. Presidência da República. lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, p. 2, 25 mar. 1998. (LEI PELÉ). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9615Compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615Compilada.htm). Acesso em: 23 abr. 2024.

Brasília: Charbel. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB.** 1ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 221–236, maio de 2006.

BURITI, M. S. L. Variáveis que influenciam o comportamento agressivo de adolescentes nos esportes. In: BURITI, Marcelo de Almeida (Org.). **Psicologia do Esporte.** 2ª Edição. Campinas: Editora Alínea, 2001.

CAMPOS, F. R. **A influência da ferrovia Norte-Sul no desenvolvimento regional do território goiano.** 2015. 158f. Tese (Doutorado em Geografia na área de Estudos Socioambientais). Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, 2015.

CAPACIDADES. **Curso a distância de auto instrução - Instrumentos do Estatuto da Cidade.** Parte 1 – Planejamento urbano e plano diretor; Módulo I: Introdução ao planejamento urbano. Brasília: Ministério das Cidades, 2014.

CAPELATO, M. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos avançados**, v. 23, p. 303-314, 2009.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHUSTER, V. **São José dos Micuins: Almanaque de curiosidades históricas de São José dos Campos no período da.** 1ª ed. São José dos Campos: Vallilo, 2011.

CONFED. **CREFs.** Rio de Janeiro: CONFED, 2022. Disponível em: <https://www.confef.org.br/confefv2/> Acesso em: 6 set. 2024.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

COUTINHO, R.X.; ACOSTA, M.A.F. Ambientes masculinos da terceira idade. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.14, n. 4, p.1111-1118, 2009.

DEL RIO, V.; GALLO, H. **O legado do urbanismo moderno no Brasil. Paradigma realizado ou projeto inacabado?** São Paulo: Arquitextos, 2000.

DINIZ, C.C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2001.

DOWBOR, L. **O mosaico partido.** Petropolis: Vozes, 2002.

DRUMOND, M. O esporte como política de Estado: Vargas. *In:* DEL PRIORE Mary; MELO, Victor Andrade de (orgs.). **História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais.** São Paulo: Unesp, 2009, p. 213-244.

DUARTE, C. E. Educação Física e desportos. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 104, p. 78-80, 1978.

DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Edições 70, 2005.

FERNANDES, E. Constructing the 'right to the city' in Brazil. **Social & Legal Studies**, v.16, n.2, p. 201-219, 2007.

FIGUEIREDO, R.; CERVELLINI, S. Contribuições para o conceito de opinião pública. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 3, p.171-185, dez. 1995.

FLEURY, S. Políticas sociais e democratização do poder local. *In:* VILARTA, Roberto. (ORG.) **Qualidade de vida e políticas públicas: Saúde, lazer e atividade física.** Campinas: IPES Editorial, 2004.

FOLHA DA TARDE. Palmeiras comemora o seu 66º aniversário. **Folha da Tarde**, {Porto Alegre}, 26 ago. 1980.

FRANÇA, L. M. G. **Trabalho e poder: relações de trabalho na Fazenda do Poço - São José dos Campos (1930 - 1950).** 2008. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) Universidade do Vale do Paraíba, 2008.

GEBARA, A. Esportes: cem anos de História. *In:* ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, 3., 1995, Curitiba. **Anais [...].** [S.l.]: CEV, 1995. Disponível em: <https://cev.org.br/biblioteca/esportes-cem-anos-de-historia/>. Acesso em: 17 set. 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere:** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3

HAFFNER, J. A. H. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961).** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2002.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 29, p. 73–89, 2012. DOI:

10.23925/lis.v0i29.18497. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/lis/article/view/18497>. Acesso em: 6 set. 2024.

HOLSTON J. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. **Rev. Brasileira Estudos Urbanos**, Recife, v.18, n.2, p.191-204, maio - ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KURKDJIAN, M. L. O espaço urbano e a clandestinidade: um estudo de caso dos loteamentos clandestinos no município de São José dos Campos. *In*: 10., ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Anpur, 2003. Disponível em: <https://anpur.org.br/anais-do-x-ena/> Acesso e: Ago. 2024.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social.). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LE CORBUSIER, 1887-1965. **A Carta de Atenas (versão de Le Corbusier)**. tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, (Estudos Urbanos) 1993.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008. 2008.

MARCELLINO, N. C. *et al.* **Espaços e equipamentos de lazer na Região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: OPUS, 2007.

MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas de lazer**. Campinas, S.P: Editora Alínea, 2008. 186 p.

MARIANO, S. H.; MARCELLINO, N. C. Equipamentos de lazer em cidades pequenas da Região Metropolitana. **Revista Licere, Belo Horizonte**, v.13, n.2, p.168-178, 2010.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. **Estudos Avançados**, v.25, n.71, p. 7–22, 2011.

MARICATO, E. O estatuto da cidade periférica. *In*: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (orgs.). **O estatuto da cidade: comentado**. São Paulo: Aliança das Cidades; Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar,

1967.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. Tese (doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

MATTEDI, A. P. *et al.* Desenvolvimento econômico, social e tecnológico: sob uma perspectiva dos indicadores. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 8, n. 2, 2015.

MAZO, J. Z. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969). **Movimento**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 143–167, 2007. DOI: 10.22456/1982-8918.2857. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2857>. Acesso em: 9 set. 2024.

MELLO, A. S; VOTRE, S. J. Representações sociais sobre a educação física na educação infantil. **Revista da Educação Física** (UEM. Online), v. 23, p. 01, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v23i3.12684>. Acesso em: 16 set. 2024.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

NASCIMENTO, F. O. Política de esportes durante a ditadura militar: educação física, moral e cívica. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIA E PARCERIAS, 18., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2018.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel *et al.* **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE, 2013.

OLIVEIRA, Anelize Martins de. Ensaio teórico: o significado da cultura para o turismo com base local. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 6, n. 4, 2006. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/138>. Acesso em: 9 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comissão Econômica para América Latina e Caribe. CEPAL. **O que é a CEPAL**. [S.l.: s.n.], 2015.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense; 1994.

PAPALI, M. A. (org.) **Histori(cidade)s**: um Olhar Multidisciplinar. São Paulo: Editora: Annablume, 2008.

PEREIRA, R. B. Esporte amador: a busca de bons resultados. **Revista de**

**Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 107, p. 17-21, 1979.

PEREZ, S. M.; ROSE JÚNIOR, D.; BONJADIM, E. Condições de preparo de equipes colegiais para competições interescolares. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 106, p. 22-28, 1979.

PINTO, L. M, S. de M. Inovação e avaliação: desafios para as políticas públicas de esporte e lazer. *In*: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. (org). **Educação Física e lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

QUEIROGA, E. F. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

QUEIROZ, A V. **Com a palavra, o prefeito: perfis e depoimentos dos políticos que governaram São José dos Campos na segunda metade do século 20**. São José dos Campos, SP: Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2008. 497 p.

QUEIROZ, P. **Ensaio crítico: direito, política e religião**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011. 165 p

QUINTO JÚNIOR, L. P. Nova legislação urbana e os velhos fantasmas. **Estudos Avançados**, v.17, n.47, p. 187-196, 2003. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142003000100011>

RAMOS, J. J. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte I). **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 106, p. 15-20, 1979.

RAPOSO, T. J. N. SENHORAS, E. M. Uma leitura clássica do “espaço do cidadão” na democracia. **Revista Equador**, v. 4, n. 4, p. 01-05, 2015. <https://comunicata.ufpi.br/index.php/equador/article/view/4334>

RIBEIRO, L. C. Q. O estatuto da cidade e a questão urbana brasileira. *In*: RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. (orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ROCHA, P. S. O. Treinamento em circuito racionalizado para o voleibol. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 107, p. 69-72, 1979.

ROQUE, Z. S. S. **A cidade, o futebol e o trabalho: memórias do futebol de fábrica - São José dos Campos 1920-2010**. 2012. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROSÁLIA, D. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.139-154, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2023.

ROSSETTO JÚNIOR A. J.; BORIN, M. E. S. Políticas públicas de esporte no

Brasil e os nexos com os megaeventos esportivos. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte**, São Paulo, v. 2, p. 154-172, 2017.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, n. 1, p. 115-115, 1999..

SANTOS, A. P. **A estética estadonovista**. 2004. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SANTOS, E. C. **Percepção do espaço e do meio ambiente por uma comunidade ribeirinha: estudo de caso da comunidade Beira Rio, São José dos Campos - SP**. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2008.

SANTOS, E. S.; HIRATA, E. Investimento na função desporto e lazer por níveis de índice de desenvolvimento humano. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 2, p. 49-55, 2017.

SANTOS, J. M. C. M. Urbanização, estádios de futebol e ditadura civil-militar: possibilidades de investigação no acervo digital do Sian. **Acervo**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 1–15, 2023. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1897>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**, Hucitec, São Paulo, 1998.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. **Time-Space Relations in the Underdeveloped World**. Tanzania: Department of Geography, University of Dar-es-Salaam.1974. (ed. Mimeo.)

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Prefeitura. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado**. Lei Complementar, 612. 2018. PMSJC. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/urbanismo-e-sustentabilidade/planejamento-urbano/plano-diretor/plano-diretor-de-desenv-integrado/>. Acesso em: 12 set. 2024.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Prefeitura. **Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida**. São José dos Campos, SP: PMSJC, 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Prefeitura. **Secretaria de Segurança Pública**. São José dos Campos, SP: PMSJC, 2023.

SAPUCAHY, M. L., BRAGA, R. Planejamento urbano e política habitacional em São José dos Campos: Análise dos planos diretores de desenvolvimento. ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA - ENANPEGE, 13., 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPEGE, 2019.

SARAIVA E.; FERRAREZI E. **Políticas públicas**: Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SAUWEN, I. A importância da recreação no mundo atual. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 100, p. 46, 1976.

SERPA, Â. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, C. H. M. **Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju**. 2009. Doutorado (tese) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2009.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas: Núcleo de Políticas Públicas da Unicamp, 2000. (Caderno nº 48).

SILVA, D. S.; SANTOS, M. I.; AVILA, M. A. Intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer no município de Ilhéus-BA. **Conexões**, v. 11, n. 3, p. 13-35, 2013. <https://doi.org/10.20396/conex.v11i3.8637601>

SILVA, E. **História de Brasília**: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília: Coordenada ed. de Brasília,, 1999.

SILVA, M. H. A. **Produção do espaço urbano e impactos gerados pela instalação de uma Universidade: o caso da UNIVAP e o bairro Urbanova em São José dos Campos – SP (1973 – 2021)**. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2018.

SINGER, P. I. **Desenvolvimento e Crise**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, C. L. **Imagens da educação no corpo: estudos da ginástica francesa no século XIX**. Campinas: Autores associados, 2005.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. **Caderno CRH**, v.39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, A. A. M.; ZANETTI, V.; PAPALI, M. A. Políticas de desenvolvimento em São José dos Campos, SP: da cidade sanatorial à cidade tecnológica. **GeoTextos**, v. 11, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/13565>. Acesso em: 2 maio. 2022.

STAMATO, M. I. C. Extensão Comunitária: O protagonismo do estudante

universitário na formação interdisciplinar. *In*: PBL 2010 CONGRESSO INTERNACIONAL, 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s.l.], 2010. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/pbl2010/trabs/trabalhos/TC0514-1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

STIGGER, M. P.; MYSKIW, M. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Olhares e Experiências na Perspectiva do Direito Social**. Unijuí: Ijuí, 2019.

STREY, M. N. (Org.). **Psicologia Social Contemporânea**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TERRA, A. M. *et al.* **As conferências nacionais do esporte: avanços e limites na construção das políticas de esporte e lazer**. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16., CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3., 2009, Salvador. Anais [...]. Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009. Disponível em: <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/6238>. Acesso em: 12 set. 2024.

TRINDADE, T. A. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. *Lua Nova*, São Paulo, n. 87, p. 139–165, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000300007>

TUBINO, M. J. G. Educação Física: meio ou fim. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 100, p. 8-10, 1976.

UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA. **Portaria Nº 12/R/2021**. Cria Comissão de Curricularização da Extensão da Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP, define suas atribuições e nomeia seus integrantes, Universidade do Vale do Paraíba, 01 de março de 2021. São José dos Campos: Univap, 2021. Disponível em: [https://novo.univap.br/source/files/originals/Guia\\_Geral-881771.pdf](https://novo.univap.br/source/files/originals/Guia_Geral-881771.pdf). Acesso em: 24 set. 2023.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado**: As políticas de esporte a partir da Constituição de 88. Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

VIANNA, S. B. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

VIANNA, S. B.; VILLELA, A. O pós-guerra (1945-1955). *In*: GIAMBIAGI, F. *et al.* (orgs.). **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. 2 reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VILLAÇA, F. **O espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

VILLARTA, R. (Org.) **Qualidade de vida e políticas públicas**: Saúde, lazer e atividade física. Campinas: IPES Editorial, 2004.

WLO. World Leisure Organization. **Constitution of the World Leisure and Recreation Association**. Cedar Falls: World Leisure Secretariat, 2005.

WORTMANN, P. R. O atletismo na preparação desportiva. **Revista de Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 105, p. 58-62, 1978.

YI, W. **Better Leisure, Better Life**. **World Leisure Journal**, v. 48, n. 3, p. 3-5, 2006. <https://doi.org/10.1080/04419057.2006.9674449>

**ANEXO A: Questionário pesquisa de opinião Centros Esportivos e Parque.**

Questionário pesquisa de opinião Centros Esportivos e Parque.

1. Gênero – Sexualidade?
2. Raça ou Cor?
3. Faixa etária?
4. Região onde mora?
5. Por que você escolheu este Centro Esportivo?
6. O quanto você se sente satisfeito na utilização do Centro Esportivo?
7. O quanto você se sente satisfeito com o atendimento dos funcionários e professores do Centro Esportivo?
8. O quanto você se sente satisfeito com o Espaço e Equipamentos disponibilizados no Centro Esportivo?
9. Como você acessa o Centro Esportivo?
10. A quanto tempo você utiliza o Centro Esportivo?
11. Qual a maior qualidade que o Centro Esportivo possui?
12. O que é menos atrativo para você no Centro Esportivo?
13. Quando você está no centro esportivo, qual o seu tempo de permanência?
14. Como você avalia o bairro onde o centro esportivo foi instalado?
15. Como você avalia as vias de acesso onde o centro esportivo foi instalado?

16. Como você avalia a segurança no bairro onde o centro esportivo está instalado